



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

LEONARDO DIAS NUNES

**Progresso, planejamento e desenvolvimento no Brasil de
JK (1956-1961)**

**CAMPINAS
2018**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

LEONARDO DIAS NUNES

**Progresso, planejamento e desenvolvimento no Brasil de
JK (1956-1961)**

Prof. Dr. José Dari Krein – orientador

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Econômico, área de concentração História Econômica

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO
FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO
LEONARDO DIAS NUNES E ORIENTADA PELO
PROF. DR. JOSÉ DARI KREIN.**

**CAMPINAS
2018**

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CAPES, 001

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4190-1211>

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Mirian Clavico Alves - CRB 8/8708

N922p Nunes, Leonardo Dias, 1984-
Progresso, planejamento e desenvolvimento no Brasil de JK (1956-1961) /
Leonardo Dias Nunes. – Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: José Dari Krein.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Economia.

1. Kubitschek, Juscelino, 1902-1976. 2. Planejamento. 3. Desenvolvimento
econômico. I. Krein, José Dari, 1961-. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Progress, planning and development in Brazil during the JK period (1956-1961)

Palavras-chave em inglês:

Kubitschek, Juscelino, 1902-1976

Planning

Economic development

Área de concentração: História Econômica

Titulação: Doutor em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

José Dari Krein [Orientador]

Marcelo Weishaupt Proni

José Ricardo Barbosa Gonçalves

Marcos Alves Valente

Sedi Hirano

Data de defesa: 31-08-2018

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE ECONOMIA

LEONARDO DIAS NUNES

**Progresso, planejamento e desenvolvimento no Brasil de
JK (1956-1961)**

Defendida em 31/08/2018

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. José Dari Krein – Presidente

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof. Dr. José Ricardo Barbosa Gonçalves

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof. Dr. Marcelo Weishaupt Proni

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof. Dr. Sedi Hirano

Universidade de São Paulo (USP)

Prof. Dr. Marcos Alves Valente

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

À Elisabeth, João, Joelisa, Júnior e Rafael

À Ana Paula

Agradecimentos

Nestas poucas linhas, quero deixar registrada toda a ajuda que recebi para concluir esta tese. Assim, *agradeço*:

Ao auxílio recebido para realizar parte da pesquisa desta tese no *Centro de Memória da Unicamp* e na *Biblioteca de Obras Raras da Unicamp*.

À CAPES, pois o presente trabalho foi realizado com apoio da *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001*.

Ao apoio que recebi de bibliotecárias e bibliotecários das diferentes bibliotecas que frequentei. No Instituto de Economia (IE), Alexandra Andrade e Clayton Moreira. No Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Izabel e Santos. Na Faculdade de Educação (FE), Márcia e Ademir. No Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), Cristino. Também devo agradecer por toda a atenção que recebi do Bene no xerox do IFCH.

À assistência que recebi de Marinete, Andrea, Ricardo e Julian na Secretaria da Pós-graduação do Instituto de Economia.

À receptividade do professor Daniel Omar Perez nas duas disciplinas do curso de Pós-graduação em Filosofia do IFCH. Estas aulas me auxiliaram a refletir sobre novos temas e problemas.

À rápida aceitação do professor Marcelo Proni para participar da minha banca de qualificação e da defesa da tese, à leitura atenta do professor Marcos Valente e às generosas críticas do professor Sedi Hirano.

À confiança que o professor José Dari Krein depositou em mim ao se tornar o orientador desta tese no momento em que ela estava perto de ser concluída.

Ao longo período que o professor José Ricardo Barbosa Gonçalves compartilhou comigo sendo o meu orientador durante o mestrado e o doutorado. Também foi ele que, no *Curso de Extensão em Economia Financeira*, orientou os meus primeiros passos na arte de ser professor. Também devo mencionar aqui o grupo de estudos organizado pelo professor José Ricardo, que foi essencial para a construção das reflexões que realizei nesta tese.

Ao pleno apoio e compreensão que recebi de minha família nesta longa caminhada que escolhi trilhar.

Aos momentos compartilhados com os amigos Fabio Padua dos Santos, Henrique Braga, Lucas Salvador Andrietta, Ulisses Rubio, Victor Young, Eduardo Rao, Douglas Campanini, Walter Palmieri, Rafael Silva, Robson Gabioneta, Ricardo Lopes Fernandes, Luis Gustavo e Lucas Baptista. Vocês fizeram destes anos um longo e rico período de reflexão e aprendizado.

À companhia incondicional de Ana Paula Fregnani Colombi. Juntos chegamos até aqui. Espero que juntos também possamos superar outros tantos desafios.

Não se esqueça, é de fenômenos sutis que estamos tratando.
GUIMARÃES ROSA (2008) – Primeiras Estórias.

Resumo

O objetivo deste trabalho é reconstituir o momento da história brasileira em que as práticas de planejamento orientadas pelo Estado possibilitaram a internalização dos avanços tecnológicos oriundos da segunda revolução industrial. Para tanto, foi escolhido explicar como ocorreu a transição da forma de conceituar o processo de mudança econômica e social ocorrida durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), já que neste período, com a intensificação do desenvolvimento capitalista no Brasil, as transformações que antes eram entendidas como a manifestação do *progresso* passaram a ser chamadas de *desenvolvimento*. Para realizar a explicação desta transição conceitual, partiu-se da hipótese de que ela ocorreu devido às práticas de planejamento econômico sistematicamente realizadas pelo governo de Juscelino Kubitschek através do Programa de Metas. As fontes históricas pesquisadas são de autoria do próprio presidente, quais sejam, as *Mensagens ao Congresso Nacional*, os *Discursos*, o livro *Porque construí Brasília* e sua autobiografia *Meu caminho para Brasília*. A realização desta tese assenta-se na constatação de que durante a segunda metade da década de 1950 foram realizadas transformações estruturais na economia e na sociedade relevantes, ensejando o desenvolvimento capitalista no Brasil. Por isso, a construção da memória histórica sobre este período é justificada. Além disso, à luz da atual conjuntura histórica, os limites e os sucessos dessas transformações podem ser ponderados. Para atingir os seus objetivos, esta tese foi estruturada da seguinte forma. No primeiro capítulo são apresentados três pontos para a contextualização do período em análise. O primeiro mostra a antiguidade da ideia de progresso e caracteriza sua singularidade na modernidade. O segundo define as principais características do período dos *Anos dourados do capitalismo*. O terceiro expõe as relações existentes entre a estabilidade política, o planejamento econômico e o desenvolvimentismo com o objetivo de evidenciar como Juscelino renomeou o futuro para poder realizar o Programa de Metas. No segundo capítulo, é reconstituído o período do suicídio de Getúlio Vargas até a posse de Juscelino e são apresentadas as introduções das *Mensagens ao Congresso Nacional* com o objetivo de evidenciar os problemas políticos e econômicos que Juscelino necessitou transpor. Cientes desta conjuntura, foram definidos os objetivos gerais do progresso de acordo com Juscelino ao observar que o presidente buscou construir uma sociedade de acordo com o padrão de vida existente nas sociedades que internalizaram os avanços tecnológicos oriundos da segunda revolução industrial. Sendo este o seu objetivo central, os principais meios para alcançá-lo estavam assentados na realização de reformas que foram levadas a cabo através do planejamento e da busca pelo aumento do protagonismo da iniciativa privada. No terceiro capítulo é mostrado como o planejamento e o desenvolvimento eram entendidos enquanto uma filosofia social e é evidenciada a importância dada ao planejamento econômico à época, mostrando os obstáculos existentes para sua efetiva prática e as reformas necessárias para superar estes obstáculos. Por fim, é apresentado como o planejamento auxiliou a iniciativa privada e a indução do desenvolvimento nacional.

Palavras-chave: Progresso. Planejamento. Desenvolvimento. Juscelino Kubitschek.

Abstract

The aim of this thesis is to reconstruct the moment of Brazilian history when the State planning practices internalized the technological advances from the second industrial revolution. Therefore, it was explained the transition in the conceptualization of economic and social change during the government of Juscelino Kubitschek (1956-1961). During this period, due to the capitalist development in Brazil, the transformations which were named as progress started to be called by development. The hypothesis of this research is that this transition occurred due to the intense planning process happened during Juscelino Kubitschek's government. The historical sources researched are from the president's authorship: his *Messages to the National Congress*, the *Speeches*, the book *Porque construí Brasília*, and his autobiography *Meu caminho para Brasília*. This thesis is based on the observation that during the second half of the 1950's structural changes were made in the economy and in society, leading to capitalist development in Brazil. This justifies the construction of historical memory about this period. Moreover, in light of the current historical context, the limits and successes of these transformations can be weighed. To achieve these objectives, the thesis was structured as follows. In the first chapter, it was presented three points to contextualize the period under analysis. The first point showed the antiquity of the idea of progress and characterized its singularity in the modernity. The second point defined the main characteristics of the *Golden Years* of capitalism. The third point exposed the relations between political stability, economic planning and developmentalism in order to highlight how Juscelino renamed the future in order to achieve the objectives of the Plano de Metas. In the second chapter, it was reconstituted the period of Getúlio Vargas' suicide until Juscelino's inauguration and presented the introductions of the Messages to the National Congress in order to highlight the political and economic problems that Juscelino needed to overcome. It was also defined the general objectives of progress according to Juscelino, observing that the president sought to build a society according to the standard of life existing in the societies that internalized the technological advances coming from the second industrial revolution. The main means to reach that progress were based on the realization of reforms that would be carried out through the planning and through the increase protagonism of private initiative. In the third chapter, it was shown how planning and development were understood as a social philosophy and it was highlighted the importance given to economic planning at the time, showing the obstacles to its effective practice and the reforms needed to overcome them. Finally, it was presented how planning would help private initiative and the induction of national development.

Key-words: Progress. Planning. Development. Juscelino Kubitschek.

Lista de tabelas

Tabela 1 - Produção de Aço Bruto dos EUA e do Brasil entre 1955 e 1961 (em toneladas).....	86
Tabela 2 - Metas de Juscelino Kubitschek para a saúde pública em 1955	93
Tabela 3 - Ensino superior no Brasil (1957).....	97

Lista de abreviaturas e siglas

CODENO	– Conselho de Desenvolvimento do Nordeste
CEPAL	– Comissão Econômica para a América Latina
ISEB	– Instituto Superior de Estudos Brasileiros
NICs	– Newly industrializing countries
PC do B	– Partido Comunista do Brasil
PDC	– Partido Democrata Cristão
PL	– Partido Libertador
PRP	– Partido da Representação Popular
PSB	– Partido Socialista Brasileiro
PSD	– Partido Social Democrático
PSP	– Partido Social Progressista
PTB	– Partido Trabalhista Brasileiro
SBPC	– Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SUDENE	– Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUMOC	– Superintendência da Moeda e do Crédito
UDN	– União Democrática Nacional

Sumário

Lista de tabelas	11
Lista de abreviaturas e siglas	12
Sumário	13
Introdução.....	14
Primeiro Capítulo – A ideia de progresso e a busca pelo progresso no Brasil	31
1 A ideia de progresso na Modernidade	33
2 Os <i>Anos Dourados</i> do capitalismo e o planejamento econômico.....	42
3 Estabilidade política, planejamento econômico e desenvolvimentismo no Brasil	47
4 Encerramento do capítulo.....	49
Segundo Capítulo – O conceito de progresso em Juscelino Kubitschek	51
1 Do suicídio de Getúlio Vargas até a posse de Juscelino Kubitschek.....	53
2 As introduções das Mensagens ao Congresso Nacional	59
3 Os objetivos gerais do progresso	76
4 Os meios necessários para atingir os objetivos gerais do progresso.....	91
5 A iniciativa privada como um ator de destaque.....	118
6 Encerramento do capítulo.....	121
Terceiro Capítulo – O planejamento para o desenvolvimento: uma filosofia social	123
1 Planejamento e desenvolvimento nacional.....	124
2 Obstáculos ao planejamento	127
3 As transformações necessárias para executar o planejamento no Brasil	130
4 Planejamento e auxílio à iniciativa privada.....	135
5 Planejamento e indução do desenvolvimento	140
6 Encerramento do capítulo.....	146
Considerações Finais	149
Fontes e Referências.....	153
1. Fontes	153
2. Referências	154
Anexos.....	159

Introdução

Cada vez que nossas tristes sociedades, em perpétua crise de crescimento, põem-se a duvidar de si próprias, vêmo-las se perguntar se tiveram razão ao interrogar seu passado ou se o interrogaram devidamente.

MARC BLOCH (2001) - Apologia da história ou o ofício do historiador

Pois, para grande desespero dos historiadores, os homens não têm o hábito, a cada vez que mudam de costumes, de mudar de vocabulário.

MARC BLOCH (2001) - Apologia da história ou o ofício do historiador

O período histórico referente ao governo de Juscelino Kubitschek já foi pesquisado exaustivamente, pois foi um momento do desenvolvimento capitalista que transformou estruturalmente a sociedade brasileira¹. Tal fato garante grande importância histórica para este presidente e suas realizações.

No rol das pesquisas realizadas sobre este período destacam-se relevantes trabalhos. Inicialmente cita-se o livro *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco*, escrito pelo historiador americano Thomas Skidmore (1982), publicado pela primeira vez em 1967 e traduzido para o português no ano seguinte. Nesta obra, o brasilianista denominou o período de Juscelino de *anos de confiança* e também apontou para os limites da forma de governar do presidente, dado que a entendia como dotada de muito improviso. Já no livro de Celso Lafer, *JK e o Programa de Metas (1956-61)*, tradução para o português da tese defendida pelo autor em 1970, foram apresentados os aspectos políticos e administrativos do processo de planejamento ocorrido durante o Programa de Metas. No ano seguinte, 1971, Octavio Ianni publicou *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)* e, ao estabelecer as relações entre o Estado e o planejamento econômico, mostrou como no período de Juscelino houve um aumento da complementariedade e da interdependência da indústria brasileira em relação ao capital estrangeiro. Passados cinco anos, em 1976, Maria Victoria M. Benevides publicou sua dissertação de mestrado intitulada *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*, obra na qual a autora apresentou os pilares da estabilidade política construída por Juscelino e a relacionou com o desenvolvimento econômico alcançado pelo presidente. Um ano depois, em 1977, Miriam Limoeiro Cardoso publicou a tese *Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK – JQ*, na qual apontou as principais características e as diferenças entre as ideologias de Juscelino e Jânio Quadros. Em 1981 foi a vez de Carlos Lessa publicar *Quinze anos de política econômica*, pesquisa na qual analisou os problemas existentes para a implantação do sistema industrial em um país de economia primária como o Brasil.

Ao abordarem períodos mais longos, outros trabalhos tiveram como parte da pesquisa a análise do período de Juscelino, como é o caso da tese de doutorado de Lourdes Sola,

¹ “O capitalismo monopolista de Estado se instaura, no Brasil, ao término do período Juscelino, que marca a última fase da industrialização. Isto porque só então são constituídas integralmente as bases técnicas necessárias para a autodeterminação do capital, cristalizadas no estabelecimento de relações entre os Departamentos de Bens de Produção, Bens de Consumo Assalariado e Bens de Consumo Capitalista, o que impõe um dinâmica especificamente capitalista ao processo de acumulação. A partir daí, então, a acumulação de capital só encontra barreiras colocadas por ela mesma” (MELLO; BELLUZZO, 1984, p. 144).

Ideias econômicas e decisões políticas. Defendida em 1982 e publicada em 1998, a pesquisa apresentou os processos decisórios que moldaram os rumos do desenvolvimento capitalista no país de 1945 até 1964. Outro caso semelhante a este é observado na tese de Sônia Draibe, *Rumos e metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil, 1930-1960*, defendida em 1981 e publicada em 2004, na qual a autora argumentou que a autonomia do Estado originada em uma sociedade primária exportadora levou à politização das questões econômicas.

Por fim, concluindo esta lista que não tem a pretensão de estar completa, apresenta-se o livro *JK, Estados Unidos e FMI: da súplica ao rompimento*, escrito por Victor Young. Nesta dissertação de mestrado apresentada em 2013 e publicada como livro no ano seguinte, o autor mostrou as relações entre Brasil e Estados Unidos durante o governo de Juscelino e evidenciou, através de documentos diplomáticos, como o apoio estadunidense à industrialização brasileira foi intencionalmente limitado.

Como pode ser percebido, o período histórico que compreende os anos do governo de Juscelino foi sistematicamente pesquisado em trabalhos relacionados à história, à economia e à ciência política. A razão deste fato está relacionada com o intenso desenvolvimento capitalista ocorrido no Brasil durante os anos de 1956 e 1961. Além disso, foi um período em que essas transformações foram realizadas por um governo eleito democraticamente, fato marcante na história de um país que contou com períodos ditatoriais antes e depois do governo de Juscelino.

Pode-se ser mais preciso em relação ao intenso desenvolvimento capitalista acima aludido. Neste processo foram internalizados na sociedade brasileira os avanços tecnológicos oriundos da II Revolução Industrial ocorrida na Europa na segunda metade do século XIX².

² Juscelino usava a expressão *civilização cristã ocidental* para definir os países mais desenvolvidos do mundo, caso dos países europeus e dos Estados Unidos. Ao usar esta expressão, o presidente também definia qual era o objetivo de seu planejamento reformador. Entretanto, parece que esta expressão era usada de maneira muito ampla por Juscelino e, de acordo com Miriam Limoeiro Cardoso, como será apresentado em outras partes desta tese, Juscelino fazia um uso ideológico da expressão ao não explicar sua adesão a ela. Em vez de se tomar como dado o uso desta expressão por Juscelino, parece plausível substituí-la por um objetivo mais preciso, a saber, a busca da construção de uma sociedade organizada em torno dos avanços tecnológicos oriundos da segunda revolução industrial. Argumenta-se que esta substituição possibilita um recorte mais objetivo do objeto deste estudo. Consequentemente, torna-se conveniente para alcançar os objetivos desta tese. Em seguida, apresentam-se as características da segunda revolução industrial que foram descritas por Eric Hobsbawm ao concluir o livro *A era do capital*. Para o historiador, na virada do século XIX para o século XX, a "[...] economia capitalista mudou de quatro formas significativas. Em primeiro lugar, entramos agora numa nova era tecnológica, não mais determinada pelas invenções e métodos da primeira Revolução Industrial: uma nova era de novas fontes de poder (eletricidade e petróleo, turbinas e motor a explosão), de nova maquinaria baseada em novos materiais (ferro, ligas, metais não-ferrosos), de indústrias baseadas em novas ciências tais como a indústria em expansão da química orgânica. Em segundo lugar, entramos também agora cada vez mais na economia de mercado de consumo doméstico, iniciada nos Estados Unidos, desenvolvida (na Europa ainda modestamente) pela crescente renda das massas, mas

Com tal internalização, ocorreram relevantes transformações no Brasil, tais como a industrialização, a urbanização, a imigração, o êxodo rural e a racionalização do aparato estatal; e tudo isso acontecia em uma sociedade que há menos de cem anos havia abolido a escravidão. Conseqüentemente, tais processos foram indutores de mudanças radicais e parciais, dado que não se disseminaram de maneira uniforme pela sociedade brasileira. Por isso, continuam sendo estudados pelas áreas de história, economia, sociologia e ciência política.

Também existem outras entradas analíticas para o estudo do período de Juscelino. Uma delas é a partir da ideia de progresso e desenvolvimento que nestes anos estava em pleno vigor no Brasil³. A apreensão da história através da ideia de progresso foi orientada pela reflexão de Reinhart Koselleck (2006a). Para este autor, a principal característica dos tempos modernos – iniciados após a colonização do continente americano – foi o distanciamento entre o *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativa*. Além disso, diante deste distanciamento, o conceito de progresso foi aquele que melhor apreendeu essa tensão.

Todavia, o distanciamento entre estas duas categorias históricas não foi perpétuo e, no início do século XX, com o advento da I Guerra Mundial, se intensificou a crise do

sobretudo pelo substancial aumento demográfico dos países desenvolvidos. De 1870 a 1910, a população da Europa cresceu de 290 para 435 milhões, a dos Estados Unidos de 38,5 para 92 milhões. Em outras palavras, entramos no período da produção em massa, incluindo alguns bens de consumo duráveis. Em terceiro lugar - e de certa forma este foi o desenvolvimento mais decisivo - uma reviravolta paradoxal teve lugar. A era do triunfo liberal tinha sido aquela era *de facto* do monopólio industrial inglês, dentro do qual (com algumas notáveis exceções) os lucros eram assegurados sem muita dificuldade pela competição de pequenas e médias empresas. A era pós-liberal caracterizava-se por uma competição internacional entre economias industriais nacionais rivais - a inglesa, a alemã, a norte-americana; uma competição acirrada pelas dificuldades que as firmas dentro de cada uma destas economias enfrentavam (no período de depressões) para fazer lucros adequados. A competição levava, portanto, à concentração econômica, controle de mercado e manipulação [...]. O mundo entrou no período do imperialismo, no sentido maior da palavra (que inclui as mudanças na estrutura da organização econômica como, por exemplo, o 'capitalismo monopolista') mas também em seu sentido menor: uma nova integração dos países 'subdesenvolvidos' enquanto dependências em uma economia mundial dominada pelos países 'desenvolvidos'. Além da rivalidade (que levou as potências a dividir o globo entre reservas formais e informais para seus próprios negócios) entre mercados e exportações de capital, tal processo também era devido à crescente não-disponibilidade de matérias-primas na maioria dos próprios países desenvolvidos por razões geológicas ou climáticas. As novas indústrias tecnológicas demandavam tais matérias: petróleo, borracha, metais não-ferrosos. Pelo final do século a Malásia era conhecida como produtora de estanho, a Rússia, Índia e Chile por seu manganês, a Nova Caledônia pelo níquel. A nova economia de consumo demandava quantidades crescentes não apenas de matérias produzidas nos países desenvolvidos (por exemplo, cereais e carne) mas também daquelas que não podia produzir (por exemplo, bebidas e frutas tropicais e subtropicais, e óleo vegetal para sabão). A *banana republic* tornou-se parte da economia capitalista da mesma forma que a colônia produtora de estanho, borracha e cacau. Numa escala global, esta dicotomia entre áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas (teoricamente complementares), embora não nova em si mesma, começou a tomar uma forma de desenvolvimento/dependência que iria continuar com apenas breves interrupções até a queda geral na década de 1930, e forma a quarta grande mudança na economia mundial" (HOBSBAWM, 1982, p. 312-313, grifo do autor).

³ Um exemplo desta forma de apreender o período em estudo foi realizada na tese *Alegorias do desenvolvimento(ism)o: O futuro passado de um conceito do progresso e sua recepção no Brasil (1945-1961)*, defendida pela cientista política Tatiana Oliveira na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

progresso, pois os horizontes de futuro reduziram-se drasticamente. Não por acaso, na obra *Era dos extremos* Eric Hobsbawm (1995) caracterizou este período como sendo a era da catástrofe.

Entretanto, o período entre o fim da II Guerra Mundial e meados da década de 1970 foi compreendido como um momento de *trégua* da crise do progresso. Uma evidência desta trégua foi a difusão da industrialização nos países subdesenvolvidos, fato que levou alguns dos frutos do progresso técnico para uma parcela dos habitantes dessas regiões. Mas, como toda *trégua* tem um fim, com o início da década de 1980 encontram-se muitos autores afirmando o retorno e a intensificação da crise do progresso.

Esta constatação pode ser observada na obra *História da ideia de progresso*, originalmente publicada em 1980 por Robert Nisbet. Nela, o autor argumentou que os futuros historiadores diriam que uma das principais características do século XX seria o abandono da fé na ideia de progresso. Para o autor, apesar

[...] de ainda existir no século XX a fé no progresso, podemos supor, com alguma plausibilidade, que os historiadores, ao fixar a identidade de nosso século, irão registrar como um de nossos atributos mais importantes o abandono dessa fé. O ceticismo em relação ao progresso ocidental, que no século XIX estava confinado a um número muito reduzido de intelectuais, havia crescido e se espalhado, englobando não só a grande maioria dos intelectuais deste último quartel do século, como também muitos milhões de pessoas no Ocidente (NISBET, 1985, p. 321).

Enfatiza-se a afirmação de Nisbet de que haveria um abandono da fé no progresso por parte dos historiadores que tivessem como objeto de análise o século XX, pois este é o caso desta tese, mas que se volta para o período de auge do progresso para reconstruir uma de suas características.

Eric Hobsbawm, em a *Era dos Extremos*, originalmente publicado em 1994, escreveu nas últimas páginas de seu livro que havia “[...] menos razão para sentir-se esperançoso em relação ao futuro do que em meados da década de 1980 [...]” (HOBSBAWM, 1995, p. 561). Suas críticas miravam o desenvolvimento do capitalismo e as suas consequências; o historiador inglês percebia que um período de crise se aproximava e escreveu que se vivia

[...] num mundo conquistado, desenraizado e transformado pelo titânico processo econômico e tecnocientífico do desenvolvimento do capitalismo, que dominou os dois ou três séculos. Sabemos, ou pelo menos é razoável supor, que ele não pode prosseguir *ad infinitum*. O futuro não pode ser uma continuação do passado, e há sinais, tanto externamente quanto internamente, de que chegamos a um ponto de crise histórica. As forças geradas pela economia tecnocientífica são agora suficientemente grandes para destruir o meio ambiente, ou seja, as fundações materiais da vida humana. As próprias estruturas das sociedades humanas, incluindo mesmo algumas das fundações

sociais da economia capitalista, estão na iminência de ser destruídas pela erosão do que herdamos do passado humano. Nosso mundo corre o risco de explosão e implosão. Tem de mudar. Não sabemos para onde estamos indo. Só sabemos que a história nos trouxe até este ponto e – se os leitores partilham da tese deste livro – por quê. Contudo, uma coisa é clara. Se a humanidade quer um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar. E o preço do fracasso, ou seja, a alternativa para a mudança da sociedade, é a escuridão (HOBBSAWM, 1995, p. 562).

Em meados da década de 1990, Eric Hobsbawm não era nem um pouco otimista com o potencial devastador da crise que se aproximava, assim como o sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein, que, em seu artigo *As agonias do liberalismo*, também publicado no ano de 1994, analisou a crise de legitimidade das estruturas estatais como sendo uma força criadora de caos social. Para o autor, neste cenário, já não existia espaço para o progresso iluminista que existira no período do pós-guerra.

Trata-se de uma forma de caos no sistema, causada pela exaustão das suas válvulas de segurança ou, de outro modo, pelo fato de que as suas contradições chegaram a um ponto no qual nenhum dos mecanismos de restauração do seu funcionamento normal podem ainda funcionar eficazmente (WALLERSTEIN, 1994, p. 131).

Uma longa discussão poderia ser feita sobre o debate em torno do funcionamento normal do sistema citado acima, mas tal discussão está além dos objetivos desta tese. Foca-se, então, na afirmação do autor acerca da existência de um caos no sistema ocasionado pelos limites das válvulas de segurança.

Já em 2007, Gilberto Dupas concluiu seu artigo *O mito do progresso* com uma incisiva crítica ao progresso, afirmando que este não era mais “[...] que um mito renovado por um aparato ideológico interessado em nos convencer que a história tem um destino certo – e glorioso – que dependeria mais da omissão embevecida das multidões do que da sua vigorosa ação e da crítica de seus intelectuais” (DUPAS, 2007, p. 89).

Nos dias atuais, as constatações acerca da crise do progresso não deixam de aparecer. Encontra-se outra evidência deste fenômeno nas páginas da revista britânica *The Economist* publicada em dezembro de 2016. Nesta publicação argumentou-se que os liberais deviam aprender a lidar com a atual crise do progresso e buscar reinventá-lo (THE ECONOMIST, 2016). Os editores da revista deparavam-se, então, com dois eventos que estremeceram os valores liberais que se orientam para o progresso, a saber, a eleição de Donald

Trump para a presidência dos Estados Unidos e a votação da saída do Reino Unido da União Europeia⁴.

As publicações que argumentam a existência de uma crise do progresso não são poucas. Poderiam ser apresentadas muitas outras, entretanto, o limite temporal colocado para a realização desta pesquisa fez com que se tivesse que limitar esta revisão bibliográfica. Por isso, o foco será dirigido à análise realizada por Paulo Arantes, autor que utilizou os conceitos *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa* para caracterizar o *novo tempo do mundo*. O tempo em que *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa* se aproximam.

Para Paulo Arantes, em seu artigo *O novo tempo do mundo*, atualmente vive-se um período histórico em que o progresso está em crise, pois, de acordo com o autor, o

[...] *progresso envelheceu*, em suma. Tanto na biosfera quanto na geosfera estamos às voltas com reversões súbitas dos equilíbrios naturais que tornam pateticamente obsoletas as visões da flecha do tempo continuamente orientada para o futuro. Não se trata de um cenário melodramático anunciando o fim dos tempos – nem de requestrar profecias regressivas –, mas de constatar que, tecnicamente, pelo menos, ingressamos num regime de urgência: linearmente desenhado, o futuro se aproxima do presente explosivamente carregado de negações. Não basta anunciar que o futuro não é mais o mesmo, que ele perdeu seu caráter de evidência progressista. Foi-se o horizonte do não experimentado. Com isso o próprio campo de ação vai se encolhendo, e isso porque "já dispomos no presente de uma parte do futuro". Digamos, não custa insistir, que cada vez mais *a conjuntura tende a se perenizar* (ARANTES, 2014b, p. 96, grifos do autor).

Neste excerto, Paulo Arantes argumenta que o envelhecimento do progresso fez com que *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa* se aproximassem, realizando um movimento oposto ao que caracterizou o início do mundo moderno. Desta forma, perde-se um horizonte de longo prazo e começa-se a viver em uma conjuntura perene. Para o filósofo, juntando

[...] o par assimétrico de conceitos que levou Koselleck a redefinir a originalidade do tempo novo e a aceleração capitalista do progresso, seria então o caso de dizer que a geocultura de legitimação do capitalismo histórico tornou-se visível, na escala crescente do planeta e ao longo de duzentos anos, a economia-mundo capitalista como um imenso *campo de expectativas*, antagônicas porém unificadas por um mesmo futuro, como se disse, "a tal ponto desconhecido que conhecê-lo e dominá-lo tornou-se uma contínua tarefa política. Pois foi esse campo que começou a ser minado conforme se acirrava a luta de classes a partir dos anos 70 para os 80 do século

⁴ Recentemente, em abril de 2018, a revista inglesa lançou uma seção especial chamada *Open Future*, no qual busca realizar debates sobre questões polêmicas da atualidade, assim como diz sempre ter feito desde 1843. Nesta seção, mais uma vez, assim como na reportagem de dezembro de 2016, os editores ponderaram que os valores liberais e a ideia progresso estão em crise (THE ECONOMIST, 2018). Destacam-se estas reportagens da revista *The economist* com o objetivo de evidenciar, através de diferentes pontos de vista, a crise da ideia de progresso. Por outro lado, as formas como a revista busca atualizar o liberalismo e a busca pelo progresso não fazem parte das reflexões que aqui são feitas.

passado, desmanchando primeiro o consenso liberal-keynesiano que comandara a trégua do imediato pós-guerra para afinal revelar, paradoxalmente, aliás, com o fim da Guerra Fria, que o horizonte do mundo encolhera vertiginosamente e uma *era triunfante de expectativas decrescentes* principiara com uma Queda espetacular, a seu modo também uma queda – pois apesar de todos os pesares a linha do horizonte era bem alta – no *tempo intemporal da urgência perpétua*: este o Novo Tempo do Mundo (ARANTES, 2014b, p. 94, grifos do autor).

Estas características de um *novo tempo do mundo*, certamente, manifestaram-se vagarosamente e de forma variada nas diferentes regiões do globo. Consequentemente, pode-se afirmar que houve um período de transição entre esse *velho* e o *novo* tempo do mundo que pode ser apreendida através das manifestações da decadência do *velho tempo do mundo*. Com mais precisão, pode-se afirmar que a chegada do *novo tempo do mundo* no Brasil também se caracterizou por destruir parte das promessas realizadas por Juscelino.

Por isso, ao aproximar-se da história do Brasil, pode-se afirmar que a entrada desta região do globo no *novo tempo do mundo* iniciou-se em meados da década de 1960. No artigo intitulado *1964*, Paulo Arantes afirmou que havia sido iniciada uma nova fase de atuação do Estado e do capital na sociedade brasileira após o golpe militar de 1964. Nesta nova conjuntura histórica, o Estado de exceção trabalhava para a manutenção da reprodução das condições de acumulação de capital no Brasil – “Vem da Ditadura a consagração da lógica empresarial como prática administrativa do setor público” (ARANTES, 2014a, p. 298). Por ter sido um período de ditadura militar, as liberdades democráticas foram limitadas. Entretanto, o processo de industrialização se fortalecia e chegava a patamares nunca alcançados no Brasil⁵.

No fim da década de 1970 o processo de industrialização encontrou o seu limite superior. Uma das limitações externas à continuidade deste processo no Brasil foi a crise econômica da década de 1970 e a consequente mudança da política monetária dos Estados Unidos no ano de 1979. Com este evento, a economia brasileira teve que deixar de realizar o esforço de formação de capital para pagar a dívida externa⁶ aumentada devido à elevação da

⁵ Pode-se evidenciar esta afirmação apresentando o índice de participação da indústria no PIB. De acordo com Boneli e Pessoa (2010) esse índice em 1956 era de 13,2%, em 1961 era de 16,7% e, por fim, em 1985 era de 21,6%.

⁶ Sobre este assunto, Ricardo Carneiro argumentou que, do “[...] ponto de vista das relações econômicas do Brasil com o exterior, a década de 1980 é marcada por uma mudança radical. A absorção de recursos reais ou financeiros, que havia sido a marca da inserção externa desde o pós-guerra, se vê abruptamente revertida, transformando-se em transferência de recursos para o exterior pelo pagamento de serviço de amortização parcial da dívida externa. O processo se agrava com o passar do tempo, podendo ser distinguidas duas etapas: na primeira, entre 1979 e 1982, ainda ocorre uma absorção de recursos reais do exterior, financiada por queima de reservas, pois houve apenas um racionamento de novos financiamentos pelo mercado. Depois da ruptura do mercado internacional de crédito em 1982, abre-se, após 1983, um período de crescente transferência de recursos ao exterior. Inicialmente, em 1983 e 1984, essas transferências realizam-se no âmbito de um racionamento ainda maior de novos créditos, desta feita supervisionado pelo FMI. *Depois de 1985, o racionamento converte-se em supressão absoluta de novos financiamentos, implicando pagamentos crescentes ao exterior*” (CARNEIRO, 2002, p. 121, grifo nosso).

taxa de juros. A conhecida frase de John Connally, então secretário do Tesouro norte-americano, – “[...] a moeda é nossa e o problema é de vocês” (EICHENGREEN, 2008, p. 134) – ilustra a mudança ocorrida na economia mundial na virada da década de 1970 para a década de 1980.

A partir deste momento, encontram-se análises de intérpretes de diferentes orientações teóricas e políticas que observavam o fim de um momento de auge do desenvolvimento econômico e da possibilidade de tornar a sociedade brasileira mais igualitária. Na obra *Entre o inconformismo e o reformismo*, Celso Furtado descreveu a conjuntura histórica brasileira de meados da década de 1980, na qual percebia uma ânsia em buscar o tempo perdido, mas também não escondia o seu pessimismo em relação ao futuro do país. Para o economista, havia

[...] exemplos, na história dos povos, de avanços rápidos no plano político após o despertar de uma longa noite de imobilismo, como se a sociedade fosse dotada de um inconsciente, onde laboram forças criativas que ampliam o horizonte de possibilidades futuras. Em todo caso, a rica fermentação de ideias e iniciativas políticas que se observa no Brasil neste fim de 1984 parece traduzir uma ânsia de recuperação do tempo perdido. Mas não posso deixar de reconhecer que foi com respeito a este terceiro ponto que mais se distanciou a realidade daquilo que minha reflexão indicava como desejável para o futuro de meu país (FURTADO, 1997, p. 38).

Em um espectro ideológico completamente diferente de Celso Furtado, Roberto Campos, em sua autobiografia *Lanterna na popa: memórias*, deixou claro que buscava entender o sucesso econômico brasileiro da década de 1950 até 1970 e a crise da década de 1980 e do início dos anos noventa. Melancolicamente, afirmou que o Brasil parecia estar destinado ao atraso. Por isso, buscava explicar

[...] as razões de nosso sucesso desenvolvimentista nos anos cinquenta, do *milagre brasileiro* dos anos sessenta e da frustração da década perdida dos oitenta e do início desta década, a última do segundo milênio, eis, infelizmente, o *leitmotiv* destas memórias. Há países naturalmente pobres, mas vocacionalmente ricos. Há outros que têm riquezas naturais, porém parecem ter vocação de pobreza. Às vezes fico pensando, com melancolia, que talvez estejamos neste último caso. Não faltam recursos naturais. Mas sua mobilização exige abandonarmos nossa grave e renitente tradição inflacionária, e um grau maior de abertura internacional. Nossa pobreza não pode ser vista como uma imposição de fatalidade. Parece antes uma pobreza consentida, resultante de um mal gerenciamento e negligência na formação do capital humano (CAMPOS, 1994, p. 21–22, grifo do autor).

Antes da abertura da crise que mobilizou Campos e Furtado, acima, vivia-se no Brasil um período em que o *espaço de experiência* distanciava-se do *horizonte de expectativa*. No artigo publicado em 1998, *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*, posteriormente publicado como livro em 2009, João Manuel Cardoso de Mello e Fernando Novais lembraram

aos mais jovens que havia um sentimento na sociedade que expressava a possibilidade de o Brasil transformar-se em uma nação moderna. De acordo com os autores, os

[...] mais velhos lembram-se muito bem, mas os mais moços podem acreditar: entre 1950 e 1979, a sensação dos brasileiros, ou de grande parte dos brasileiros, era a de que faltava dar uns poucos passos para finalmente nos tornarmos uma nação moderna. Esse alegre otimismo, só contrariado em alguns rápidos momentos, foi mudando a sua forma. Na década dos 50, alguns imaginavam até que estaríamos assistindo ao nascimento de uma nova civilização nos trópicos, que combinava a incorporação das conquistas materiais do capitalismo com a persistência dos traços de caráter que nos singularizam como povo: a cordialidade, a criatividade, a tolerância (MELLO; NOVAIS, 2009, p. 7).

Essa sensação deixou de existir e sua ausência foi verificada juntamente com a ausência de direitos que poderiam assegurar melhores condições de vida para a maior parte da população brasileira. Recentemente, Luiz Gonzaga Belluzzo e Gabriel Galípolo reforçaram os argumentos de que o Golpe Militar de 1964 interrompeu os ensaios de civilidade no Brasil e que a Constituição de 1988 foi o resultado da tentativa de recuperar a agenda perdida. Para os autores, as

[...] particularidades da formação do capitalismo brasileiro lançaram o país na senda da desigualdade ao longo do processo de desenvolvimento. *Enquanto a consolidação e expansão dos direitos nas economias e sociedades desenvolvidas data do pós-guerra, no Brasil os ensaios de civilidade foram interrompidos pelo Golpe Militar. A tentativa de recuperar a autêntica e verdadeira Agenda Perdida encontrou guarida nos movimentos de redemocratização que desaguararam na Constituição de 1988. Tanto lá como cá, os avanços do Estado Social e dos direitos do cidadão não são acervo de um político ou partido, mas conquistas da população ao longo de décadas de participação democrática* (BELLUZZO; GALÍPOLO, 2017, p. 151, grifo nosso).

Os argumentos dos autores acima elencados, por um lado, auxiliam a apreender diacronicamente a crise do progresso no Brasil. Por outro, também levam à reflexão de que os limites do desenvolvimento capitalista no Brasil são uma expressão desta crise.

A percepção de um marco histórico que aponta para a crise do progresso no Brasil, desde meados da década de 1960, fez com que se escolhesse compreender o período de auge deste progresso – de acordo com Paulo Arantes, o período de trégua da crise da ideia de progresso ou, de acordo com Eric Hobsbawm, os Anos Dourados do capitalismo –, pois assim se poderia observar os limites e as contradições do sucesso deste período. Diante desta escolha e ao pesquisar sobre o período do governo de Juscelino, observou-se que havia indícios da ocorrência de uma transição conceitual neste momento histórico. Então, buscou-se um aprofundamento nestes indícios que poderiam demonstrar uma realidade em movimento, a matéria-prima do historiador.

Ao explicar a transição do conceito de *progresso* para o de *desenvolvimento*, buscou-se reconstituir um relevante momento da história brasileira, qual seja, aquele em que foram internalizadas as condições de produção com base na tecnologia criada durante a segunda revolução industrial⁷ com o apoio do planejamento estatal. Os passos que se propôs para realizar esta pesquisa também estão de acordo com as afirmações de Reinhart Koselleck de que a história dos conceitos pode ser um instrumento de auxílio na realização da história social⁸.

Desta forma, a apreensão e a explicação da mudança conceitual do *progresso* para o *desenvolvimento* deve ser entendida no contexto da reconstituição de uma relevante mudança na vida material no interior da sociedade brasileira que foi conduzida pelo Estado. Além disso, dada a atual crise do progresso, também se observa que os objetivos não alcançados pelo planejamento reformador do governo de Juscelino ainda fazem parte da realidade social brasileira.

O período de *cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo* foi caracterizado por transformações estruturais que não atingiram a sociedade brasileira em sua totalidade. Assim, antigas e novas formas de reprodução da vida material continuaram convivendo no interior da sociedade brasileira e produzindo uma dinâmica singular. Sobre esta constatação, pode-se citar a caracterização que Eric Hobsbawm fez para o desenvolvimento econômico africano e, neste caso específico, também utilizá-la para o Brasil, pois tanto aqui como lá, os “[...] velhos rurais e os jovens urbanos [*estavam*] separados por centenas de milhas de más estradas e séculos de desenvolvimento” (HOBSBAWM, 1995, p. 360).

Não se está, assim, fazendo uma relação direta entre os problemas nacionais da década de 1950 e os problemas da conjuntura histórica atual, mas sim, afirmando que os limites da participação do empresariado nacional no processo de desenvolvimento econômico, da democratização do ensino básico, da generalização de um ensino superior gerador do conhecimento técnico, da desconcentração regional, da desconcentração da renda e da riqueza,

⁷ Esta reflexão está orientada pela apreensão da tensão existente entre a história e a ciência, entre a reconstituição e a explicação, apresentada por (SILVA; NOVAIS, 2011, p. 28).

⁸ “[...] a história dos conceitos é, em primeiro lugar, um método especializado da crítica de fontes que atenta para o emprego de termos relevantes do ponto de vista social e político e que analisa com particular empenho expressões fundamentais de conteúdo social e político. É evidente que uma análise histórica dos respectivos conceitos deve remeter não só à história da língua, mas também a dados da história social, pois toda a semântica se relaciona a conteúdos que ultrapassam a dimensão linguística. É a partir daí que se explica a posição marginal e precária da semântica nas ciências da linguagem, mas também a sua generosa contribuição histórica. Com o afunilamento da linguística dos conceitos, antigas proposições tornam-se mais precisas, assim como os fatos históricos e as relações entre eles, supostamente já compreendidos, tornam-se mais claros pelo estudo de sua constituição linguística (KOSELLECK, 2006b, p. 103–104).

da industrialização como indutora da transformação social, enfim, os limites da construção de uma sociedade de acordo com o padrão de vida encontrado nos países que internalizaram os desenvolvimentos tecnológicos oriundos da II Revolução Industrial, tanto na década de 1950 como na segunda década do século XXI, apresentam-se como sendo os limites à superação da condição de *subdesenvolvimento*.

Assim, a pesquisa histórica sobre o governo de Juscelino continua sendo atual, pois muitos dos problemas existentes na sociedade brasileira à época ainda não foram transpostos. Conseqüentemente, são problemas que continuam a orientar debates políticos, econômicos e históricos⁹.

A reflexão apresentada acima foi construída com o auxílio do artigo de Keila Carvalho (2014), *Meu caminho para Brasília ou para a presidência? JK e a criação de sua imagem autobiográfica*, que versou sobre a forma como Juscelino foi entendido na memória nacional. Para a autora, na historiografia da década de 1990, o período de Juscelino foi revigorado com o objetivo de relembrar um momento de crescimento e democracia – afinal, a ditadura havia terminado há pouco tempo. Diante desta necessidade histórica, argumentou a autora, os sucessos de Juscelino foram supervalorizados em relação às limitações de seu governo.

No auge do progresso no Brasil, Juscelino buscava resolver os problemas estruturais existentes na sociedade brasileira através do planejamento. No caso do período em discussão, as práticas de planejamento devem ser realçadas, pois Juscelino foi o primeiro presidente eleito com base em um claro programa de desenvolvimento a ser realizado durante o mandato.

Argumenta-se que durante esse processo foi transformada a forma de conceituar a mudança econômica e social. Hoje, muitos dos problemas que Juscelino tentava resolver ainda existem, embora o contexto histórico seja outro. Logo, por um lado, a pesquisa sobre este período mostra os objetivos não alcançados pelo planejamento reformador. Por outro, também mostra que transformações estruturais no Brasil, mesmo que limitadas, necessitam de forte intervenção do Estado.

Através dessa digressão sobre a crise e o auge da ideia de progresso no Brasil, busca-se mostrar que a motivação para realizar esta tese ocorreu devido à apreensão diacrônica

⁹ Em Nunes (2016) já afirmou-se que muitos dos problemas da sociedade brasileira são os mesmos daqueles existentes na década de 1950. Entretanto, as formas de solucioná-los, caso existam, são outras.

de que o progresso está em crise na civilização ocidental. Diante disso, escolheu-se realizar uma análise sincrônica do progresso durante o período do governo de Juscelino por dois motivos. Primeiro, foi um período de transformação estrutural da sociedade brasileira devido à internalização dos avanços tecnológicos oriundos da segunda revolução industrial. Segundo, este período apresentou os limites do desenvolvimento reformador no Brasil e muitas das tensões sociais nele existentes ainda estão presentes na sociedade brasileira.

Levando-se em consideração o que foi escrito acima, anuncia-se que o objetivo desta tese é reconstituir o momento da história brasileira em que as práticas de planejamento orientadas pelo Estado possibilitaram a internalização dos avanços tecnológicos oriundos da segunda revolução industrial. Para tanto, escolheu-se explicar como ocorreu a transição da forma de conceituar o processo de mudança econômica e social ocorrido durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), pois, neste período, com a intensificação do desenvolvimento capitalista no Brasil, as transformações que antes eram entendidas como a manifestação do *progresso* passaram a ser chamadas de *desenvolvimento*.

As fontes históricas utilizadas para realizar esta pesquisa foram os documentos de autoria de Juscelino, quais sejam, as *Mensagens ao Congresso Nacional*, os *Discursos* e os livros *Por que construí Brasília* e o *Meu caminho para Brasília*. Existe uma heterogeneidade nestas fontes históricas. Por um lado, as *Mensagens...* são documentos longos, formais e extremamente organizados em torno do projeto de governo de Juscelino. Nelas pode-se notar a racionalidade da política governamental. Por outro lado, os *Discursos* formam um conjunto de documentos mais curtos, com um menor grau de formalidade devido à natureza do diálogo que se estabelecia durante a realização destes atos. Nessas fontes, pode-se observar um Juscelino sintético e muitas vezes didático.

A despeito da referida heterogeneidade, também existe uma complementariedade entre estes documentos, pois os *Discursos* e as *Mensagens ao Congresso Nacional* apresentam as diferentes perspectivas do discurso de Juscelino. Também se pesquisou no livro *Por que construí Brasília* e na autobiografia do presidente, *Meu caminho para Brasília*. Entretanto, não se fixou nos momentos em que Juscelino se colocava na condição de intérprete de seu governo, mas focou-se em sua caracterização do progresso e do desenvolvimento.

Para realizar a explicação desta transição conceitual do *progresso* para o *desenvolvimento*, partiu-se da hipótese de que esta transição ocorreu devido às práticas de

planejamento econômico sistematicamente realizadas pelo governo de Juscelino¹⁰ através do Programa de Metas.

Esta diferenciação conceitual foi feita pelo próprio Juscelino no terceiro volume de sua autobiografia, e também por Celso Furtado. Embora Furtado não tenha feito esta diferenciação com o mesmo objetivo que o deste estudo, será apresentada a sua argumentação para fundamentar a hipótese desta pesquisa.

Inicia-se pela autobiografia do presidente. No terceiro volume de sua autobiografia, *Meu caminho para Brasília – 50 anos em 5*, Juscelino apresentou uma diferenciação que existia entre o conceito de progresso e de desenvolvimento. Neste momento, o presidente discorria sobre a filosofia que orientaria a sua política governamental ao afirmar que era

[...] médico e não técnico. Possuía, entretanto, o instinto das soluções que interessavam ao Brasil. Quando governador em Minas, fiz construir muitas usinas no mesmo local em que, durante minhas viagens de inspeção, julgava que deveriam ficar situadas. Quando os técnicos chegavam, apenas ratificavam a escolha feita. No plano nacional, esse instinto manifestou-se em inúmeras ocasiões. Ao ser discutido o Programa de Metas, firmei alguns princípios, em torno dos quais se processaria toda a atividade de meu quinquênio. *Assentei, desde logo, que a filosofia do meu Governo teria por objetivo o Desenvolvimento. Na época, essa palavra não tinha, como hoje, tão grande significação. Confundia-se Desenvolvimento com o Progresso - o chavão sedição de todas as "plataformas", lidas em banquetes políticos. O conceito que tinha Desenvolvimento, era, porém, amplo e profundo. Tratava-se de uma verdadeira filosofia social, com reflexos em todos os setores da atividade nacional. A evolução social, para ser autêntica, deve ser espontânea, pois todas as sociedades possuem vida própria. A evolução é um condicionamento autossuficiente de novos valores às exigências sociais, e a apuração destes valores é levada a efeito através da luta do homem contra as estruturas, que dificultam ou limitam a realização de suas aspirações* (KUBITSCHKEK, 1978, p. 23, grifo nosso).

O excerto de Juscelino não possui definições precisas e de clareza matemática. Entretanto, nele apreende-se que o presidente diferenciava o conceito de progresso do conceito de desenvolvimento, além disso, observa-se que este conceito era o objetivo da filosofia do seu governo.

Em 1978, no livro *Criatividade e dependência na civilização industrial*, Celso Furtado¹¹ argumentou que existia uma diferença entre a ideia de progresso¹² e a de

¹⁰ Nesta tese é mencionada a ideia de progresso e desenvolvimento de Juscelino Kubitschek. Entretanto, deve ser ressaltado que estas ideias também eram provenientes dos assessores de Juscelino, tais como Celso Furtado e os integrantes do ISEB.

¹¹ Uma síntese deste argumento de Celso Furtado também pode ser encontrada em Rodríguez (2006, p. 301–307).

¹² "A ideia de progresso foi principalmente usada com vistas a favorecer um pacto social entre grupos e classes que se sabiam com interesses antagônicos. Não se pode isolá-la da difusão em todas as camadas sociais do racionalismo e do empirismo que emergiram da revolução burguesa como formas dominantes de pensar. Uma sociedade de classes que pensa sobre si mesma produz necessariamente um pluralismo ideológico. A ideia de progresso foi o cimento de uma superideologia que injetou um fio de solidariedade entre grupos sociais que fatores

desenvolvimento¹³. Aquela ocorria nos países centrais, esta ocorria nos países periféricos. De acordo com o autor, da mesma maneira que

[...] a ideia de progresso transformou-se em alavanca ideológica para fomentar a consciência de interdependência em grupos e classes com interesses antagônicos, nas sociedades em que a revolução destruíra as bases tradicionais de legitimação do poder, a ideia de desenvolvimento serviu para afiançar a consciência de solidariedade internacional no processo de difusão da civilização industrial no quadro da dependência. Durante a fase de acesso indireto aos valores materiais dessa civilização - fase em que se plantaram as raízes da dependência - prevaleceria a doutrina de que o caminho mais curto para o enriquecimento de uma região ou país era a especialização inter-regional ou internacional. Inserir-se no sistema de divisão internacional do trabalho seria a forma mais "racional" de eliminar o atraso na diversificação do consumo, de avançar para a linha de frente das nações civilizadas (FURTADO, 1978, p. 76).

Furtado continua sua argumentação ao afirmar que nos países periféricos do sistema capitalista foi criado um pacto entre os interesses externos e os dirigentes internos que fundou a industrialização nessas áreas. Assim consolidava-se a ideia de desenvolvimento em detrimento do mito da especialização internacional. Além disso, para que a industrialização fosse alcançada, todo auxílio de financiamento externo era bem-vindo (FURTADO, 1978, p. 77-78).

Neste artigo, Celso Furtado evidenciou de forma clara e precisa a existência de uma diferença entre a ideia do progresso e a do desenvolvimento. Juscelino, como também já se apontou, diferenciava o progresso do desenvolvimento. Aquele foi um destacado pensador da

econômicos objetivos de monta levavam a conflitar. No quadro dos antagonismos e dos problemas que daí surgiam para o sistema de dominação social, a ideologia do progresso tomou corpo, criou e renovou o seu discurso. O diálogo entre conservadores e liberais, pelo fato de realizar-se dentro da classe que exercia o poder, não deixava de captar as ondas de maior amplitude que irradiavam das tensões sociais. A pluralidade ideológica ampliava necessariamente a área de cobertura pelo debate político: as iniciativas se exerciam em múltiplas direções, a fim de abrir opções nos momentos em que as tensões se tornassem agudas. A visão otimista do futuro, instilada pela ideologia do progresso, preparava os grupos que se sentiam ameaçados em seus privilégios para assimilar iniciativas antecipadoras e acenava para os desprivilegiados com a miragem da ascensão social" (FURTADO, 1978, p. 78).

¹³ "A ideia de desenvolvimento como performance internacional apresenta-se dissociada das estruturas sociais, simples expressão que é de um pacto entre grupos internos e externos interessados em acelerar a acumulação. Portanto, tem um conteúdo estritamente economicista. Ignorando as aspirações - conflitantes ou não - dos grupos constitutivos da sociedade, ela aponta para o simples transplante da civilização industrial, concebida esta como um estilo material de vida originado fora do contexto histórico do país em questão. As condições ideais para esse transplante podem confundir-se com o imobilismo social: a população passa a ser vista pelos agentes do processo de industrialização como uma massa de 'recursos produtivos' enquadrados nas leis dos mercados. Os conflitos sociais, longe de serem uma fonte de criatividade política, são percebidos como formas de desperdício de energias da sociedade. Importante prolongamento dessa ideologia é a doutrina do autoritarismo como sistema político mais adequado às sociedades de industrialização tardia. Somente no quadro do autoritarismo seria possível criar as condições requeridas para um rápido transplante das técnicas industriais e, simultaneamente, intensificar a acumulação. A atividade política passa a ser vista como um esforço orientado para reduzir as resistências das estruturas sociais à penetração das técnicas próprias à civilização industrial. O autoritarismo, instrumento para alcançar estágios superiores de acumulação, tenderia a perder sua razão de ser em fase ulterior do desenvolvimento" (FURTADO, 1978, p. 78-79).

economia brasileira e latino-americana, este foi o presidente que realizou um programa de desenvolvimento econômico orientado pelo Estado até então nunca visto na história do Brasil. A diferenciação dos conceitos apreendida por Furtado e pelo próprio Juscelino evidencia o aspecto que se busca explorar nesta tese, qual seja, a transição do conceito de progresso para o de desenvolvimento visando a conceituar a mudança econômica e social.

Para atingir os objetivos, esta tese foi estruturada da seguinte forma. No primeiro capítulo, *A ideia de progresso e a busca pelo progresso no Brasil*, apresenta-se a diferença existente no entendimento da ideia de progresso antes e depois do início da modernidade, argumenta-se em defesa da relevância desta ideia para a compreensão dos tempos modernos e contextualiza-se a pertinência de apreender o governo Juscelino a partir dela.

Além disso, apresentam-se as principais características do período posterior à II Guerra Mundial, conhecido com a Era de Ouro do capitalismo e no qual se realça a sua relação com as práticas de planejamento econômico. Assim, mostra-se o cenário político e econômico mundial que possibilitou a condução das mudanças no Brasil por Juscelino. Por fim, para concluir o capítulo, são estabelecidas as relações existentes entre a estabilidade política, o planejamento econômico e o desenvolvimentismo com o objetivo de evidenciar como este ciclo ideológico estava relacionado com as práticas de planejamento econômico.

No segundo capítulo, *O conceito de progresso em Juscelino Kubitschek*, reconstitui-se o período do suicídio de Getúlio Vargas até a posse de Juscelino. Em um segundo momento, apresentam-se as introduções das *Mensagens ao Congresso Nacional*, as quais eram introduções curtas e objetivas, mas que nem por isso deixavam de mostrar as principais preocupações do presidente, tais como a estabilidade política, a industrialização, a necessidade de investimentos externos, o controle da inflação, as reformas agrária e do sistema educacional, a transferência da sede do governo federal para a cidade de Brasília e, por fim, a ênfase na necessidade do estímulo dado pelo Estado a determinados setores da economia.

Continua-se a reconstituição ao apresentar os objetivos gerais do progresso. Observou-se na análise dos documentos um objetivo central de Juscelino – o de construir no Brasil uma sociedade de acordo com o padrão de vida existente nas sociedades que internalizaram a tecnologia resultante da segunda revolução industrial. Se este era o objetivo central, os principais meios para alcançá-lo estavam assentados na realização de reformas que seriam levadas a cabo através do planejamento. Além disso, também se mostra a ênfase que Juscelino dava para a atuação da iniciativa privada no seu programa de governo.

No terceiro capítulo, *O planejamento para o desenvolvimento: uma filosofia social*, apresenta-se como o planejamento e o desenvolvimento eram entendidos enquanto uma filosofia social por Juscelino. Assim, na primeira seção, através dos escritos de Álvaro Vieira Pinto (1959), evidencia-se a importância dada ao planejamento econômico à época. Na segunda seção, mostram-se os obstáculos existentes à execução do planejamento e, na terceira, apresentam-se as reformas que eram entendidas como necessárias para a realização do planejamento. Na quarta seção evidencia-se como as práticas de planejamento auxiliariam a iniciativa privada. Por fim, na quinta e última seção, mostra-se como o planejamento induziria o desenvolvimento econômico nacional.

Primeiro Capítulo – A ideia de progresso e a busca pelo progresso no Brasil

A pessoa escolhida pelo intendente para falar em nome da municipalidade – um professor – saudou o século XX como a era da Luz e do Progresso, a qual, “mercê das novas invenções e descobertas do saber humano, haverá de proporcionar aos povos de todas as nações do Universo uma vida de conforto, fartura e harmonia, como nunca na história da humanidade”.

ERICO VERÍSSIMO (2006) - Incidente em Antares

O objetivo neste capítulo é apresentar a relevância da ideia de progresso e mostrar a diferença existente na compreensão desta ideia antes e depois do início da modernidade. Além disso, busca-se contextualizar a pertinência de apreender o governo Juscelino de acordo com essa ideia. Para tanto, divide-se este capítulo em três seções.

Na primeira seção, *A ideia de progresso na Modernidade*, apresenta-se sucintamente as origens desta ideia e depois mostra-se o que fez com que ela se transformasse da antiguidade para a modernidade. Depois, apresentam-se os conceitos *espaço experiência* e *horizonte de expectativa* e a tese de Reinhart Koselleck de que os tempos modernos se caracterizam pelo constante distanciamento entre estes dois conceitos. Na segunda seção, *Os Anos Dourados do capitalismo e o planejamento econômico*, apresentam-se as principais características deste período com o objetivo de reconstituir o cenário político e econômico mundial que possibilitou a condução das mudanças realizadas no Brasil por Juscelino. Por fim, na terceira seção, *Estabilidade política, planejamento econômico e desenvolvimentismo*, fundamenta-se a proposição de que Juscelino apenas conseguiu a estabilidade política para a realização do Programa de Metas, pois foi capaz de construir um horizonte de futuro no qual as transformações estruturais – que ele não poderia realizar em seu mandato – seriam realizáveis. Para que o presidente conseguisse alcançar tais objetivos, julga-se que a ideologia do desenvolvimentismo foi fundamental¹⁴.

Por se estar centrado em uma reflexão em torno da ideia de progresso e também por se buscar explicar uma transição conceitual do progresso para o desenvolvimento em um momento específico da história do Brasil, escolheu-se apresentar uma reflexão sintética sobre a ideia de progresso cuja existência compreende um período histórico imenso e que foi tratada com maior densidade pelos autores citados nesta seção. Ao realizar tal tarefa, tem-se ciência dos riscos de cometer omissões graves ao efetuar saltos históricos seculares. Entretanto, continua-se a problematizar o objeto de estudo desta forma, pois se defende a pertinência da compreensão de que os *Anos Dourados* do capitalismo ocorreram durante a trégua da crise da ideia de progresso da modernidade, portanto, em um período muito específico e curto da história desta ideia. Entretanto, apesar da especificidade e da curta duração deste período, foi um momento de intensa transformação econômica e social em alguns países da periferia do sistema capitalista, como foi o caso do Brasil. Assim, ao mesmo tempo em que se mostra a singularidade e a diminuta extensão deste período, também se enfatiza o seu alto potencial transformador.

¹⁴ Consequentemente, a transição do conceito de progresso para o conceito de desenvolvimento também foi fundamental.

Estas características se encontram em polos opostos de análise. Geralmente, quem apresenta um lado não apresenta o outro. Mas, julga-se que se apreende melhor a complexidade deste período no momento em que estas duas visões são apresentadas conjuntamente.

1 A ideia de progresso na Modernidade

Esta seção poderia ser imensa devido ao período histórico que a ideia de progresso abrange e ao número de pensadores que se dedicaram a refletir sobre ela. Entretanto, não foi feita desta forma, pois estaria muito além dos objetivos desta tese. De modo contrário, escolheu-se fazê-la breve com o objetivo de mostrar a principal característica que diferencia as ideias de progresso da Antiguidade e da Modernidade. Para tanto, duas obras de referência sobre o assunto foram utilizadas, a saber, o verbete *Progress*, do *Syntopicon of the Great Books of the Western World* e a obra *História da ideia de progresso*, escrita por Robert Nisbet.

De acordo com os filósofos americanos que editaram o *Syntopicon of the Great Books of the Western World*¹⁵, a ideia de progresso é uma das que possuem maior influência no mundo moderno e por isso influencia a compreensão de outras relevantes ideias,

[...] de forma explícita, em ênfase e importância, progresso, como evolução, é uma ideia nova dos tempos modernos. Não é apenas a ideia mais proeminente na discussão moderna; ela afeta o significado de muitas outras e, desta forma, dá uma especial cor e tendência ao pensamento moderno¹⁶.

Além desta citada importância que apenas se refere aos tempos modernos, Robert Nisbet apresentou a ideia de progresso como possuidora de mais de vinte e cinco séculos de existência. Durante este período, podem ser observadas as influências que esta ideia recebeu de

¹⁵ Está além do escopo desta pesquisa, mas merece ser citado que o *Syntopicon* faz parte da coleção *Great Books of the Western World* que compreendia, em sua primeira edição, 54 volumes de uma seleção de livros clássicos, sendo que o primeiro volume era uma introdução à seleção e o segundo e o terceiro volumes formavam o *Syntopicon*. Nestes dois volumes, foram apresentados 102 artigos sobre as ideias mais importantes presentes nos livros da coleção. Dentre estas ideias, está a ideia de progresso. Utilizamos esta coleção como referência para esta seção devido à abrangência temporal e à quantidade de autores que o *Syntopicon* articula em seus artigos. No prefácio existente no primeiro volume, afirmava-se que a tarefa editorial de realizar a coleção deveria ser levada a cabo devido ao desaparecimento dos autores clássicos da educação norte-americana, fato que não era entendido como um progresso educacional ((HUTCHINS; ADLER; GORMAN, 1952, p. xiv).

¹⁶ Tradução do autor de: “[...] in explicit formulation, in emphasis and importance, progress, like evolution, is almost a new idea in modern times. It is not merely more prominent in modern discussion; it affects the significance of many other ideas, and so gives a characteristic color or tendency to modern thought” (HUTCHINS; ADLER; GORMAN, 1952, p. 437).

diferentes civilizações, fato que a transformou e variou a sua importância social. De acordo com o sociólogo americano,

Durante mais de vinte e cinco séculos, os filósofos, cientistas, historiadores e teólogos se ocuparam, com variados graus de intensidade, dessa ideia – também, é claro, do seu contrário: decadência ou recorrência cíclica, apesar de que, a partir de Hesíodo e talvez de Homero, a fé no progresso tenha sido a fé dominante, como demonstro nas páginas deste livro. Nós vivemos – já se tem dito isso – sob o encanto das ideias, sejam elas boas ou más, verdadeiras ou falsas. Podemos pensar que estamos reagindo diretamente aos acontecimentos e às mudanças na história das instituições, mas na realidade não estamos; reagimos a esses acontecimentos e a essas mudanças da maneira em que se tornam verdadeiros ou assimiláveis para nós pelas ideias já incorporadas por nossas mentes (NISBET, 1985, p. 16).

Dentro deste largo período de existência, uma das principais transformações sucedidas nesta ideia ocorreu com o início da colonização¹⁷ do continente americano. A partir deste momento, os europeus estavam habilitados a realizar comparações entre o próprio estágio de desenvolvimento e os estágios das demais regiões do globo por eles colonizadas. Além disso, abriu-se a possibilidade de se pensar um futuro diferente do presente.

Diante desse processo, houve uma transformação da compreensão do progresso enquanto *fato* para a do progresso enquanto *ideia*. Um exemplo claro desta diferenciação foi oferecido no verbete *Progress*, do *Syntopcon* do *Great Books of the Western World*, no qual foi afirmado que “[...] o fato do progresso pertence ao registro de uma realização, a ideia de progresso estabelece um objetivo a ser alcançado”¹⁸. Para elucidar melhor esta diferença, no verbete foi contrastada a ideia de progresso de Tucídides (460 a.C. – 400 a.C.) com a ideia de progresso de Adam Smith (1723 – 1790). Assim, a visão do progresso enquanto um *fato* relacionava-se com o período histórico da antiguidade.

[...] Tucídides não parece tirar destas observações qualquer ideia geral de progresso. Ele não imagina concretamente um futuro superando a era Pericleana na magnitude de suas guerras e na magnificência de sua riqueza, [...]. Ele não deduz que qualquer que fosse o fator que trabalhou para causar o avanço do passado para o presente deveria continuar a operar com resultados similares. Pode ser dito que ele não pensa sobre o futuro; certamente, ele não pensa nisso como uma rica promessa (HUTCHINS; ADLER; GORMAN, 1952, p. 439)¹⁹.

¹⁷ “[...] a Descoberta despertou nos centros metropolitanos outra revelação, a de um novo horizonte de expectativa. Ou melhor, tudo se passou como se retrospectivamente a associação entre Revolução Científica e Grandes Navegações confirmasse uma outra Espera ruminada até então nalgum recanto da imaginação social europeia antecipadora. O nexa entre as viagens transoceânicas e a empresa do novo ideal de conhecimento científico não por acaso aparece estampado no frontispício do *Novum Organum*, de Francis Bacon” (ARANTES, 2014b, p. 46).

¹⁸ Tradução do autor de: “[...] *the fact of progress belongs to record achievement, the idea of progress sets a goal to be achieved*” (HUTCHINS; ADLER; GORMAN, 1952, p. 438).

¹⁹ Tradução do autor de: “[...] *Thucydides does not seem to draw from these observations any general idea of progress. He does not concretely imagine a future excelling the Periclean age in magnitude of its wars and magnificence of its wealth, as the period dwarfs antiquity. He does not infer that whatever the factor worked to*

A visão de progresso existente nas obras de Adam Smith foi interpretada de maneira completamente diferente, pois havia uma ênfase no futuro que inexistia na visão de progresso apresentada por Tucídides. De acordo com os seus autores, o

[...] pensamento de Adam Smith sobre o progresso representa a contrastante ênfase moderna no futuro. Em um sentido, tanto Tucídides como Smith medem o progresso econômico da mesma forma, enquanto um escreve sobre a riqueza das cidades, o outro escreve sobre a riqueza das nações. Smith e Tucídides julgam a melhoria econômica em termos de aumento da opulência, de crescimento das reservas de capital, da expansão do comércio e do aumento do poder na guerra ou da paz que a maior riqueza confere. *Mas Smith, dentro do espírito de Francis Bacon, busca analisar as causas da prosperidade para fazê-las trabalhar para o progresso futuro*²⁰.

A diferenciação na visão do progresso existente entre os antigos e os modernos é a parte do verbete mais relevante para esta pesquisa. Nele ainda se encontra uma apreensão da possibilidade do progresso na ciência e na política. Entretanto, apenas com o recorte selecionado foi possível relacionar como a colonização do continente americano foi entendida enquanto um marco na compreensão da ideia de progresso. E, é com esse marco e seus futuros desdobramentos que aqui se trabalha.

Assim, percebe-se que a ideia de progresso é antiga e que ela também se metamorfoseou. Não são poucas as publicações que se concentram nesta ideia e o objetivo aqui não é fazer um balanço destas publicações. Dada a antiguidade desta ideia, deve-se ser muito preciso para diminuir ao máximo as possibilidades de incompreensões.

Como na próxima seção será apresentada uma compreensão da ideia de progresso na modernidade através dos conceitos *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa* de Reinhart Koselleck²¹, antes considera-se pertinente apresentar (de forma extremamente

cause the advance from past to present may continue to operate with similar results. It might almost be said that he does not think about the future; certainly he does not think of it as rich in promise" (HUTCHINS; ADLER; GORMAN, 1952, p. 439).

²⁰ Tradução do autor de: "*Adam Smith's thinking about progress represents the contrasting modern emphasis upon the future. In one sense, both Thucydides and Smith measure economic progress in the same way, though one writes of the wealth of cities, the other of wealth of nations. Both Smith and Thucydides judge economic improvement in terms of increasing opulence, the growth of capital reserves, the expansion of commerce, and the enlarged power in war or peace which greater wealth bestows. But Smith, in the spirit of Francis Bacon, seeks to analyze the causes of prosperity in order to make them work for further progress*" (HUTCHINS; ADLER; GORMAN, 1952, p. 439, grifo nosso).

²¹ Reinhart Koselleck, no artigo "*Espaço de experiência*" e "*horizonte de expectativa*": duas categorias históricas, caracterizou o tempo histórico da modernidade como sendo aquele em que há um distanciamento entre *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa* e afirmou que foi o conceito de *progresso* que melhor apreendeu esta nova realidade. Estas proposições de Koselleck orientaram a pesquisa realizada nesta tese em torno do uso da ideia de progresso no discurso de Juscelino.

sintética) uma interpretação histórica da ideia de progresso realizada por Paulo Arantes de acordo com os conceitos de Koselleck.

Para Arantes, com a descoberta do continente americano iniciou-se uma nova etapa da história na qual diferentes povos em diferentes estágios de desenvolvimento se conectaram, constituindo assim a moderna economia do mundo capitalista. Deste momento (1492 ou 1500) até 1789, *espaço de experiência e horizonte de expectativa* distanciaram-se, consolidando a emergência dos tempos modernos e que melhor foi captada pelo conceito de progresso²².

Entretanto, da Revolução Francesa, em 1789,²³ até a Queda do Muro de Berlim, em 1989, a ideia de progresso veio perdendo o seu vigor. Perda que se intensificou durante o período transcorrido entre a I Guerra Mundial (1914-1918) e a II Guerra Mundial (1939-1945). Mas, esta perda de vigor não foi constante durante todo este período. No decorrer do pós-guerra (1945-1973) houve uma *trégua* da crise do progresso que pode ser evidenciada pela reconstrução dos países europeus que participaram da guerra e pela industrialização dos países periféricos do sistema. Este período, mais tarde, veio a ser chamado de *Anos Dourados* do capitalismo.

Foi durante a *trégua* da crise da ideia de progresso que ocorreu um importante período do desenvolvimento capitalista no Brasil. Mais precisamente, o período do governo de Juscelino também ocorreu neste momento, no qual foram internalizados os avanços tecnológicos oriundos da segunda revolução industrial.

Basicamente, a compreensão do progresso enquanto ideia fundamenta-se na existência de uma expectativa positiva em relação ao futuro na sociedade. Levando em consideração esta compreensão, o artigo do historiador alemão Reinhart Koselleck "*Espaço de experiência*" e "*horizonte de expectativa*": *duas categorias históricas*, auxilia a compreender a importância da ideia de progresso na modernidade, além de apresentar uma argumentação defendendo que tais conceitos amparam a reflexão sobre um determinado tempo histórico, o tempo histórico existente na modernidade. Por este motivo, apresentam-se os conceitos

²² "A reunião de um grande número de novas experiências dos três séculos anteriores à hora histórica em que a noção de Progresso surgiu com um horizonte incontornável, e o fato de que todas elas - este o ponto - remetiam à percepção decisiva do não-contemporâneo no contemporâneo, é algo que se pode atribuir à força catalisadora da revelação de um globo terrestre, por sua vez indissociada da revolução copernicana e da ciência nova codificada por Galileu. Em suma, a Descoberta despertou nos centros metropolitanos uma outra revelação, a de um novo horizonte de expectativa" (ARANTES, 2014b, p. 46).

²³ "É assim que, a seu ver, a partir da Revolução Francesa, todos os grandes sistemas filosóficos metaforizaram esse 'postulado de queda' e por isso, no fundo, são todos trágicos" (ARANTES, 2014b, p. 90).

utilizados por Koselleck e realiza-se abaixo uma síntese de seu argumento que foi parte fundamental na construção das relações e das proposições defendidas neste trabalho.

Reinhart Koselleck defendeu a tese de que a experiência e expectativa são categorias “[...] adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem ações concretas no movimento social e político” (KOSELLECK, 2006a, p. 308). Além disso, o autor argumentou que

[...] nossos dois conceitos não se encontram apenas na execução concreta da história, na medida em que a fazem avançar. Como categorias, eles fornecem as determinações formais que permitem que o nosso conhecimento histórico decifre essa execução. Eles remetem à temporalidade do homem, e com isto, de certa forma meta-historicamente, à temporalidade da história (KOSELLECK, 2006a, p. 309).

Reinhart Koselleck buscou esclarecer a sua tese em dois passos. Primeiro, procurou responder à seguinte pergunta: “[...] em que medida experiência e expectativa, como dado antropológico, são condição para as histórias possíveis?” (KOSELLECK, 2006a, p. 309). Em seguida, tentou “[...] mostrar historicamente que a coordenação entre experiência e expectativa deslocou-se e modificou-se no transcurso da história” (KOSELLECK, 2006a, p. 309). Por fim, sugerindo a sua conclusão, o autor argumentou que se conseguisse alcançar os seus objetivos, ele haveria “[...] demonstrado que o tempo histórico não apenas é uma palavra sem conteúdo, mas também uma grandeza que se modifica com a história, e cuja modificação pode ser deduzida da coordenação variável entre experiência e expectativa” (KOSELLECK, 2006a, p. 309).

O primeiro passo que Koselleck realizou para esclarecer a sua tese foi responder ao questionamento sobre a possibilidade dos conceitos experiência e expectativa serem condições para as histórias possíveis. Para tanto, ele definiu a experiência como sendo “[...] o passado atual, aquele no qual conhecimentos foram incorporados e podem ser lembrados” (KOSELLECK, 2006a, p. 309). Já a expectativa “[...] é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto” (KOSELLECK, 2006a, p. 310). De acordo com o autor, estes dois conceitos estão relacionados, todavia, não podem ser entendidos enquanto conceitos simétricos, pois representam formas diferentes. Desta forma, passado “[...] e futuro jamais chegam a coincidir, assim como uma expectativa jamais pode ser deduzida totalmente da experiência” (KOSELLECK, 2006a, p. 310). Continuando, ele

argumentou que o importante “[...] é mostrar que a presença do passado é diferente da presença do futuro” (KOSELLECK, 2006a, p. 311)²⁴.

Após diferenciar metaforicamente os dois conceitos, o autor argumentou que a diferença principal entre experiência e expectativa é que “[...] as expectativas podem ser revistas, as experiências são recolhidas” (KOSELLECK, 2006a, p. 311). Para reiterar o seu ponto de vista, ele insistiu em afirmar que “[...] não se trata, pois, de simples conceitos opostos. Pelo contrário, eles indicam maneiras desiguais de ser, e da tensão que daí resulta pode ser deduzido algo como o tempo histórico” (KOSELLECK, 2006a, p. 312).

Para o historiador, se equivoca aquele que acredita que pode deduzir as expectativas apenas de experiências, pois, na história, os acontecimentos sempre vão um pouco além ou um pouco aquém do que está contido nas premissas. Assim sendo, “[...] o futuro histórico nunca é resultado puro e simples do passado histórico” (KOSELLECK, 2006a, p. 312).

Koselleck continuou sua argumentação com a exposição dos conceitos de estrutura temporal da experiência, estrutura temporal da expectativa e a estrutura do prognóstico. Desta forma foi que o autor expôs a estrutura temporal da experiência:

Aprendemos com o tempo, reunimos novas experiências. Portanto, também as experiências já adquiridas podem modificar-se com o tempo. Os acontecimentos de 1933 aconteceram de uma vez por todas, mas as experiências baseadas neles podem mudar com o correr do tempo. As experiências se superpõem, se impregnam umas das outras. E mais: novas esperanças ou decepções retroagem, novas expectativas abrem brechas e repercutem nelas. Eis a estrutura temporal da experiência, que não pode ser reunida sem uma expectativa retroativa (KOSELLECK, 2006a, p. 312–313).

A estrutura temporal da expectativa é entendida de forma diferente, pois

[...] não pode ser adquirida sem experiência. Expectativas baseadas em experiências não surpreendem quando acontecem. Só pode surpreender aquilo que não é esperado. Então, estamos diante de uma nova experiência. Romper o horizonte de expectativa cria, pois, uma experiência nova. O ganho de experiência ultrapassa então a limitação do futuro possível, tal como pressuposta pela experiência anterior. Assim, a superação temporal das expectativas organiza nossas duas dimensões de uma maneira nova (KOSELLECK, 2006a, p. 313).

Por fim, Koselleck apresentou a *estrutura do prognóstico*, estrutura na qual operam experiência e expectativa. Primeiramente, um prognóstico poderia se tornar verossímil ao

²⁴ Koselleck apresentou uma metáfora para diferenciar estes dois conceitos. Assim, a experiência “[...] pode ser comparada ao olho mágico de uma máquina de lavar, atrás do qual de vez em quando aparece esta ou aquela peça colorida de toda roupa que está contida na cuba” (KOSELLECK, 2006a, p. 311). Por outro lado, o “[...] horizonte quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado” (KOSELLECK, 2006a, p. 311).

organizar cientificamente ou não os dados da experiência (KOSELLECK, 2006a, p. 313). Depois, chegaria o momento de ser construído o prognóstico, ou seja, o *horizonte de expectativa* que nada mais é que o *espaço de experiência* aberto ao futuro (KOSELLECK, 2006a, p. 313).

Com o conceito de *estrutura do prognóstico*, Koselleck explicou que não há uma relação estática entre experiência e expectativa, mas sim um entrelaçamento desigual entre o passado e o futuro criador do tempo histórico. E essa característica do tempo histórico “[...] pode indicar a sua capacidade de se modificar” (KOSELLECK, 2006a, p. 314).

Na terceira seção do artigo, Koselleck disse que havia chegado o momento de aplicar sua teoria à história. Sua tese é que, durante a era moderna, a “[...] *diferença entre experiência e expectativa aumenta progressivamente, ou melhor, só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais da experiências feitas até então*” (KOSELLECK, 2006a, p. 314, grifo nosso).

Realidade muito diferente da apresentada no parágrafo acima era a da Europa pré-revolução industrial, na qual “[...] as expectativas que eram ou que podiam ser alimentadas, no mundo metade camponês metade artesanal aqui descrito, eram inteiramente sustentadas pelas experiências dos antepassados, que passaram a ser também a dos descendentes” (KOSELLECK, 2006a, p. 315).

Certamente, o mundo europeu pré-Revolução Industrial era muito menos dinâmico. E, quando o processo de transformação deste mundo foi iniciado, ele não foi sentido por todos os europeus igualmente, pois havia um recorte de classe nesta percepção. Não foram todos os europeus que observaram as cruzadas, a colonização ultramarina, a revolução copernicana e as invenções técnicas. Devido a estas novas experiências, Koselleck afirmou que era “[...] preciso supor uma diferença ampla e consciente entre experiência transmitida e a nova expectativa que se manifesta” (KOSELLECK, 2006a, p. 315).

Nessa conjuntura de mudanças acentuadas, o *espaço de experiência* então existente foi dinamitado e, após o Renascimento e as Reformas, tais transformações foram penetrando em camadas sociais cada vez mais numerosas (KOSELLECK, 2006a, p. 316). Uma outra transformação deste período ocorreu com o conceito de progresso. Anteriormente, a realidade apresentava um “*profectus*” espiritual que buscava um outro mundo cuja fundamentação era a doutrina dos últimos dias. Posteriormente, foi criado o “*progressus*” mundano, fundamentado na existência terrena que via o futuro como algo em aberto. Desde então, a história começou a

ser entendida como um processo de contínuo e crescente aperfeiçoamento onde os fins passaram a ser estabelecidos de geração em geração. Os efeitos destes novos fins, previstos no plano ou no prognóstico, tornaram-se legitimadores da ação política. Assim, de acordo com o autor, esta mudança trouxe um coeficiente de mudança no *horizonte de expectativa* (KOSELLECK, 2006a, p. 316–317).

Todavia, não foi apenas o *horizonte de expectativa* que se transformou, também houve uma mudança no *espaço de experiência*, pois a vida cotidiana das pessoas se transformava. De acordo com o autor, “[...] o conceito de progresso único e universal nutria-se de muitas experiências individuais de progressos setoriais, que interferiram com profundidade cada vez maior na vida quotidiana e que antes não existiam” (KOSELLECK, 2006a, p. 317).

Alguns destes progressos setoriais foram a revolução copernicana, o lento desenvolvimento da técnica, o descobrimento do globo terrestre e a dissolução do mundo feudal pela indústria e pelo capital (KOSELLECK, 2006a, p. 317). Consequentemente, tornou-se possível aos europeus observarem a contemporaneidade do não contemporâneo, afinal, tinham a possibilidade de observar diferentes partes do globo ao mesmo tempo. Também devido ao conhecimento do globo, a comparação entre as regiões foi possibilitada. Logo, tornou-se possível conjugar os verbos alcançar, ultrapassar, manter-se à frente quando o assunto era a comparação entre os níveis de progresso material das economias nacionais.

O que primordialmente importava para Koselleck era, “[...] lembrar que o progresso estava voltado para a transformação ativa deste mundo, e não do além, por mais numerosas que possam ser, do ponto de vista intelectual, as conexões entre o progresso e uma expectativa cristã do futuro” (KOSELLECK, 2006a, p. 318).

Esta nova realidade que se formava fez com que “[...] as expectativas para o futuro se desvinculariam de tudo quanto as antigas experiências haviam sido capazes de oferecer” (KOSELLECK, 2006a, p. 318). Logo, o futuro tornou-se completamente diferente do passado e a separação entre o *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa* criou uma nova forma de predição histórica diferente daquelas realizadas por Nicolau Maquiavel (1469 – 1527) e David Hume (1711 – 1776).

Koselleck afirmou que o filósofo Immanuel Kant foi o criador da expressão “progresso” – assim como é compreendida modernamente – e que “[...] ‘o progresso contínuo para melhor’ [...] só passou a ser concebível depois que a história foi vista e experimentada como única, não apenas nos diversos casos individuais, mas única em seu todo, como totalidade

aberta para um futuro portador de progresso” (KOSELLECK, 2006a, p. 319)²⁵. Assim, dada a existência de um futuro portador de progresso, o valor histórico do passado foi modificado. Conseqüentemente, após este momento, a história não poderia mais ser ensinada através do exemplo.

Koselleck reiterou que “[...] o ‘progresso’ é o primeiro conceito genuinamente histórico que apreendeu, em um único conceito, a diferença temporal entre experiência e expectativa” (KOSELLECK, 2006a, p. 320). Desta forma, tornou-se norma a constante busca pela superação das experiências anteriores e a formulação de expectativas que ainda não podiam ser concebidas (KOSELLECK, 2006a, p. 320).

Ao concluir seu artigo, Koselleck afirmou que a chave para se reconhecer o tempo histórico, em particular a modernidade, é a explicação da história progressiva, ou seja, os tempos modernos.

Fundamentados nesta reflexão de Koselleck, conclui-se esta seção sobre a ideia de progresso e sobre os conceitos *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*. Deixa-se indicado que a constante busca pelo aumento da distância entre o *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativa* pode ser apreendida no discurso de Juscelino. Além disso, defende-se a tese de que foram as práticas de planejamento econômico que fizeram com que esta distância aumentasse e, ainda mais importante, foram tais práticas que realizaram a transição do conceito de progresso para o de desenvolvimento durante o período de Juscelino.

Uma evidência desta tensão estava no mote do governo de Juscelino – cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo – cujo principal instrumento era o Programa de Metas. Assim, Juscelino utilizava-se das técnicas de planejamento para alcançar o *progresso* e o *desenvolvimento*, aumentando a distância entre o *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativa* e, por fim, para fazer com que o Brasil transitasse do *subdesenvolvimento* para o *desenvolvimento*, condição das principais nações que haviam internalizado os avanços da segunda revolução industrial.

De acordo com a periodização apresentada por Paulo Arantes (2014b) em seu artigo *O novo tempo do mundo*, o governo de Juscelino ocorreu durante um período de trégua da crise do progresso. Este momento, que é chamado por historiadores de *Anos Dourados* do capitalismo, foi também o momento em que as práticas de planejamento econômico foram

²⁵ Para um maior aprofundamento nesta questão ver: Jasmin (2012).

usadas exaustivamente por parte do Estado para realizar transformações estruturais nas sociedades, principalmente dos países subdesenvolvidos. Este é o assunto da próxima seção²⁶.

2 Os Anos Dourados do capitalismo e o planejamento econômico

Ao escrever sobre os Anos Dourados em sua obra *Era dos extremos*, Eric Hobsbawm argumentou que esta foi uma fase única da história do capitalismo, (HOBSBAWM, 1995, p. 253). Os Estados Unidos continuaram a expandir a economia de forma similar ao período anterior à guerra, mas em um ritmo menor. As economias europeias e o Japão recuperavam-se da guerra com objetivos de alcançarem a condição que havia sido destruída (HOBSBAWM, 1995, p. 254).

Para Hobsbawm, os Anos Dourados pertenceram essencialmente aos países desenvolvidos que representavam três quartos da população mundial. Mas, também foi um fenômeno mundial, embora a riqueza jamais tenha chegado para toda a população do mundo (HOBSBAWM, 1995, p. 255).

Foi o momento em que a revolução na produção de alimentos e a expansão do mundo industrial possibilitaram taxas explosivas de crescimento juntamente com a deterioração do meio ambiente, fazendo com que o problema ecológico entrasse em cena (HOBSBAWM, 1995, p. 257). Além disso, Hobsbawm argumentou que um dos motivos “[...] pelos quais a Era de Ouro foi de ouro é que o preço do barril de petróleo saudita custava em média menos de dois dólares durante todo o período de 1950 a 1973, com isso tornando a energia ridiculamente barata, e barateando-a cada vez mais” (HOBSBAWM, 1995, p. 258).

Durante os Anos Dourados, conseqüentemente, ocorreu a globalização do modelo econômico existente nos Estados Unidos no período anterior a 1945 (HOBSBAWM, 1995, p. 259). A era do automóvel disseminou o modelo fordista para o mundo e criou um novo padrão

²⁶ É certo que a busca pelo progresso e a utilização deste conceito não foram iniciadas no período do governo de Juscelino. As formas como a busca pelo progresso foram realizadas no Brasil podem ser apreendidas através de interpretações de como as ações orientadas por esta ideia se manifestaram objetivamente no Brasil. Dentre as inúmeras referências existentes sobre este tema, destacam-se as obras sobre o período imperial brasileiro de Gonçalves (1989), Del Roio (2002) e Azevedo (2014). Sobre a República Velha destaca-se a reconstituição feita com base em Freyre (2002) e no que se refere à Era Vargas e ao período posterior a ela destacam-se as obras de Furtado (1978) e Bastos e Fonseca (2012). A ideia de progresso, usada tanto por positivistas como por marxistas, apresentou uma noção de progresso histórico que propunha etapas para a análise social. Para os primeiros, havia a possibilidade de modernização social através do consenso. Entretanto, para os marxistas, esta possibilidade não estava colocada.

de vida, orientado pela pesquisa científica e pelo uso massivo da tecnologia (HOBSBAWM, 1995, p. 260). Dentro desta conjuntura de transformações, foram três os fatores que chamaram a atenção do historiador.

Primeiro, este novo padrão de vida foi revolucionado pelo transistor, pela bateria miniaturizada e pela revolução verde, que transformou o cultivo do arroz e do trigo. O mundo rural e o urbano se transformavam juntos (HOBSBAWM, 1995, p. 260). Segundo, outro elemento novo deste período foi a necessidade de pesquisa e desenvolvimento (P&D) para a realização do crescimento econômico. Desta forma, os países que já possuíam a economia de mercado desenvolvida estavam em vantagem. De acordo com o historiador, o “[...] país desenvolvido típico tinha mais de mil cientistas e engenheiros para cada milhão de habitantes na década de 1970, mas o Brasil tinha cerca de 250, a Índia 130, o Paquistão uns sessenta, o Quênia e a Nigéria cerca de trinta” (HOBSBAWM, 1995, p. 261 *apud* UNESCO, 1985, tabela 5.18). Terceiro, a necessidade de capital intensivo para a criação de novas tecnologias foi outra característica definidora do período e, por consequência disso, os “[...] seres humanos só eram essenciais para tal economia num aspecto: como compradores de bens e serviços” (HOBSBAWM, 1995, p. 262). Aparentemente, todos os problemas ocorridos no período compreendido entre os anos de 1914 e 1945 haviam desaparecido.

Diante deste cenário, Hobsbawm se questionava sobre uma possível explicação para o sucesso do capitalismo. E a resposta para esta pergunta fundamentava-se em dois pontos. Primeiro, a emergência das economias mistas e, segundo, a multiplicação da capacidade produtiva da economia mundial (HOBSBAWM, 1995, p. 264).

Para o historiador inglês, foi o casamento entre o liberalismo econômico e a democracia social que forjou o sucesso dos Anos Dourados. As reformas que ocorreram desde então estavam fundamentadas na memória histórica daqueles que haviam vivido crises, guerras, depressões, a ascensão de Hitler e o comunismo soviético.

Quatro eram as proposições que estavam presentes na mente daqueles que formulavam políticas à época. Primeira, a crise do entre guerras havia ocorrido devido à concorrência intercapitalista. Segunda, os Estados Unidos eram a hegemonia nascente. Terceira, a grande depressão era de responsabilidade do mercado. Quarta, não se permitiria outra etapa da volta do desemprego em massa (HOBSBAWM, 1995, p. 266).

Tanto os Estados Unidos e a Inglaterra como os países não anglo-saxões eram contrários ao velho liberalismo e um possível retorno ao *laissez-faire* estava fora de questão.

Era um momento no qual existiam economias mistas e amor ao planejamento econômico. Por outro lado, o aumento da produção e do comércio eram os objetivos das economias nacionais (HOBSBAWM, 1995, p. 267).

Neste pós-guerra, foi criada uma nova ordem econômica liderada pelos Estados Unidos. Foi um momento marcado por livre comércio, livre mobilidade de capitais e moedas estáveis. A conduta dos Estados Unidos foi encorajada pela existência da Guerra Fria, fato que fez com que este Estado nacional ajudasse os seus futuros concorrentes a crescerem o mais rápido possível (HOBSBAWM, 1995, p. 270).

A economia mundial desenvolvia-se em torno dos Estados Unidos, mas Eric Hobsbawm apresentou a seus leitores um fenômeno que era portador de um alto poder de transformação, a saber: a transnacionalização do capital. Para o autor, três aspectos deveriam ser analisados para a compreensão deste fenômeno: as empresas transnacionais, a nova divisão internacional do trabalho e o aumento do financiamento *off-shore*. De forma sintética, pode ser dito que, para a empresa transnacional, os territórios e as fronteiras de Estados nacionais não constituíam o esquema operatório básico. De forma oposta, eram entendidos apenas como fatores complicadores (HOBSBAWM, 1995, p. 272).

Durante os Anos Dourados foi transferida uma parte da produção industrial para as regiões periféricas do sistema. Consequentemente, houve também a transferência de um determinado tipo de trabalho para estas regiões. De acordo com Hobsbawm, era

[...] natural que a indústria se transferisse de locais de mão de obra cara para outros onde ela era barata assim que isso se tornasse possível e economicamente viável, e a (previsível) descoberta de que a força de trabalho não branca era pelo menos tão qualificada e educada quanto a branca iria ser um bônus extra para as indústrias de alta tecnologia. Contudo, havia um motivo particularmente convincente para o *boom* da Era de Ouro provocar o abandono dos países-núcleo da velha industrialização. Era a incomum combinação “keynesiana” de crescimento econômico numa economia capitalista baseada no consumo de massa de uma força de trabalho plenamente empregada e cada vez mais bem paga e protegida (HOBSBAWM, 1995, p. 276).

Não será focada aqui a questão do início do processo de desmonte do Estado de bem-estar social sugerido por Hobsbawm, pois vai além dos objetivos propostos nesta tese, mas destaca-se o fato de que não era tarefa fácil levar o processo de industrialização para o chamado terceiro mundo. Como argumentou o autor, alguns Estados mais ambiciosos exigiam “[...] o fim do atraso agrário através da industrialização sistemática, fosse com base no modelo soviético de planejamento centralizado, fosse pela substituição de importação. Ambos, de modo diferentes, dependiam de ação e controle do Estado” (HOBSBAWM, 1995, p. 243).

Os obstáculos existentes não eram poucos, tais como a “[...] falta de especialistas qualificados e experientes, administradores e quadros econômicos; analfabetismo; desconhecimento ou falta de simpatia por programas de modernização econômica” (HOBSBAWM, 1995, p. 343)²⁷. Hobsbawm apresentou, por um lado, os fracassos de grandes projetos de industrialização na África e, por outro, o sucesso dos *Newly industrializing countries* (NICs) – países de industrialização recente – a partir da década de 1970 e do México e Brasil nas décadas de 1950 e 1960. Sobre estes dois últimos, o historiador afirmou que

[...] os dois conseguiram a desejada transição para economias industriais modernas. Na verdade, o Brasil se transformou por algum tempo no oitavo maior país industrial do mundo não comunista. Os dois países tinham uma população suficientemente vasta para proporcionar um substancial mercado interno, pelo menos por um tempo bastante longo. Os gastos e atividades públicos mantinham uma alta demanda interna. A certa altura, o setor público brasileiro era responsável por cerca de metade do Produto Interno Bruto e representava dezenove das vinte maiores empresas [...] (HOBSBAWM, 1995, p. 344).

Todo este cenário econômico reconstruído por Hobsbawm fez com que ele afirmasse que o “[...] planejamento e iniciativa do Estado eram a voga em toda a parte do mundo nas décadas de 1950 e 1960 [...]”. Se essa forma de desenvolvimento econômico produziu resultados satisfatórios ou decepcionantes, isso dependeu de condições locais e erros humanos” (HOBSBAWM, 1995, p. 344, grifo nosso).

No Brasil, durante este período, houve uma transformação na estrutura econômica e social. De acordo com Octavio Ianni, o governo de Juscelino Kubitschek implantou uma estrutura industrial integrada e impulsionou a iniciativa privada no Brasil (IANNI, 1971, p. 142). Conseqüentemente, houve um aumento da complementariedade e da interdependência industrial brasileira com os investimentos externos.

O sucesso das realizações de Juscelino deve ser colocado no contexto do sucesso do Plano Marshall, que criou a necessidade de encontrar novas fronteiras de expansão para a economia norte-americana (IANNI, 1971, p. 143). Evidência clara desta orientação dos Estados Unidos pode ser apreendida no *Point Four Program* estabelecido pelo presidente Harry S. Truman. Cabe aqui transcrever a parte deste documento citada por Octavio Ianni.

Quarto, precisamos adotar um novo e arrojado programa, para tornar as vantagens do nosso avanço científico e progresso industrial disponíveis para a melhora e o crescimento das áreas subdesenvolvidas. Mais da metade da população mundial está vivendo em condições que se aproximam da miséria. Sua alimentação é inadequada. São vítimas de doenças. Sua vida econômica é primitiva e estagnada. Sua pobreza é

²⁷ No segundo capítulo será observado como estes obstáculos apresentados por Hobsbawm apareceram no discurso de Juscelino.

um obstáculo e uma ameaça, tanto para eles próprios como para as áreas mais prósperas [...]. Eu creio que nós deveríamos tornar disponíveis, para os povos amantes da paz, as vantagens do nosso acervo de conhecimento tecnológico, com a finalidade de ajudá-los a realizar as suas aspirações de uma vida melhor. E, em cooperação com outros países, deveríamos encorajar investimentos de capital nas áreas que necessitam de desenvolvimento [...]. Com a cooperação do comércio, capital privado, agricultura e trabalho deste país, este programa pode aumentar gradualmente a atividade industrial nas outras nações e, também, elevar substancialmente o seu padrão de vida [...]. O velho imperialismo – exploração para o lucro estrangeiro – não encontra lugar em nossos planos. O que almejamos é um programa de desenvolvimento baseado em conceitos democráticos de negociações francas. Todos os países, inclusive o nosso, poderão beneficiar-se amplamente de um programa construtivo para melhor uso dos recursos humanos e naturais da Terra. A experiência mostra que o nosso comércio com os outros países se expande sempre que eles progredem industrial e economicamente [...]. Somente a democracia pode oferecer a força vitalizante para despertar os povos da terra para uma ação vitoriosa, não apenas contra os seus opressores, mas também contra os seus velhos inimigos: a fome, a miséria e o desespero [...] (IANNI, 1971, p. 143–144)²⁸.

Como pode ser observado, na medida em que os Estados Unidos queriam substituir o velho imperialismo, tiveram que se envolver em assuntos econômico-financeiros, político-militares e técnico-científicos das áreas subdesenvolvidas (IANNI, 1971, p. 145). Assim, novas relações de interdependência foram criadas para que o velho imperialismo fosse substituído. A evidência deste novo momento no Brasil pode ser apreendida quando se observa a constituição da *Comissão Mista Brasil-Estados Unidos*, cujos trabalhos serviram de base para o Programa de Metas de Juscelino²⁹.

Para Ianni, o aumento da interdependência e complementariedade da economia brasileira em relação aos capitais externos somado à conjuntura da nova hegemonia norte-americana criaram as condições para a formulação e a execução do Programa de Metas.

²⁸ Tradução de: “*Fourth, we must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas. More than half the people of the world are living in conditions approaching misery. Their food is inadequate. They are victims of disease. Their economic life is primitive and stagnant. Their poverty is a handicap and a threat both to them and to more prosperous areas [...]. I believe that we should make available to peace-loving peoples the benefits of our store of technical knowledge in order to help them realize their aspirations for a better life. And, in cooperation with other nations, we should foster capital investment in areas needing development [...]. With the cooperation of business, private capital, agriculture, and labor in this country, this program can greatly increase the industrial activity in other nations and can raise substantially their standards of living [...]. The old imperialism-exploitation for foreign profit-has no place in our plans. What we envisage is a program of development based on the concepts of democratic fair-dealing [...]. All countries, including our own, will greatly benefit from a constructive program for the better use of the world's human and natural resources. Experience shows that our commerce with other countries expands as they progress industrially and economically [...]. Democracy alone can supply the vitalizing force to stir the peoples of the world into triumphant action, not only against their human oppressors, but also against their ancient enemies-hunger, misery, and despair [...]*” (TRUMAN, 1949).

²⁹ De acordo com o verbete *Comissão Mista Brasil-Estados Unidos* presente no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*: “Grupo de trabalho oficialmente instalado na órbita e no próprio prédio do Ministério da Fazenda em 19 de julho de 1951. Tendo completado seus estudos técnicos em 31 de julho de 1953, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico encerrou oficialmente suas atividades em 31 de dezembro do mesmo ano. Seu relatório final foi apresentado ao ministro da Fazenda Eugênio Gudin em novembro de 1954” (CALICCHIO, 2001, p. 1466–1467).

O país estava razoavelmente preparado para receber uma política planejada, pois “[...] planejamento e desenvolvimento passaram a ser conceitos associados” (IANNI, 1971, p. 146). Além disso, a técnica era apresentada como sendo neutra. Somados todos estes fatores, o Programa de Metas “[...] assinalou uma reformulação substancial das relações entre o público e o sistema econômico” (IANNI, 1971, p. 149).

3 Estabilidade política, planejamento econômico e desenvolvimentismo no Brasil³⁰

Em 1970, Betty M. Lafer expôs em seu artigo *O conceito de planejamento* que as práticas de planejamento eram novas e que tinham surgido na década de 1920. De acordo com a autora, o planejamento começou a ser aceito enquanto um instrumento de correção das falhas de mercado e duas eram as formas de planejar, quais sejam: a capitalista, que operava através do mecanismo de preços; e a soviética, por meio da alocação direta de recursos (LAFER, 1970, p. 16).

Nestas duas formas de planejar buscava-se atingir o caminho mais racional para o desenvolvimento ao levar em consideração as características da economia (LAFER, 1970, p. 20). Para tanto, eram necessários complexos modelos de apreensão da realidade e a busca do controle das variáveis exógenas aos modelos de planejamento.

A estabilidade política, de maneira geral e especificamente no caso do planejamento realizado por Juscelino, era um elemento que não se encontrava nos modelos, mas, como também enfatizou Fernando Henrique Cardoso, deveria ser levado em consideração por aqueles que realizavam o planejamento, muito embora os planejadores possuíssem pouca capacidade de contribuir para a solução desse problema (CARDOSO, 1970, p. 184).

³⁰ Esta seção está fundamentada nas referências que discutiram o tema do planejamento econômico no Brasil. Entretanto, deve ser lembrado que uma importante referência sobre este tema é a obra *Liberdade, poder e planificação democrática*, escrita pelo sociólogo Karl Mannheim e publicada em 1950. Nesta obra, o autor argumentava ser possível criar formas de planificação democrática sem que o Estado incorresse em práticas políticas similares às soviéticas ou fascistas. De acordo com o autor, a “[...] reforma não-revolucionária tem como ponto de partida a estrutura de classes existente, a qual tolera que os movimentos voluntários se desenvolvam livremente, até produzirem graves desigualdades. As desigualdades, demasiadamente ameaçadoras, podem ser dominadas mediante controles adequados, suscetíveis de conseguir um justo grau de homogeneidade social, sem a qual não se poderá chegar a nenhum consenso quanto ao planejamento. Enquanto os soviéticos desejavam chegar a esse consenso nivelando todas as diferenças de riqueza e de poder na estrutura social, e enquanto os fascistas tratavam de garantir o poder de uma forte oligarquia através da violência e do terror, a Terceira Posição esforça-se em conseguir reformas pacíficas mediante o acordo da maioria” (MANNHEIM, 1972, p. 159).

Os argumentos apresentados acima fizeram com que se percebesse a necessidade de refletir sobre o tema da estabilidade política e sua relação com o desenvolvimento econômico. Desta forma, o livro *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*, escrito por Maria Victória Benevides, auxiliou a seguir nesta direção. Para a autora, durante o governo de Juscelino houve estabilidade política devido ao fato de o presidente ser conciliador, mas não apenas por isso.

Para Benevides, o governo de Juscelino foi estável devido a três fatores. Primeiro, a aliança entre o PSD e o PTB criou um efetivo bloco de auxílio e de apoio ao executivo no congresso. Segundo, através do apoio do General Lott, houve uma efetiva participação do exército na manutenção do governo e muitos militares também participaram da execução do programa de desenvolvimento de Juscelino ao dirigir empresas estatais. Terceiro, o papel realizado pelo executivo através da criação da administração paralela, do uso da inflação e do capital estrangeiro foram fatores que auxiliaram o governo a contornar obstáculos estruturais existentes na sociedade brasileira que impossibilitariam a execução do Programa de Metas. Além disso, faziam com que a resolução destes problemas fosse postergada (BENEVIDES, 1979, p. 247–256).

Diante desta argumentação, observa-se que Juscelino foi capaz de criar um ambiente institucional no qual era possível postergar a resolução de problemas. Julga-se que a possibilidade de postergar tal resolução em um ambiente de estabilidade política somente foi possível devido à existência de uma conjuntura em que as expectativas de futuro eram crescentes. Portanto, Juscelino não necessitava apenas postergar a resolução de problemas, ele também necessitava afiançar a existência de um futuro em que fosse possível essa resolução.

Considera-se que o fio condutor que unificou essa conjuntura orientada para o futuro foi a ideologia do *desenvolvimentismo* e, para defini-la, recorreu-se à obra *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*, de Ricardo Bielschowsky. Este autor definiu

[...] por desenvolvimentismo [...] a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais:

- a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro;
- b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado planeje;
- c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e
- d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 7, grifo nosso).

Com o auxílio desta definição de *desenvolvimentismo* apresentada por Ricardo Bielschowsky, julga-se que o futuro promissor prometido por Juscelino fez com que ele realizasse o seu Programa de Metas. Para tanto, o presidente foi auxiliado por essa nova forma de conceituar a mudança econômica e social.

Sintetizando esta reflexão: Juscelino renomeou o futuro para apresentá-lo como portador de expectativas crescentes. Assim, o presidente verbalizava que o seu objetivo maior era atingir o *desenvolvimento* que estava além do *progresso*. Para tanto, o *planejamento* era o meio, e o processo ficou conhecido como *desenvolvimentismo*.

Na introdução desta tese, buscou-se fundamentar a hipótese desta pesquisa ao apresentar um excerto da autobiografia de Juscelino e a diferenciação entre a ideia de progresso e a ideia de desenvolvimento realizada por Celso Furtado. Termina-se esta seção com o argumento de que Juscelino renomeou o futuro para apresentá-lo como portador de expectativas crescentes.

4 Encerramento do capítulo

Neste capítulo, na primeira seção, além de mostrar a antiguidade da ideia de progresso, foi apresentada a diferença entre as visões de progresso de Tucídides e Adam Smith para definir a principal característica da ideia de progresso existente nos tempos modernos. Assim, foi observado que havia, para Smith, a necessidade de compreender as causas da prosperidade para fazer com que elas se repetissem no futuro.

Depois, na segunda seção, foram apresentados os conceitos de *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa* elaborados por Reinhart Koselleck com o objetivo de mostrar que a tensão entre estes dois conceitos e o distanciamento entre eles constituiu a principal característica do tempo histórico na modernidade. Ou seja, a visão de progresso característica da modernidade relacionava-se com uma orientação para o futuro, por isso que na primeira seção foi apresentada a ideia de progresso de Adam Smith como sendo uma evidência da caracterização feita nesta segunda seção.

Posteriormente, foram mostradas as características do período de desenvolvimento capitalista do pós-guerra, os Anos Dourados. Para Eric Hobsbawm, os Anos Dourados do capitalismo existiram devido à conjunção do liberalismo econômico e da democracia social.

Tais características existiram, pois aqueles que tinham o poder de decisão buscavam construir uma sociedade em que não fosse repetida a crise que viveram, ocorrida entre os anos de 1914 e 1945.

Foi durante um certo período dos Anos Dourados do capitalismo que Juscelino Kubitschek governou o Brasil, de 1956 a 1961. Durante este período, como foi citado neste capítulo, a economia brasileira transformou-se em uma das principais economias do mundo. O Brasil se industrializava, se urbanizava e a sociedade se modificava. No seio de todos estes processos, foi identificada a transição do conceito de progresso para o de desenvolvimento como forma de conceituar a mudança social e econômica do país. Para auxiliar a compreensão da existência desta transição, foi apresentado na última seção o raciocínio de que Juscelino renomeou o futuro para apresentá-lo como portador de expectativas crescentes. Assim, o presidente pôde postergar reformas estruturais na sociedade brasileira e executar o Programa de Metas através de caminhos que enfrentavam menor resistência.

No próximo capítulo, será apresentada a compreensão do progresso para Juscelino, seus objetivos, obstáculos, meios para atingi-lo e os principais atores envolvidos neste processo. Posteriormente, no terceiro capítulo, será mostrado como havia uma centralidade nas práticas de planejamento de modo a levar a sociedade brasileira para o desenvolvimento, não para o progresso.

Segundo Capítulo – O conceito de progresso em Juscelino Kubitschek

Hoje, o ex-presidente está em Paris, lacerado pela nostalgia do poder. Ele prometia fazer cinquenta anos em cinco. Mas fez mais, muito mais. Conseguiu, em cinco anos, o que não se conseguira em quatro séculos e quebrados: salvar o homem brasileiro. Há quatrocentos anos (e mais) que o brasileiro era, pessoal e humanamente, um vencido, um liquidado, um total pobre-diabo.

Eu poderia falar em Furnas, Três Marias, estradas, Brasília, indústria automobilística, mas não é isso o que importa. Amigos, o que importa é o que Juscelino fez do homem brasileiro. Deu-lhe uma nova e violenta dimensão interior. Sacudiu, dentro de nós, insuspeitadas potencialidades. A partir de Juscelino, surge um novo brasileiro. Aí é o que está o importante, o monumental, o eterno na obra do ex-presidente. Ele potencializou o homem do Brasil.

NELSON RODRIGUES (1996) - O cafajeste genial

As transformações realizadas na sociedade brasileira durante o mandato presidencial de Juscelino Kubitschek foram capazes de criar as bases para o surgimento de um novo brasileiro. São transformações que podem ser criticadas devido à maneira como foram conduzidas, assim como a interpretação presente na crônica de Nelson Rodrigues também pode ser contestada. Entretanto, os números alcançados pelo *Programa de Metas* não podem ser contestados, pois são uma evidência da mudança qualitativa no modo de vida de uma parte da sociedade brasileira e, para os demais, davam a entender que era possível melhorar as condições de vida com o fruto do trabalho³¹.

Neste capítulo, apresenta-se a ideia de progresso presente nas obras de Juscelino Kubitschek e de acordo com o apresentado pelo próprio presidente nas fontes pesquisadas – nos *Discursos*, nas *Mensagens ao Congresso Nacional*, no livro *Por que construí Brasília* e no terceiro volume de sua autobiografia.

Depois de lidas, as formas como o presidente se referia à ideia de progresso foram classificadas. Realizada esta classificação, escolheu-se apresentar como os temas apareceram nas publicações acima citadas. Desta forma, espera-se ter apreendido as nuances dadas pelo presidente à ideia de progresso.

Através da leitura e da análise das obras de Juscelino Kubitschek verificaram-se três grandes temas sobre a ideia de progresso. Primeiro, os objetivos gerais do progresso; segundo, os meios que deveriam ser utilizados para atingir os objetivos gerais do progresso; e terceiro, a iniciativa privada como um ator de destaque no processo em que seriam alcançados os objetivos gerais do progresso.

No primeiro tema, *os objetivos gerais do progresso*, foram observados pronunciamentos de Juscelino Kubitschek sobre cinco assuntos. Primeiro, a criação, no Brasil, de uma sociedade de acordo com os padrões de vida existentes nas principais nações que realizaram os avanços tecnológicos caracterizados pela II Revolução Industrial. Segundo, o progresso e a questão nacional. Terceiro, os principais objetivos do progresso no Brasil. Quarto, os maiores obstáculos ao progresso. E quinto, as maiores necessidades para a realização do progresso.

Quanto ao segundo tema, *os meios que deveriam ser utilizados para atingir os objetivos gerais do progresso*, foram observados pronunciamentos do presidente sobre outros

³¹ Os anexos 1, 2, 3 e 4 apresentam os dados que evidenciam as mudanças realizadas durante o governo de Juscelino Kubitschek.

seis tópicos, a saber, médico-sanitário, educacional, técnico-científico, econômico, industrial e regional.

Por fim, no terceiro tema, *um ator de destaque no processo em que seriam alcançados os objetivos gerais do progresso*, foram observados pronunciamentos do presidente sobre a iniciativa privada que trabalharia para o progresso nacional com o auxílio governamental.

Apresentam-se adiante as várias nuances do progresso para Juscelino. Porém, antes disso, torna-se útil realizar duas contextualizações. A primeira refere-se ao período transcorrido entre o suicídio de Getúlio Vargas até a posse de Juscelino Kubitschek e a segunda refere-se às introduções das *Mensagens ao Congresso Nacional*, fontes históricas relevantes para esta pesquisa e que apresentam a visão sucinta de Juscelino Kubitschek sobre os objetivos e os desafios de seu programa.

1 Do suicídio de Getúlio Vargas até a posse de Juscelino Kubitschek

Com o suicídio de Getúlio Vargas, no dia 24 de agosto de 1954, iniciou-se uma crise política no Brasil. O sistema político brasileiro encontrava-se fraturado e a eleição presidencial de 1955 foi ameaçada. Juscelino, então candidato, sofreu pressões antes das eleições e depois de eleito. Em um primeiro momento, seus adversários não queriam que houvesse uma eleição devido à conjuntura existente no país. Em um segundo momento, seus adversários questionavam a eleição realizada e a sua permanência no cargo. A incerteza quanto à possibilidade de terminar o mandato sempre esteve colocada para Juscelino, por isso ele sempre defendia a necessidade de serem respeitadas a constituição e as regras da democracia.

Para auxiliar na reconstituição deste período de transição, um relevante documento histórico é a *Carta Testamento* deixada por Getúlio Vargas. Em seis precisos parágrafos, Getúlio Vargas se colocava como sendo o defensor do povo brasileiro que instaurou o regime de liberdade social no país. Entretanto, grupos nacionais e internacionais estavam em desacordo com as políticas por ele adotadas. Logo, para continuar combatendo estes grupos, Getúlio Vargas oferecia a sua morte para aqueles a quem doou a vida. Assim, Getúlio se tornava imortal e uma companhia onipresente dos brasileiros espoliados; e também se tornava uma bandeira de luta. Seu povo não seria mais escravo de ninguém e ele sairia da vida para entrar para a história.

Getúlio realmente entrou para a história com este ato e, desde então, o cenário político brasileiro, de alguma forma, foi influenciado pelo evento ocorrido no dia vinte e quatro de agosto no Palácio do Catete. Assim que Café Filho assumiu a presidência surgiu um movimento liderado por integrantes do Partido Social Democrático (PSD) cujo objetivo era o de adiar as eleições legislativas de 1955. Tais líderes argumentavam que a crise criada com o suicídio de Getúlio Vargas poderia levar a uma massiva votação no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), mudando assim a composição do congresso (PANTOJA, 2001, p. 2.957).³²

Na primeira vez que ouviu este assunto, Juscelino silenciou-se. Entretanto, futuramente, entre os líderes de seu partido, afirmaria que o PSD deveria apresentar um candidato à presidência (PANTOJA, 2001, p. 2.957). Tal visão era combatida por muitos políticos, inclusive Benedito Valadares, seu padrinho político. Entretanto, entre fins de 1954 e fevereiro de 1955, a candidatura de Juscelino foi lançada e homologada. Com isso,

[...] a movimentação contra as eleições e a favor da intervenção dos militares tornou-se mais evidente. Juscelino era tido como comprometido com as forças getulistas destronadas em agosto de 1954. A grande imprensa do Rio e de São Paulo, quase toda antigetulista, procurava convencer a opinião pública de que o país atravessava uma situação de extrema gravidade, que só tenderia a aumentar com a luta eleitoral. Em 6 de março, o *Jornal do Comércio* publicou um artigo que apregoava a conveniência de um golpe militar no país. O líder udenista Carlos Lacerda também voltou à carga nas páginas de seu jornal *Tribuna da Imprensa*, acusando Kubitschek de “condensador da canalhice nacional” e reivindicando uma “reforma da democracia brasileira para instaurar a legalidade legítima” (PANTOJA, 2001, p. 2.958).

As manifestações contrárias à candidatura de Juscelino Kubitschek foram muitas e intensas. Os escritos de Carlos Lacerda são um bom exemplo para apreender a tensão política existente à época. Por isso, apresenta-se parte de sua coluna publicada na *Tribuna da Imprensa* com o objetivo reconstituir, mesmo que de maneira limitada, a forma com que Lacerda se referia ao candidato à presidência.

Kubitschek, qualquer que seja a sua desculpa, - e tem visto a Nação quanto ele é fértil em mentiras, em molecagens, em promessas falazes, em rasteiras sórdidas -, é exatamente o condensador de tudo o que há de pior no Brasil. É o candidato natural da sordidez nacional. Por certo há com ele gente de bem - mas como é pouca essa gente de seu lado! Veja-se o negociista, o ladravaz, o espertalhão, o embusteiro, o "picareta", o cavador, o vigarista, o malandrão, o rufião político, o receptor financeiro - tudo isso está com Kubitschek. Este benefício, não há dúvida, ele prestou ao país. Está sendo o condensador da canalhice nacional (LACERDA, 1955, p. 4).

³² As citações do verbete *Juscelino Kubitschek* presente no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* foram referenciadas a partir do nome de sua autora, Sílvia Pantoja.

Este era o vocabulário utilizado no debate político brasileiro de meados da década de 1950. No artigo acima citado, Lacerda também apontou para a aparente existência de democracia no Brasil, ao acanhamento de Café Filho e à necessidade de reformas nas instituições políticas brasileiras. Estas, segundo o político carioca, viriam através da ação parlamentar ou de uma ditadura militar. De uma ou outra forma, a sociedade brasileira se livraria dos políticos infantilizados que governavam a nação (LACERDA, 1955, p. 4).

Meses antes destas declarações de Carlos Lacerda, Juarez Távora, então chefe do Gabinete Militar da Presidência, entregou ao presidente Café Filho um manifesto militar, documento cujo conteúdo defendia o lançamento de um candidato único e civil para a presidência da república.

Em janeiro 27 de janeiro de 1955, o presidente Café Filho fez a leitura deste documento no programa de rádio *A Voz do Brasil*. Juscelino, ciente da gravidade do assunto, manifestou-se rapidamente em relação ao pronunciamento do presidente e afirmou que os fatos que ocorriam no Brasil eram uma clara manifestação de que os militares estavam contrários à sua candidatura (PANTOJA, 2001, p. 2.957). Nessa intervenção, realizada por telefone para o jornal *Correio da Manhã*, Juscelino fez uma incisiva defesa em relação às críticas que vinha recebendo de seus adversários políticos da seguinte forma.

Nesta hora quero reafirmar o que já proclamei uma vez: Deus poupou-me do sentimento do medo, como da arrogância e da vaidade. Quaisquer que sejam os rumos dos acontecimentos, saberei ser digno das minhas responsabilidades, assumindo com ânimo firme e sereno ao mesmo tempo (KUBITSCHKE, 1955b, p. 1).

Neste momento da campanha presidencial, Juscelino entrou em contato com Plínio Salgado para que ele se candidatasse à presidência. Se isso ocorresse, haveria uma disputa democrática e os seus adversários políticos da União Democrática Nacional (UDN) não teriam motivos para impossibilitar a realização da eleição para presidente. Além disso, em março de 1955, Juscelino entrou em contato com João Goulart com o objetivo de formar uma aliança entre o PSD e o PTB. Quando a formação desta aliança se tornou pública, não faltaram antigetulistas que a desaprovassem. Ao perceber esta movimentação, Juarez Távora se candidatou com o intuito de evitar uma nova crise (PANTOJA, 2001, p. 2.958).

Segundo suas declarações, Juarez Távora, receoso de que a chapa Juscelino-Goulart pudesse vir a detonar uma crise político-militar, decidiu finalmente combatê-la nas urnas, voltando a aceitar sua candidatura. Seu nome foi lançado pelo PDC em 11 de maio. Alguns dias mais tarde, ele próprio afirmou ter aceito sua candidatura porque “a de Etelvino Lins não ganhava substância e sua derrota implicaria um reexame da situação para uma solução extralegal” (PANTOJA, 2001, p. 2.958).

Em maio de 1955 a UDN realizou outra tentativa de tirar Juscelino da disputa presidencial ao buscar impugnar a sua candidatura, os “[...] parlamentares udenistas exigiram que Kubitschek apresentasse uma relação de bens à Câmara, procurando com isso comprovar publicamente que as acusações de corrupção contra Kubitschek eram procedentes” (PANTOJA, 2001, p. 2.958). Uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI chegou a ser formada, mas não chegou a funcionar.

Em junho de 1955, o Partido Social Progressista (PSP), homologou a candidatura de Adhemar de Barros à presidência, tendo como candidato à vice-presidência Danton Coelho. Neste mesmo mês o Partido da Representação Popular (PRP) homologou a candidatura de Plínio Salgado, sem apresentar nenhum candidato para a vice-presidência. Já em julho, a coligação UDN, Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Libertador (PL) e Partido Socialista Brasileiro (PSB) homologou a chapa formada por Juarez Távora e Milton Campos (PANTOJA, 2001, p. 2.959).

O mês de agosto de 1955 não foi menos intenso, pois havia transcorrido um ano da morte do major Rubens Vaz na rua Toneleiros. Ao realizar um pronunciamento sobre este acontecimento no Clube Militar, o General Canrobert afirmou existir um regime de falsidade democrática (PANTOJA, 2001, p. 2.959). Por outro lado, o Partido Comunista do Brasil lançou um protesto eleitoral no qual defendia a candidatura de Juscelino Kubitschek e João Goulart. O “Manifesto Eleitoral do Partido Comunista do Brasil” foi publicado na primeira página do diário *Imprensa Popular*, em destaque estava a foto de Luiz Carlos Prestes e o parágrafo introdutório, na parte superior da página, possuía o conteúdo que se destaca abaixo.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Unamo-nos para impedir no país a implantação de uma ditadura militar fascista. Reunamos todas as forças antigolpe, desde operários e camponeses até grandes capitalistas e fazendeiros interessados na defesa da Constituição. Tais forças, unidas, poderão isolar e bater as forças do golpe militar, impor a realização de eleições livres e garantir a vitória de seus candidatos nas urnas. O Partido Comunista do Brasil apoia e indica aos sufrágios do povo as candidaturas à presidência e vice-presidência da República dos srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart, os quais, através de pronunciamentos públicos, já declararam dispostos a lutar contra o golpe, em defesa da Constituição e das liberdades democráticas e pela melhoria das condições de vida do povo brasileiro. A vitória das candidaturas Kubitschek e Goulart será a derrota do generais golpistas, dará um novo impulso às forças democráticas e patrióticas e poderá determinar importante modificação na correlação de forças políticas, favorável à democracia, à paz, à independência e ao progresso do Brasil (IMPRESA POPULAR, 11 ago. 1955, p. 1).

Era uma corrida eleitoral acirrada. Neste mesmo mês de agosto foi aprovada a proposta da UDN para a instituição da cédula única, que ainda não existia. Em setembro, Carlos

Lacerda publicou no diário *Tribuna da Imprensa* uma acusação contra João Goulart ao dar publicidade a um documento de 1953, no qual eram apresentados os entendimentos secretos entre Goulart e Perón para constituir uma república sindicalista no Brasil (PANTOJA, 2001, p. 2.959). Abaixo, apresenta-se a manchete impressa na primeira página da *Tribuna da Imprensa*.

EIS A PROVA DA TRAIÇÃO DE JANGO

O deputado Carlos Lacerda exibiu ontem, à noite, na TV-Rio a carta de um deputado argentino - Antônio Brandl - a Jango Goulart, então ministro do Trabalho, e pela qual se prova o conluio de Jango com Perón para a traição do Brasil (TRIBUNA DA IMPRENSA, set. 1955, p. 1).

Apesar do esforço de Carlos Lacerda, este documento não impediu que a chapa de Juscelino Kubitschek e João Goulart vencesse as eleições. Juscelino recebeu 3.077.411 votos, o que caracterizava 36% do total dos votos; Juarez Távora obteve 2.610.462 votos, 30% do total; Ademar de Barros recebeu 2.222.725 votos, 26% do total; e, por fim, Plínio Salgado recebeu 714.379 votos, 8% do total (PANTOJA, 2001, p. 2.959).

Logo após a divulgação dos resultados, a UDN e seus aliados deram início a uma batalha judiciária com o objetivo de anular as eleições e impedir a proclamação dos candidatos eleitos, alegando a ilegitimidade dos votos dados pelos comunistas, a ocorrência de corrupção eleitoral, principalmente em Minas Gerais, e, mais uma vez, a inexistência de maioria absoluta. A questão do voto comunista, que provocou maior discussão, era sustentada não apenas pela oposição parlamentar, como pelo ministro da Aeronáutica, brigadeiro Eduardo Gomes, e pela Cruzada Brasileira Anticomunista, liderada pelo almirante Carlos Pena Boto. Entretanto, além da impossibilidade material de se distinguir os sufrágios dos comunistas no sistema de voto secreto, o próprio candidato da UDN declarara à imprensa antes do pleito, que não rejeitaria aqueles votos caso lhe fossem dados (PANTOJA, 2001, p. 2.960).

Na conjuntura posterior à eleição que havia acabado de ocorrer sob a proteção do exército, Carlos Lacerda, juntamente com os políticos da UDN, iniciou um movimento em defesa da realização de um golpe militar para que Kubitschek e Goulart fossem impedidos de tomar posse. Entretanto, Café Filho e o general Lott defendiam que a posse fosse realizada e que o exército não deveria intervir nos outros poderes (PANTOJA, 2001, p. 2.960). Porém, o desenrolar da história fez com que o ano de 1955 tivesse um mês de novembro ainda mais agitado no cenário político.

Foi durante o sepultamento do general Canrobert, ocorrido no dia primeiro de novembro, que o coronel Jurandir Mamede fez um discurso que instigava a oficialidade militar a impedir a posse do presidente e do vice recém-eleitos. Ao observar tal fato, o general Lott buscou punir o coronel Mamede por entender que ele havia infringido os regulamentos militares. A realização desta punição não seria fácil, pois o coronel Mamede era um quadro da Escola Superior de Guerra (ESG), então subordinada à Presidência da República. Para que

pudesse puni-lo, o general Lott teria que fazê-lo seu subordinado no Ministério da Guerra (PANTOJA, 2001, p. 2.960).

Outro fator que auxiliou o agravamento da crise foi o grave problema de saúde sofrido pelo presidente Café Filho. Devido à seriedade do problema, cinco dias depois, Carlos Luz, então presidente da Câmara, foi empossado como novo presidente. O presidente recém-empossado era filiado ao PSD, entretanto era alinhado com as ideias defendidas pela UDN (PANTOJA, 2001, p. 2.960). Nestas circunstâncias, o general Lott encontrava dificuldades para realizar a punição no coronel Mamede. Por isso,

[...] no dia 10 de novembro Lott pediu demissão da pasta da Guerra, para a qual foi nomeado o general Álvaro Fiúza de Castro, que havia aderido ao movimento golpista. Entretanto, ainda na madrugada de 11 de novembro, Lott, com o decisivo apoio do general Odílio Denis, comandante da Zona Militar Leste (atual I Exército), liderou um movimento para afastar Carlos Luz da presidência, alegando que este mantinha ligações com a corrente “golpista” liderada por Carlos Lacerda. A capital federal foi então ocupada por tropas do Exército, levando Carlos Luz, Lacerda, e outras autoridades civis e militares a se abrigarem no Ministério da Marinha e a embarcarem naquela manhã, no cruzador Tamandaré com destino a Santos (SP) (PANTOJA, 2001, p. 2.960).

No desenrolar dos fatos, neste mesmo dia 11 de novembro, Carlos Luz sofreu o impedimento. Porém, ainda havia a possibilidade de o presidente licenciado reassumir o cargo, e Café Filho gostaria que isso ocorresse. Entretanto, como também existiam suspeitas sobre a sua participação no movimento golpista, no dia vinte de novembro, o general Lott o informou que os generais haviam decidido que ele não reassumiria o poder. Assim, o mandato presidencial de Café Filho também foi impedido no dia vinte e dois de novembro e Nereu Ramos foi escolhido para terminar o mandato presidencial até a posse de Juscelino (PANTOJA, 2001, p. 2.960).

Por fim, no dia vinte e três de novembro, a “[...] Câmara dos Deputados reuniu-se em sessão extraordinária para discutir a solicitação feita por Nereu Ramos de ser decretado o estado de sítio no país por 30 dias” (PANTOJA, 2001, p. 2.960). Depois de pouco mais de um mês, no dia sete de janeiro de 1956,

[...] quando Kubitschek se encontrava em visita aos Estados Unidos, o TSE proclamou os resultados oficiais das eleições presidenciais de 3 de outubro, que praticamente ratificavam os resultados divulgados pela imprensa e, conseqüentemente, a eleição de Juscelino e Jango. A viagem que Juscelino efetuou aos Estados Unidos e a algumas nações europeias durante o mês de janeiro tinha por objetivo estabelecer contatos com os chefes de governo e despertar o interesse dos capitães da indústria e do comércio daqueles países em investir no Brasil, tendo em vista a política de desenvolvimento econômico que pretendia instaurar durante seu mandato (PANTOJA, 2001, p. 2.960).

A crise de novembro de 1955 foi um evento relevante da política nacional. Certamente, todos os meios de comunicação do país a apresentaram de alguma forma, defendendo um ou outro lado em disputa. No momento, destaca-se a reportagem publicada na revista *Manchete*, que apresentou uma entrevista com o presidente dos fatos, general Lott. Outros quatro presidentes eram citados na reportagem: o deposto, Carlos Luz; o acamado, Café Filho; o substituto, Nereu Ramos; e o eleito, Juscelino Kubitschek. De acordo com o depoimento do general, o movimento de 11 de novembro de 1955 foi realizado apenas para preservar a legalidade e respeitar o resultado eleitoral (RESENDE, 1955).

As dificuldades enfrentadas por Juscelino Kubitschek, como se buscou mostrar nesta seção, iniciaram-se logo após o suicídio de Getúlio Vargas. Juscelino enfrentou oposição para ser candidato, para que o calendário eleitoral fosse aceito e para tomar posse. Após ter tomado posse, também enfrentou problemas com oficiais da aeronáutica na chamada Revolta de Jacareacanga³³, em 1956, e na Revolta de Aragarças³⁴, em 1959. Esta constante oposição sofrida pelo presidente, além de outros importantes traços de seu governo, foi apreendida nas introduções das *Mensagens ao Congresso Nacional*, e por isso estas serão apresentadas na próxima seção.

2 As introduções das Mensagens ao Congresso Nacional

Nesta seção apresenta-se uma síntese organizada de todas as introduções das *Mensagens ao Congresso Nacional* feitas por Juscelino e publicadas entre os anos de 1956 e 1960. Mesmo sendo curtas e objetivas, nelas observam-se as principais preocupações do presidente ao se dirigir ao Congresso Nacional, tais como a estabilidade política, a

³³ De acordo com o verbete *Revolta de Aragarças* presente no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*: “Rebelião militar que se estendeu de 10 a 29 de fevereiro de 1956, liderada pelo major Haroldo Veloso e pelo capitão José Chaves Lameirão, ambos oficiais da Aeronáutica. Sediados na base aérea de Jacareacanga, no Pará, os rebeldes lograram manter sob seu controle por alguns dias a cidade de Santarém e mais três pequenos povoados. A revolta consistiu, em essência, num teste à autoridade do governo de Juscelino Kubitschek, que fora inaugurado em 31 de janeiro de 1956 e enfrentava a aberta hostilidade de grande parte da oficialidade da Aeronáutica e da Marinha” (LAMARÃO, 2001c, p. 2.826).

³⁴ De acordo com o verbete *Revolta de Jacareacanga* presente no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*: “Rebelião militar chefiada pelo tenente-coronel da Aeronáutica João Paulo Moreira Burnier e que consistiu, na prática, na ocupação por cerca de 24 horas da localidade de Aragarças (GO), perto da fronteira com Mato Grosso. A revolta teve início na noite de 2 de dezembro de 1959 e chegou ao fim 36 horas depois, na madrugada de 4 de dezembro. Segundo seus promotores, o movimento teve uma dupla motivação: a desistência de Jânio Quadros, candidato opositor à presidência da República, de concorrer às eleições de outubro de 1960, e informações referentes a uma iminente sublevação de esquerda, liderada por Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul” (LAMARÃO, 2001b, p. 277).

industrialização, a necessidade de investimentos externos, o controle da inflação, as reformas agrária e do sistema educacional, a transferência da sede do governo federal para a cidade de Brasília e, por fim, a ênfase na necessidade do estímulo dado pelo Estado a determinados setores da economia.

Escolheu-se apresentar todos os termos tratados em cada introdução, escolha esta que possibilitou a apreensão das principais preocupações de Juscelino, entretanto tem-se ciência de que tal exercício tornou a seção essencialmente descritiva.

Ao iniciar a *Mensagem ao Congresso Nacional* de 1956, Juscelino Kubitschek acentuava os problemas que deveriam ser resolvidos pelo governo que se iniciava, e também frisava a necessidade de cooperação entre os congressistas para que soluções possíveis fossem encontradas. O presidente dizia que apenas o inspirava “[...] o intuito construtivo de atenuar o vulto dos problemas que empolgam o Governo e assinalar a imperiosidade da vossa cooperação patriótica para a consecução das soluções possíveis” (KUBITSCHKEK, 1956, p. 16).

Para realizar a estabilização das finanças e da economia do país, Juscelino afirmava serem necessários sacrifícios e patriotismo, devido à conjuntura nacional “[...] faz-se indispensável a cooperação patriótica do Congresso Nacional, que saberá avaliar dos sacrifícios que requer a obra comum de estabilização das finanças e da economia do País” (KUBITSCHKEK, 1956, p. 21–22).

Já na seção relativa aos investimentos, era reiterada a relevância do governo como ator de destaque para a economia brasileira. Por isso, suplementava os investimentos da iniciativa privada e elevava “[...] a mais de 36% a participação do Setor Público no total de investimentos brutos realizados no Brasil” (KUBITSCHKEK, 1956, p. 25).

Apesar desta atuação do governo na atividade econômica nacional, as perspectivas para o ano de 1956 não eram animadoras e, de acordo com o presidente, havia a necessidade de modificar a estrutura dos investimentos para que fosse alcançada uma maior produtividade (KUBITSCHKEK, 1956, p. 28). Além desta modificação, Juscelino afirmava que a entrada líquida de capitais deveria ser estimulada para suplementar as deficiências do capital privado nacional. Logo, teria “[...] o Governo ainda de fomentar a entrada líquida de capitais estrangeiros, quer sob a forma de empréstimos particulares ou ao Governo, quer sob a forma de investimentos diretos” (KUBITSCHKEK, 1956, p. 28).

No que se refere à situação bancária nacional, Juscelino dizia que no ano anterior haviam sido instituídas as taxas máximas de depósitos obrigatórios para que fosse limitada a

expansão do crédito oferecido pelos bancos comerciais, com o objetivo de controlar a inflação (KUBITSCHEK, 1956, p. 29).

Ao explicar as razões do desequilíbrio do balanço de pagamentos, dois fenômenos eram ponderados. Primeiro, a sobrevalorização do cruzeiro no mercado externo. Segundo, a depreciação no mercado interno. De acordo com as palavras de Juscelino, a sobrevalorização do

[...] cruzeiro no mercado exterior, em contraste com a sua depreciação no mercado interno, que até 1953 foi bastante acentuada, acarretou, para o povo brasileiro, maior capacidade de importação, em virtude de se tornarem os produtos importados, relativamente mais baratos em relação aos produtos nacionais e renda aos consumidores. Resultou daí que, em grande parte, o desequilíbrio verificado no intercâmbio comercial com o exterior, teve entre as suas causas fundamentais, o agravamento do surto inflacionário (KUBITSCHEK, 1956, p. 34).

Devido aos limites que eram impostos para o financiamento da economia nacional, Juscelino estava disposto a explorar ao máximo as possibilidades abertas nas áreas de cooperação internacional e de acordos multilaterais. Afirmava que existiam formas de mudar os rumos das relações comerciais existentes com os países que já eram parceiros tradicionais e com aqueles que poderiam vir a ser. Por isso, mostrava-se disposto a intensificar as relações comerciais do Estado brasileiro de duas formas. Na primeira, Juscelino dizia que era necessário explorar ao máximo as novas possibilidades abertas do sistema multilateral de pagamentos, pois a existente flexibilidade destes acordos “[...] empresta rumos novos às relações comerciais do Brasil, [...] tanto para ampliar o intercâmbio com tradicionais clientes, como para desenvolver trocas com aquelas áreas, ainda não integralmente exploradas pela política comercial brasileira” (KUBITSCHEK, 1956, p. 40). Já na segunda, dizia estar empenhado na dinamização da “[...] atuação do Brasil nos organismos internacionais de caráter econômico [...] deve ganhar intensidade de ação e exige a política econômica interna, voltada para o desenvolvimento do País” (KUBITSCHEK, 1956, p. 41).

Após apresentar uma análise de conjuntura da crise nacional, Juscelino iniciava a exposição de um plano de ação que seu governo tomaria diante deste cenário. O presidente realçava que havia um momento de transição na economia brasileira e, desta forma, deveriam ser escolhidos

[...] os caminhos que nos levarão ao encontro do futuro. Acentua-se a fase de transição de nossa economia, do estágio predominantemente agropecuário, para o estágio da industrialização intensiva, quando já se impõe evoluir da prática, quase exclusiva, das simples indústrias de transformação, para as indústrias de base (KUBITSCHEK, 1956, p. 45).

Assim, Juscelino iniciava a apresentação da política de desenvolvimento econômico que orientaria as suas ações como presidente eleito. Desde a campanha ele havia fixado medidas voltadas para o investimento nos setores básicos de energia, transportes e alimentação (KUBITSCHEK, 1956, p. 47). Além disso, defendia a realização de planejamento econômico para coordenar a ação da iniciativa privada e governamental. Para ele, a iniciativa privada era fundamental para o progresso do país, por isso havia sido iniciado um esforço “[...] de planejamento, visando a coordenar as atividades da iniciativa privada com os programas governamentais, no quadro de um política econômica definida, em que se realça a iniciativa privada como elemento fundamental de progresso do País” (KUBITSCHEK, 1956, p. 48).

Juscelino estava ciente das imensas dificuldades existentes na execução de seu programa de governo e do apoio que daria à iniciativa privada. Como esta foi a sua primeira mensagem, eram apresentadas mais promessas de ações que seriam realizadas do que as avaliações de ações feitas. De qualquer forma, observa-se que o presidente estava ciente dos desafios que o esperavam, pois afirmava não nutrir

[...] qualquer ilusão sobre as imensas dificuldades que se associam à realização desse programa, nem tenho a pretensão de que ele seja definitivo no seu acerto, oportunidade e exatidão. Encontro-me, ainda, no limiar do período presidencial e haverá tempo suficiente à prossecução da análise e estudo desses problemas, para que empreenda a sua constante revisão, alterando o que deve ser alterado, segundo os altos interesses da economia nacional. É preciso não esquecer que o Governo se propõe, sobretudo, oferecer à iniciativa privada um apoio vigoroso para interessá-la, cada vez, mais em objetivos que considero de importância decisiva para a prosperidade nacional (KUBITSCHEK, 1956, p. 49).

Juscelino fixava as metas que deveriam ser buscadas em cada setor da economia nacional. Nesta primeira *Mensagem...*, observa-se o seu entusiasmo com os avanços da revolução industrial na área da energia atômica e com as possibilidades que estes avanços abriam para as nações que ainda não a dominavam. O presidente queria que o Brasil dominasse as avançadas técnicas, pois devia “[...] a Nação preparar-se para participar ativamente das conquistas que se firmarem nesse domínio, a fim de que, uma vez mais, não tenha que encetar longo caminho para atingir, tardiamente, objetivos que outros povos cedo alcançaram” (KUBITSCHEK, 1956, p. 50).

Além da preocupação com a energia atômica, Juscelino apresentava um real otimismo com a possibilidade de realização da industrialização intensiva no Brasil e, mais uma vez, enfatizava a importância da livre empresa nessa tarefa, pois “[...] jamais evoluiremos seguramente nesse domínio, se não se proporcionarem à livre empresa, única força capaz de

operar a desejada transformação, os serviços e bens da infraestrutura, como energia e transportes" (KUBITSCHEK, 1956, p. 51).

Toda essa transformação de ordem estrutural da economia brasileira requereria não apenas uma mudança da estrutura econômica, mas também seria necessária a formação de trabalhadores com um novo perfil. Esta tarefa seria realizada com o investimento na transformação do setor educacional, cuja necessidade era a “[...] formação de técnicos, sem os quais a expansão das indústrias e da agricultura não alcançará o ritmo desejado. Ai residirá uma das principais tarefas que serão empreendidas e que [...] chega a assumir, ela própria, aspecto de problema de infraestrutura" (KUBITSCHEK, 1956, p. 52).

Além de frisar a relevância da reforma do setor educacional, Juscelino também insistia “[...] que nenhum problema de nossa economia tem para o Brasil a importância atual do problema do petróleo" (KUBITSCHEK, 1956, p. 53). Essa ênfase sobre o petróleo era explicada de forma bastante objetiva. À medida que o processo de desenvolvimento econômico avançava, conseqüentemente, aumentava o consumo de petróleo e de seus derivados. Assim, também crescia o dispêndio de divisas com este produto. Por isso, ao se preocupar com o petróleo, Juscelino também se preocupava, por um lado, com a avanço do processo de desenvolvimento econômico nacional e, por outro, com a redução do gasto de divisas com o consumo deste produto (KUBITSCHEK, 1956, p. 53–54).

Como se pode observar, na *Mensagem ao Congresso Nacional* de 1956, Juscelino vislumbrava uma conjuntura pouco favorável aos desafios que buscava superar. Entretanto, mostrava-se otimista, pois, de acordo com suas análises, existiam meios para realizar uma etapa decisiva do desenvolvimento nacional que se apresentava no horizonte temporal de seu mandato presidencial. Para tanto, seria necessário resolver o problema da limitação do suprimento petrolífero nacional, o que possibilitaria a resolução de outro problema, o do déficit no balanço de pagamentos. Assim, seria possível construir a indústria nacional (KUBITSCHEK, 1956, p. 55).

O otimismo do presidente é ainda melhor observado na conclusão da *Mensagem ao Congresso Nacional* de 1956. Sobre a obra que buscava realizar, Juscelino conhecia muito bem as dificuldades, mas era necessário que ela fosse tratada de forma decisiva pelo governo. Além disso, fazia-se

[...] necessário pronunciar a opção definitiva entre a marcha no rumo da expansão, que situará o País [...] entre as grandes Nações modernas, ou a permanência na posição insatisfeita e frustrada de não ter sido capaz de conquistar o estágio de progresso a

que o destinaram as suas imensas possibilidades naturais (KUBITSCHKEK, 1956, p. 61–62).

Após um ano de mandato presidencial, em 1957, a introdução da *Mensagem ao Congresso Nacional* foi mais sucinta do que a do ano anterior e enfatizava a necessidade de superação dos problemas nacionais para que fosse realizado o desenvolvimento econômico. Afirmava o presidente ter a Nação dominado “[...] as inquietações e perplexidades de um período atribulado e encontrar-se apta a empreendimentos de vasto alcance que [...] façam medrar e expandir-se a cultura que nele desponta e já oferece, à civilização, contribuições fecundas e originais” (KUBITSCHKEK, 1957, p. 9).

Juscelino declarava estar certo de que receberia o apoio do poder legislativo para resolver os problemas imediatos e de longo prazo. Com isso, poderia consolidar a segurança nas relações sociais e impulsionaria o desenvolvimento nacional (KUBITSCHKEK, 1957, p. 10).

O que havia sido mencionado na *Mensagem...* de 1956 foi repetido no documento de 1957, a saber, o longo período de turbulência política em que o país se encontrava. Entretanto, Juscelino jamais citou a origem de tais turbulências. Em nenhum momento das introduções às *Mensagens...* destes anos foi citado o suicídio de Getúlio Vargas. Para Juscelino,

Emergia o País de longo período de turbação política e, nas raízes dessa turbação, atuavam fatores de ordem econômica, associados a profundas transformações da estrutura social. Meu Governo veio, assim, encontrar a Nação em difícil conjuntura, tolhida em suas atividades vitais por estrangulamentos que cerceavam a expansão da economia pública e particular, e perturbada por fermentações sociais que ainda dificultavam o inadiável trabalho de saneamento e recuperação (KUBITSCHKEK, 1957, p. 11).

Após apresentar estes desafios que estavam colocados a sua gestão, Juscelino comemorava, pois um “[...] dos resultados positivos, no início de minha gestão, foi a obtenção dos créditos externos necessários ao nosso desenvolvimento” (KUBITSCHKEK, 1957, p. 11). Posteriormente, analisava as finanças internas, o processo inflacionário, o déficit financeiro e o balanço de pagamentos. Assim, argumentava em defesa das ações que levariam ao desenvolvimento econômico nacional.

No domínio das finanças internas, não era menor a apreensão. A um Governo que se propunha, como objetivo precípua, executar amplos empreendimentos, oferecia-se um déficit financeiro potencial superior a 50 bilhões de cruzeiros. Assim, nem sequer se lhe proporcionavam recursos para atender aos dispêndios normais da administração. Ao mesmo tempo que devia estancar o processo inflacionário, reduzir o déficit financeiro e melhorar o balanço de pagamentos, cumpria-lhe urgentemente dar começo a realizações que considerava essenciais, não apenas para mitigar transitórias tribulações de um país em crescimento, mas sobretudo para assegurar-lhe prosperidade duradoura, e conferir-lhe a pujança e prestígio a que pode aspirar, pela

vastidão e riqueza do seu território e pela capacidade de seu povo (KUBITSCHKEK, 1957, p. 12).

A despeito das medidas que foram realizadas, ao iniciar o segundo ano de seu mandato, Juscelino ainda se preocupava com a inflação proveniente do aumento dos gastos com salários. Todavia, defendia-se com o argumento de que as medidas de combate à inflação apenas começaram a fazer efeito ao fim do primeiro ano de mandato e que, se não fossem as medidas de combate efetivadas em seu governo, as possibilidades de desenvolvimento nacional teriam sido minadas. De acordo com o presidente, era verdade que

[...] a despeito dos esforços do Governo, não foi possível sustar, de pronto, a elevação dos preços, e isto principalmente em virtude do aumento de vencimentos dos servidores civis e militares e da decretação dos novos níveis de salário-mínimo, tornada inevitável. Ademais, é notório que as medidas de combate à inflação têm efeito relativamente demorado, por visarem, como visam, a um complexo de situações criadas e de causas essenciais. É inegável, porém, que os resultados da política anti-inflacionária do Governo começaram a manifestar-se no final do exercício. Tivéssemos permitido livre curso à inflação, e as pressões anunciadas para 1956 haveriam elevado o custo da vida a níveis intoleráveis. Sem as corajosas medidas adotadas pelo Poder Público, é igualmente certo que a execução orçamentária do exercício teria comprometido o programa de desenvolvimento econômico e de bem-estar social que me propus realizar (KUBITSCHKEK, 1957, p. 13).

Um exemplo destas medidas de contenção de gastos foi a redução do gasto com pessoal. Durante o primeiro ano do mandato de Juscelino, a poupança que estimava-se ter sido feita era de 97 bilhões de cruzeiros. Além disso, ocorria uma reorganização funcional e um melhor aproveitamento de quadros (KUBITSCHKEK, 1957, p. 14).

No que se referia às relações internacionais, Juscelino afirmava que havia ocorrido uma mudança radical do comportamento do governo brasileiro em relação ao pagamento dos compromissos externos, pois o país havia passado “[...] do regime de crescentes atrasados comerciais para o de liquidação sistemática dos nossos compromissos externos, convenientemente regularizados e cumpridos com pontualidade” (KUBITSCHKEK, 1957, p. 16). Além deste fato, ou mesmo em decorrência dele, os investimentos privados nacionais e estrangeiros haviam crescido a níveis desconhecidos anteriormente. "Já nos primeiros meses de minha administração, eram consideráveis os investimentos privados nacionais e estrangeiros. O afluxo de capitais ao Brasil, em 1956, ascendeu a nível jamais alcançado anteriormente, no mesmo espaço de tempo" (KUBITSCHKEK, 1957, p. 17).

Após informar que o Brasil estava recebendo uma quantidade de recursos jamais vista em sua história, Juscelino respondia às críticas ao *Programa de Metas*. Os críticos deste programa afirmavam que ao realizá-lo, a estabilidade monetária brasileira seria colocada em

risco, mas o presidente rebatia as críticas dizendo que não procedia a “[...] objeção de que o programa de metas implica necessariamente em sacrificar-se estabilidade, em benefício do desenvolvimento. [...] as metas coordenam e racionalizam o esforço de investimento [...] no seu processo de crescimento espontâneo” (KUBITSCHKEK, 1957, p. 18).

Ainda ao defender o *Programa de Metas*, Juscelino apresentava as formas de captação de recursos financeiros para realizá-lo, já que necessitaria de recursos além dos existentes em poupança nacional. Assim, seria “[...] necessário condicionar a execução das metas ao levantamento de recursos financeiros não inflacionários, através de tributação e outras formas de capitalização compulsória, de empréstimos internos e externos, e de estímulo à poupança privada” (KUBITSCHKEK, 1957, p. 19).

Após realizar esta afirmação, o próximo passo de Juscelino foi mostrar a origem dos financiamentos que havia conseguido para executar o seu programa de desenvolvimento nacional. Devido às “[...] negociações com o ‘Eximbank’, asseguram-se financiamentos, em condições favoráveis, num montante de 214 milhões de dólares, para reequipamento de portos e ferrovias, produção de energia elétrica e expansão siderúrgica” (KUBITSCHKEK, 1957, p. 21).

Após apresentar estes dados de forma otimista, mais uma vez, assim como na *Mensagem...* de 1956, Juscelino assinalava a necessidade de transformar o sistema educacional brasileiro devido à transformação econômica que estava em marcha. Uma nova estrutura industrial necessitava de um novo trabalhador, conseqüentemente, era urgente uma reforma no sistema de ensino nacional, pois, asseverava o presidente, por “[...] tudo quanto dissemos, acerca dos problemas do nosso desenvolvimento econômico, vereis que este, exigindo grande esforço técnico, em diferentes níveis, impõe, forçosamente, ampla reforma no sistema educacional do País” (KUBITSCHKEK, 1957, p. 22).

Em outra passagem, ainda sobre a questão educacional, Juscelino afirmava que o ensino superior no Brasil exigia reformas, pois o “[...] ciclo industrial, em que o País vai ingressando decisivamente, cria aspectos novos à vida brasileira. E o desenvolvimento de nossa produção reclama número maior de agrônomos, de veterinários, de químicos, de engenheiros de todas as especialidades” (KUBITSCHKEK, 1957, p. 23).

Como já dito, a introdução da *Mensagem...* de 1957 é mais sucinta e mais objetiva que a do ano anterior. Juscelino fez uma síntese cujo conteúdo trazia uma série de conceitos relevantes para momento histórico em que vivia, por isso é aqui apresentada.

Procurei, neste preâmbulo, enunciar, em linhas concisas, os principais temas que vão desenvolvidos em cada parte da Mensagem. Vereis, através de sua leitura, que o Governo se vem esforçando incessantemente, a fim de encontrar, seja pela ação política, seja pela ação administrativa no campo da economia, da educação, da saúde e da cultura, os caminhos que nos conduzirão a dias de paz, de prosperidade e de grandeza. Nas últimas décadas, tem o País experimentado mutações por vezes dramáticas, no esforço para se libertar da economia letárgica, própria das grandes *áreas subdesenvolvidas* e *semicoloniais* - apenas fustigada aqui e ali, por centros vivazes, mas esparsos - e ingressar num ciclo de perfeita integração de forças, no qual nossa capacidade de produzir e acumular não só acompanhe o vigoroso crescimento da população, mas também satisfaça aos *novos hábitos de consumo* que a *indústria e a tecnologia moderna* vieram suscitar.

O povo brasileiro decidiu tomar em suas mãos a grande empresa de sua libertação econômica e da plena afirmação de sua *capacidade civilizadora*. Homens empreendedores e intrépidos se votam a iniciativas de largo alcance. E o trabalhador nacional atendido em suas justas reivindicações, cômico de seus deveres e convicto de que a prosperidade do País significa vida melhor para todos, acha-se admiravelmente integrado no esforço pelo *desenvolvimento* (KUBITSCHKEK, 1957, p. 26, grifo nosso).

Para concluir a *Mensagem...* de 1957, Juscelino afirmava que, com a ajuda de Deus e do povo brasileiro, seu governo conseguiria realizar o seu compromisso de em cinco anos realizar a obra de muitas décadas (KUBITSCHKEK, 1957, p. 27). Na conclusão desta *Mensagem...* e nas outras obras pesquisadas, observou-se que o slogan “50 anos em 5” sintetiza a transição que se busca apresentar nesta tese, qual seja, a aceleração do progresso, através do planejamento, era promotora do desenvolvimento. O Brasil de Juscelino não só se transformava, mas transformava-se velozmente.

Na *Mensagem ao Congresso Nacional* de 1958, Juscelino Kubitschek tornava explícito que o Brasil era uma nação que já não possuía inquietações e se entregava tranquila e confiante ao trabalho cujo resultado seria o desenvolvimento econômico nacional. De acordo com o presidente, o

[...] harmonioso entendimento entre o Legislativo e o Executivo não tem facultado apenas a adoção de medidas imprescindíveis ao êxito dos esforços da Administração, em prol do desenvolvimento nacional. Completando-se na ação lúcida e serena do Judiciário e no patriotismo de nossas Forças Armadas, tem permitido principalmente que a nação, liberta de inquietações, se entregue ao trabalho, tranquila e confiante (KUBITSCHKEK, 1958c, p. 9).

Juscelino também agradecia a ação da oposição realizada dentro dos parâmetros da democracia. Como foi visto nas *Mensagens...* dos dois anos anteriores, o presidente muito se preocupava com a ação da oposição devido à crise política pela qual o Brasil passava, e dizia que repondo-se no “[...] exercício normal de sua atividade política a Oposição presta ao Governo o inestimável benefício de sua ação fiscalizadora, que desejamos ver praticada amplamente, sob a forma de crítica serena e imparcial” (KUBITSCHKEK, 1958c, p. 10).

Depois de agradecer a cooperação do Legislativo, do Judiciário, das Forças Armadas e da Oposição, Juscelino passava a apresentar os progressos alcançados na área econômica durante o seu mandato. De acordo com o presidente, a paz política,

[...] afinal conquistada, bem como o espírito de concórdia reinante entre as classes que mais imediatamente respondem pelo progresso e bem-estar do País, permitiram ao Governo desenvolver com firmeza e intensidade o seu programa econômico. Falam, por si, os resultados conseguidos em 1957: crescimento do Produto Nacional em torno de 6%; formação bruta de capital equivalente a 17% deste produto; redução, para menos de 10%, da taxa de média de elevação de preços; grande avanço nas indústrias e em serviços fundamentais, como energia e transportes (KUBITSCHKEK, 1958c, p. 11).

Juscelino informava, fundamentado em estudos da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que outros financiamentos ainda estavam por ser realizados no valor de 648,9 milhões de dólares, mostrando assim o aumento da confiança recebida pela economia brasileira no cenário mundial – diferentemente do momento em que ele havia iniciado seu mandato (KUBITSCHKEK, 1958c, p. 12).

As duas preocupações básicas que o presidente apresentava para o Congresso Nacional eram a de controlar a inflação e a de manter os investimentos necessários para a expansão planejada da economia brasileira durante o seu mandato (KUBITSCHKEK, 1958c, p. 13). Entretanto, apesar de suas preocupações, ocorrera um desequilíbrio orçamentário devido às despesas de custeio. Por motivos jurídicos, estas despesas eram difíceis de serem comprimidas. Por outro lado, havia pouca flexibilidade orçamentária para o executivo, dadas as despesas relacionadas ao desenvolvimento econômico e social cuja compressão poderia prejudicar o crescimento do país (KUBITSCHKEK, 1958c, p. 13).

Esta realidade fez com que Kubitschek afirmasse logo no início do ano que ocorreria um déficit de caixa ao fim de 1958. De acordo com o presidente, não seria “[...] possível encerrar o exercício financeiro de 1958 sem déficit de caixa. Contudo, medidas estão sendo postas em prática, a exemplo de que se fez em 1957, para limitar esse déficit a dimensões financiáveis, sem recurso excessivo a emissões de papel-moeda” (KUBITSCHKEK, 1958c, p. 14).

Após informar as limitações financeiras que o ano de 1958 apresentaria, Juscelino passava a apresentar os resultados de *Programa de Metas* nas áreas de geração de energia elétrica, do aumento e reconstituição da malha rodoviária e dos resultados do desenvolvimento da indústria. No que tange à capacidade geradora de energia elétrica, esta seria praticamente triplicada durante o seu governo (KUBITSCHKEK, 1958c, p. 15). No que se refere ao programa

de obras rodoviárias, o ano de 1957 havia avançado com a construção de 2.017 quilômetros de rodovias (KUBITSCHEK, 1958c, p. 16). Por fim, as metas referentes à indústria: havia ocorrido um crescimento de 500% na produção de automóveis no Brasil no ano de 1957. De acordo com o presidente, tal “[...] indústria, além dos benefícios imediatos que traz, suscita o desenvolvimento de várias outras subsidiárias, de autopeças e acessórios, bem como abre caminho à produção de tratores, que, dentro em breve será uma realidade no País” (KUBITSCHEK, 1958c, p. 17).

Nestas *Mensagens...*, como já afirmado, eram apresentadas as transformações da infraestrutura e da indústria nacional. Conseqüentemente, seria necessário um novo tipo de trabalhador, por isso que Juscelino dava tanta ênfase na reforma do sistema educacional brasileiro, pois para o presidente os

[...] problemas da educação mereceram, por igual, todo o nosso desvelo. Assinalados progressos se verificaram no esforço para instituir um sistema educacional que de fato propicie, à generalidade dos cidadãos, uma formação escolar básica e os integre na civilização moderna, bem como prepare especialistas altamente qualificados naqueles campos do saber, cujo domínio é mais urgentemente requerido (KUBITSCHEK, 1958c, p. 20).

Juscelino deixava claro como compreendia o papel da educação e da técnica no momento histórico em que vivia. Através da introdução dos desenvolvimentos ocorridos nestas áreas do saber, acreditava o presidente que rapidamente seria percorrido, no Brasil, o caminho que as nações europeias tanto demoraram para percorrer.

A potencialidade de progresso de um País afere-se, hoje, sobretudo pelo número de técnicos e cientistas de que possa dispor, especialmente se, encontrando-se em fase de desenvolvimento, não quiser repetir o lento caminho palmilhado pelas velhas Nações. *Só a técnica poderá abreviar a superação dos fatores de atraso com que defrontamos.* Eis a missão que se apresenta ao sistema educacional e aos institutos de pesquisas do País. Em nossos dias, a educação, a ciência e as atividades produtoras constituem três faces de um mesmo problema, que só em conjunto pode ser resolvido. Por assim entender, é que o Governo vem dando passos decisivos, a fim de que, simultaneamente com a industrialização do País, se acelere o seu desenvolvimento cultural e científico (KUBITSCHEK, 1958c, p. 21, grifo nosso).

Este excerto apresenta a preocupação que Juscelino possuía com o sistema educacional. Para o presidente, para superar o atraso da sociedade brasileira, havia a necessidade de se formar técnicos habilitados para resolver os problemas nacionais. Além da ênfase dada ao tema da educação, foi nesta introdução da *Mensagem...* de 1958 que apareceu pela primeira vez o tema da transferência da sede do governo. Transferência que também auxiliaria na resolução dos problemas relacionados aos desequilíbrios regionais existentes no país. De acordo com as palavras do presidente,

[...] a transferência da sede do Governo da República, tantas vezes recomendada e sempre procrastinada - permitiria comandar-se, do próprio centro geográfico do País, o processo de reconstrução da sociedade brasileira em bases efetivamente nacionais. Apresentando-se como imperativo da economia e da história, sobre mandamento constitucional, a construção de Brasília não pode deixar de ser uma das metas fundamentais deste Governo. Com o apoio do Congresso, não vacilamos em aceitar a responsabilidade desse passo decisivo e das ingentes tarefas a que ele obriga. *Podemos anunciar, nesta Mensagem, que já se configuram no Planalto Central, os contornos da metrópole que, em breve, será o eixo da vida política do País, núcleo irradiador de sua civilização e do seu progresso* (KUBITSCHKEK, 1958c, p. 22, grifo nosso).

Depois de defender a mudança da sede do Governo da República, o presidente justificava o esforço realizado no *Programa de Metas* através das mudanças estruturais que tal programa traria ao conjunto dos brasileiros. Juscelino buscava acabar com o pauperismo no Brasil, criador de marginais e inibidor do potencial do progresso nacional. Para acabar com este problema, portanto, havia a necessidade de multiplicar fábricas por todo o território brasileiro (KUBITSCHKEK, 1958c, p. 23).

Em 1958, assim como nos anos anteriores, Juscelino concluiu a introdução da *Mensagem...* apresentando sua fé em Deus, no progresso e no brasileiro. Ao seu ver, todas as camadas sociais do Brasil estavam entusiasmadas com o esforço para o desenvolvimento, e isso se caracterizava como sendo um fato sinalizador do êxito futuro. (KUBITSCHKEK, 1958c, p. 24). Desta forma otimista é que Juscelino terminava a *Mensagem...* e iniciava o terceiro ano de mandato presidencial.

Neste mesmo ano, em outubro de 1958, realizaram-se as eleições gerais no Brasil. Por isso, na *Mensagem ao Congresso Nacional* de 1959, Juscelino afirmava que a nova composição do Congresso sintetizava as principais tendências do pensamento político, que também se relacionavam com as diferentes estruturas sociais existentes no país. De acordo com o pronunciamento do presidente,

[...] o Congresso, que se instala hoje, em grau apurado, a síntese das principais tendências do pensamento político brasileiro, desde as que derivam das estruturas tradicionais da nossa sociedade, até as que se configuram em novos grupos que o rápido processo de mudança econômica fez surgir na vida nacional (KUBITSCHKEK, 1959b, p. 9).

Seguindo o roteiro apresentado nas *Mensagens...* anteriores, Juscelino apresentava os principais índices macroeconômicos. De acordo com o presidente, no ano de 1958 o produto interno bruto havia crescido 4,7% – contra 4,5% em 1957 (KUBITSCHKEK, 1959b, p. 12). Em seguida, apresentava como foi a atuação de seu governo no que se referia às questões monetárias e bancárias.

No que respeita às questões monetárias e bancárias, importa destacar, em primeiro plano, a enérgica atuação das atividades econômicas. Ressaltem-se, neste particular, as medidas tomadas para eliminar focos de perturbação que, no segundo semestre, se manifestaram em determinados pontos do País. Graças a prontas providências, puderam as autoridades monetárias restabelecer em poucos dias, a normalidade das operações bancárias. Mencione-se, por outro lado, a considerável expansão dos empréstimos aos ramos básicos de nossa economia, como o rural que, em 1958, se beneficiou de um aumento de 30,3% nos financiamentos concedidos pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do banco do Brasil (KUBITSCHEK, 1959b, p. 14).

Assim como no ano de 1958, Juscelino informava aos congressistas que haveria um déficit da ordem de 48 bilhões de cruzeiros no ano de 1959. Este desequilíbrio orçamentário era proveniente dos gastos decorrentes do abono dado ao funcionalismo (KUBITSCHEK, 1959b, p. 15).

Já nas questões relacionadas ao comércio exterior, Juscelino defendia o estímulo às exportações, assim como já havia feito em 1958. Buscava que tal atividade atraísse os recursos “[...] estrangeiros indispensáveis à aceleração do nosso desenvolvimento econômico, ao passo que persistiu em seu propósito de promover o aproveitamento mais eficiente das divisas disponíveis, segundo as conveniências desse desenvolvimento” (KUBITSCHEK, 1959b, p. 16).

Por outro lado, para o presidente, a indústria automobilística era um exemplo de dinamismo e progresso. Produzia todos os veículos que o desenvolvimento nacional necessitava e ainda possuía capacidade de avançar mais. Em 1958, a produção deste setor tinha atingido 61.109 unidades e havia a previsão de que no ano de 1958 seriam produzidas outras 110.000 – entre caminhões, jipes, utilitários e carros de passeio (KUBITSCHEK, 1959b, p. 19).

As indústrias mecânicas e metalúrgicas também se desenvolviam com o estímulo do Governo. Além disso, ressaltava Juscelino que a meta para estes setores seria alcançada. Para o presidente, com o

[...] progresso do País, sobretudo no campo das indústrias mecânicas e metalúrgicas, intensificou-se a demanda de ferro e aço. As nossas empresas siderúrgicas esforçaram-se para atender às crescentes exigências do parque industrial, promovendo a ampliação de suas instalações, com o estímulo e o apoio do Governo. Aham-se assegurados os recursos financeiros necessários à construção de novas usinas de grande porte, bem como à ampliação das existentes. A produção de lingotes de aço que, em 1955, era de 1.150 mil toneladas, subiu, em 1958, a mais de um milhão e meio de toneladas. De acordo com os projetos em execução, devemos atingir 2.300 mil toneladas, em 1960, e 3.500 mil, em 1965. A meta siderúrgica será, assim, plenamente alcançada (KUBITSCHEK, 1959b, p. 20).

Juscelino ressaltava a todo o momento o imenso progresso no setor e enfatizava a participação do governo. Observa-se como o presidente se referia à indústria de material elétrico, que praticamente inexistia no início de seu governo e que havia recebido estímulo e

assistência de seu governo. Três anos atrás, dizia o presidente, a indústria de “[...] material elétrico pesado não figurava, praticamente, no quadro de nossas atividades. Hoje, já estamos capacitados para produzir boa parte de equipamento exigido pelo nosso programa de eletrificação. Cresce, também, a indústria de equipamentos mecânicos” (KUBITSCHEK, 1959b, p. 21).

Já no que se refere à meta rodoviária, o ano de 1958 havia apresentado resultados extraordinários, pois, enquanto nos dois primeiros anos de mandato a média anual de quilômetros construídos havia sido de 1.600, no ano de 1958 o resultado chegava a 3.174 quilômetros construídos (KUBITSCHEK, 1959b, p. 22). Além destes progressos, por um lado, Juscelino citava os avanços ocorridos nos serviços aéreos e, por outro, dizia ser necessária a criação de uma lei agrária que facilitasse o acesso à terra aos brasileiros.

Como nas *Mensagens...* anteriores, mais uma vez Juscelino colocava ênfase na discussão sobre as transformações que deveriam ocorrer na área educacional. Para o presidente, as ações realizadas no campo econômico poderiam ser frustradas caso não fossem levadas a cabo transformações na área da educação (KUBITSCHEK, 1959b, p. 25–26). As suas palavras demonstravam esta preocupação.

Na educação se joga, sem dúvida, o destino do nosso desenvolvimento. A expansão do parque industrial brasileiro veio revelar-nos, cruamente, o preço que estamos pagando, em razão da carência, entre nós, de operários especializados e de técnicos de grau médio, bem como de cientistas e tecnólogos capazes de encontrar soluções específicas para os nossos problemas (KUBITSCHEK, 1959b, p. 26, grifo nosso).

“Soluções específicas para problemas específicos”. Aqui se observou a argumentação de Juscelino e a interpretou-se como sendo uma defesa da necessidade de constatação da singularidade nacional e da necessidade de formar profissionais capacitados para lidar com esta situação. Seu objetivo era o de construir uma sociedade de acordo com o padrão de vida encontrado nas principais nações industrializadas, mas, para realizá-lo, estava ciente da necessidade de ser levada em consideração a especificidade das nações inseridas no contexto do subdesenvolvimento.

Por fim, em 1960, ao introduzir sua última *Mensagem ao Congresso Nacional*, Juscelino continuava a mostrar-se firme com o compromisso de criar um ambiente de prosperidade no Brasil e apresentava os resultados de seu mandato. Já não fazia tantas promessas, afinal, era o último ano de seu governo.

Antes de mostrar as cifras do *Programa de Metas*, Juscelino apresentou os resultados de outras frentes de trabalho também relevantes para o desenvolvimento econômico do Brasil. Dizia que haviam sido abertas “[...] aos nossos produtos zonas inexploradas; concluiu-se o Convênio Internacional do Café [...]; firmou-se convênio comercial com a União Soviética; diligenciou-se estimular as relações econômicas com os Países Afro-Asiáticos [...]” (KUBITSCHEK, 1960b, p. 11).

Quando entrou especificamente nos resultados do *Programa de Metas*, iniciando pela energia elétrica, afirmava que no ano de “[...] 1961, o País terá acrescido em dois milhões de quilowatts a capacidade instalada, elevando-a para 5 milhões; empreendimentos em curso virão dar-nos mais 3 milhões, em 1965” (KUBITSCHEK, 1960b, p. 12). Já no setor siderúrgico, dizia o presidente que a meta estava

[...] assegurada com obras de vulto, prestes a concluir-se [...]. Produziremos, em breve, o equivalente a 250 milhões de dólares. Em Volta Redonda, a capacidade instalada já subiu de 1 milhão e 100 mil toneladas, alvo previsto para fins deste ano. Com o contingente das demais empresas, a tonelagem excederá, em 1960, o objetivo inicial e perfará 3 milhões e 500 mil, em 1965 (KUBITSCHEK, 1960b, p. 14).

Ao destacar os resultados dos investimentos na área de transportes, Juscelino dizia que seu objetivo era “[...] corrigir um dos mais graves pontos de estrangulamento de nossa economia - as deficiências de transporte - o Governo dedicou-se empenhadamente às ferrovias e rodovias, e favoreceu o surto da indústria automobilística e de construção naval” (KUBITSCHEK, 1960b, p. 17). De maneira específica, no setor rodoviário, mostrava a imensidão da tarefa realizada, pois “[...] nos últimos quatro anos, abriram-se perto de 9 mil km de estradas e pavimentaram-se quase 4 mil, ao mesmo tempo que se mantiveram as existentes em boas condições de tráfego” (KUBITSCHEK, 1960b, p. 17).

Quando analisava o desequilíbrio de renda existente entre a população rural e a urbana, Juscelino argumentava que apenas algumas medidas haviam sido tomadas para que fosse iniciado o esforço de diminuí-lo. Entretanto, para que isso ocorresse, era necessário que se modificasse a “[...] nossa estrutura agrária, de forma que a propriedade da terra se vincule efetivamente ao bem-estar social, consoante determina a Carta magna e exige o nosso tempo” (KUBITSCHEK, 1960b, p. 19). Desta forma, concluía o presidente que era “[...] mister elaborar-se uma lei que, ajustada à nossa realidade, permita marcharem juntas a indústria e a agricultura no processo de desenvolvimento nacional” (KUBITSCHEK, 1960b, p. 19).

Quando passava para a apresentação e análise dos sacrifícios necessários para a realização do desenvolvimento, o presidente dava ênfase de forma precisa que tais sacrifícios

eram necessários para fosse deixada a condição de país subdesenvolvido. De acordo Juscelino, a concentração

[...] maciça e simultânea de recursos básicos, tornada indispensável para que arrancássemos à condição de povo subdesenvolvido, não poderia deixar de impor sacrifícios. É que o investimento, fator dinâmico de qualquer economia, está subordinado à formação de poupanças, e estas, voluntárias ou não, constituem, por seu turno, um ato de transitória renúncia a certos dispêndios de consumo. Contudo, procurou o Governo realizar as inversões necessárias a que se elevasse o Produto Real além do incremento demográfico, sem submeter a população a exigências superiores a suas possibilidades (KUBITSCHKE, 1960b, p. 21).

Mas, deixar a condição de subdesenvolvido através de um investimento maciço não era tarefa simples, pois uma das consequências desta tentativa era a criação de desequilíbrio nas finanças públicas nacionais. De acordo com o presidente, em 1959, havia

[...] um desequilíbrio potencial, consideravelmente superior ao consignado no Orçamento, obrigou o Governo a adotar medidas especiais de contenção dos gastos e, ao mesmo tempo, ativar a arrecadação. Com isso, o déficit total de caixa do Tesouro Nacional, potencialmente superior a Cr\$ 67 bilhões, reduziu-se a 32 bilhões. O saldo negativo escriturado, segundo as normas contábeis vigentes, expressou-se em Cr\$ 26,4 bilhões (KUBITSCHKE, 1960b, p. 22).

Além do problema das finanças públicas, o presidente também apresentava os problemas relacionados com a balança comercial. Neste caso, o principal produto de exportação do Brasil possuía um papel fundamental.

No que se respeita ao café, uma política dinâmica de acordos internacionais e a conquista de novos centros consumidores atenuaram o impacto da superprodução mundial. O QUANTUM exportado somou 17,7 milhões de sacas, no valor aproximado de 740 milhões de dólares, o que, em confronto com o exercício anterior, representou um aumento de 40% e 8%, respectivamente. Graças sobretudo à relação desse produto, nossa balança comercial fechou com saldo positivo (KUBITSCHKE, 1960b, p. 23).

Depois de fazer análises das amplas frentes de trabalho que havia realizado, dos resultados do *Programa de Metas*, dos desequilíbrios existentes entre o meio rural e o meio urbano, dos sacrifícios necessários para a superação do subdesenvolvimento e dos problemas das finanças públicas e da balança comercial, Juscelino passava a tratar do problema educacional, sempre enfatizado nas *Mensagens*.... Para o presidente, o objetivo principal do governo era o de valorizar o homem brasileiro. Assim, ao

[...] lançar-se à batalha da industrialização, ao combater os pontos-de-estrangulamento na infraestrutura da economia, ao abrir novas frentes pioneiras, sua preocupação dominante foi vencer o pauperismo, elevar o nível de vida, preparar o nosso povo para usufruir as conquistas da civilização contemporânea. Sob esta inspiração, os

problemas educacionais tem merecido atento cuidado, sobretudo porque limitados são os recursos e extensa e complexa a tarefa de realizar (KUBITSCHEK, 1960b, p. 24).

De forma específica, ao tocar no tema da educação superior, Juscelino dizia que este setor da educação pública recebia mais da metade das dotações federais destinadas à educação. Entretanto, explicava que nos “[...] últimos quatro anos, essa participação relativa diminuiu em função do atendimento, mais amplo, às necessidades do ensino elementar e médio” (KUBITSCHEK, 1960b, p. 25). Além disso, explicava também que todos os investimentos que estavam sendo feitos nesta área buscavam integrar “[...] o País na educação para o desenvolvimento” (KUBITSCHEK, 1960b, p. 26), a educação formadora do profissional que realizaria a transição conceitual estudada nesta tese, a saber, a do progresso para o desenvolvimento através do planejamento.

Por fim, Juscelino terminava a *Mensagem...* de 1960 com palavras sobre a mudança da sede do governo para Brasília. A cidade que representava a meta-síntese do Programa de Metas já era uma realidade. Por isso, apresenta-se o otimismo do presidente em relação ao seu feito mais arrojado.

Mesmo os retrógados e pessimistas já não podem opor-se à realidade que surge, esplendente, no Planalto Central do Brasil. Graças à bravura e à decisão do nosso povo, ao espírito criador de nossos artistas e à dedicação de chefes e operários, onde, faz três anos, havia apenas deserto e silêncio, existe, hoje, uma cidade de linhas monumentais, destinada a testemunhar, agora e sempre, a memorável arrancada para o Oeste. Cumpriu-se, enfim, o preceito constitucional em que a nação reiteradamente ordenava esse passo decisivo para a ocupação efetiva do nosso interior. Brasília não é apenas uma cidade nova, surgida milagrosamente na solidão do altiplano; não é apenas técnica e arte, pioneirismo e arrojo. É antes de tudo a revolução, porventura a mais fecunda do nosso tempo: a mudança na rota de um País empenhado em transpor a barreira do subdesenvolvimento e ocupar, entre os povos do Mundo, o lugar que lhe cabe pela sua extensão, pelas suas riquezas, pelo valor dos seus filhos (KUBITSCHEK, 1960b, p. 28).

A *Mensagem...* tinha a data de 15 de março de 1960, um pouco mais de um mês antes da cerimônia de inauguração de Brasília, ocorrida no dia 21 de abril de 1960. Na ocasião da publicação da *Mensagem...*, a mudança para a nova capital federal não corria mais riscos e o presidente já colhia os louros desta vitória; por isso manifestava tanto otimismo e esperança com este evento. Aos olhos de Juscelino, o subdesenvolvimento se distanciava da realidade brasileira e isso era fruto de um trabalho coletivo de todos os setores da sociedade.

Termina-se esta seção cujo objetivo foi o de contextualizar o período de governo de Juscelino de acordo com as introduções das *Mensagens ao Congresso Nacional*. Aqui foi apresentado o período de acordo com a visão do próprio presidente e sem compará-la com as pesquisas realizadas sobre o tema. Uma seção que poderia ser intitulada *JK por ele mesmo, no*

calor do momento. Agora, de forma diferente, será exposto como Juscelino apresentava a sua ideia de progresso, nas suas mais distintas variedades. Além disso, serão mostradas pesquisas realizadas sobre o período e artigos publicados durante o período do governo de Juscelino, começando pelos objetivos gerais do progresso.

3 Os objetivos gerais do progresso

*Civilização cristã ocidental*³⁵

Durante a pesquisa realizada nos documentos publicados por Juscelino, observou-se que a busca pela transformação da sociedade brasileira não era fundamentada apenas em argumentos políticos e econômicos. Um outro argumento, de maior amplitude, foi encontrado no discurso do presidente, o da necessidade de construir no Brasil uma sociedade de acordo com os padrões da civilização cristã ocidental. De acordo com o presidente, ser “[...] uma nação cristã nos dias que correm é considerar a injustiça social o que ela é realmente, um grande pecado contra o Cristo. Não é cristã a nação indiferente à miséria, ao subdesenvolvimento com todo o seu cortejo de horrores” (KUBITSCHKEK, 1961, p. 465).

Em *A ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK-JQ*, Miriam Limoeiro Cardoso também salientou esta característica do discurso de Juscelino e vai além. Para a autora, no discurso da ideologia do desenvolvimento havia técnica e moral. A parte técnica priorizava a apreensão objetiva da realidade, apresentação de dados e a formulação de políticas para resolver determinados problemas. Para a autora, essa “[...] postura técnica encontra o seu lugar ideológico quando se define como basicamente cristã, quando encontra nos princípios cristãos as suas razões mais fundamentais – e isto se apresenta como uma adesão não explicada” (CARDOSO, 1977, p. 203).

Concorda-se com a afirmativa de Miriam Limoeiro Cardoso de que a busca pela civilização cristã ocidental não é explicada por Juscelino. E, ainda se adiciona que, à luz da bibliografia apresentada no primeiro capítulo desta tese, a escolha da busca pelo progresso e

³⁵ Já foi comentado na introdução deste trabalho que se realizou uma substituição na expressão de Juscelino para auxiliar a interpretação dos objetivos do progresso. Sempre que o presidente apresentava a expressão civilização cristã ocidental aqui se entendeu que o presidente se referia aos países europeus e aos Estados Unidos devido à capacidade que eles tiveram de internalizar os avanços tecnológicos oriundos da II Revolução Industrial. Não se substituiu a expressão nas citações do presidente, mas deixou-se a indicação de como ela foi entendida.

desenvolvimento também é uma escolha pela sociedade que internalizou os avanços tecnológicos da II Revolução Industrial.

Nos excertos apresentados abaixo, a relação entre o progresso e a civilização cristã ocidental aparece de diversas maneiras, mas sempre com uma orientação. Primeiramente, aparecia como incentivo aos marinheiros brasileiros para que zelassem e auxiliassem na construção de uma nação de acordo com os moldes da herança de origem latina. Juscelino conclamava aos marinheiros dizendo que eles eram as

[...] sentinelas dos mares que banham as costas deste vasto país, para edificar uma civilização à altura da grande herança latina e cristã que recebemos dos nossos maiores! A vós se entregou a defesa desse imenso litoral, a fim de que a Nação possa, em paz, fazer florir os campos, prosperar as cidades, enviar ao céu o fumo das chaminés de fábricas que não trabalham para a guerra, mas para o progresso e para a cultura (KUBITSCHKE, 1960a, p. 349).

Em um segundo momento, Juscelino citava as operações nacionais e internacionais – como a Operação Nordeste e a Operação Pan-americana – que buscavam o progresso e possuíam o ideal cristão. Para o presidente, a

[...] Operação Nordeste não se deterá, como não se deterá a Operação Pan-americana. Uma e outra se firmam em forças invencíveis: a aspiração de uma vida melhor e mais alta, o desejo veemente de progresso, o ideal cristão de fraternidade e justiça. A primeira pretende redimir, no seio do Brasil, uma região que se empobreceu e que, entretanto, possui abundantes riquezas para dar à grande Pátria. A segunda almeja banir das Américas as penúrias e privações que desfiguram a personalidade humana e erguer, em todo o continente, uma civilização que honre a nossa época e os nossos povos (KUBITSCHKE, 1960a, p. 139).

No que diz respeito a Operação Nordeste e à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, Celso Furtado informava qual era o problema em questão. Para este autor, os desequilíbrios causados pela ausência de orientação do desenvolvimento – principalmente os de ordem regional – poderiam causar graves problemas para a formação da nacionalidade³⁶.

³⁶ "O desenvolvimento econômico, no mundo todo, tende a criar desigualdades. É uma lei universal inerente ao processo de crescimento: a lei da concentração. E dentro de um país de dimensões continentais como o Brasil, de desenvolvimento espontâneo, entregue ao acaso, os imperativos desta lei tendem a criar problemas capazes de acarretar tropeços à própria formação da nacionalidade. Tal afirmação, à primeira vista, poderá parecer simples frase de efeito, embora não seja. Permitam-me dramatizar esta afirmação inicial porque estou convencido de que as crescentes disparidades regionais constituirão o mais grave problema do nosso país nesta segunda metade do século XX - problema principal, não só para a nossa geração, mas seguramente para as duas gerações que nos seguirão. Não se trata de problema que possa ser resolvido por um governo ou por um grupo de homens, e é como tal que desejo seja compreendido" (FURTADO, 2009, p. 30).

Dando continuidade, a relação entre o progresso e a civilização cristã ocidental também aparece através da realização de elogio diplomático ocorrido durante a visita do Príncipe Bernardo de Lippe, dos Países Baixos, ao Brasil. Nesta ocasião, sucedida em fevereiro de 1959, Juscelino fazia questão de elogiar a nação daqueles que visitavam o Brasil e, ao mesmo tempo, reiterar os seus objetivos.

Esse esforço de crescimento, essa ânsia de progresso encontram o seu paralelo na invencível Holanda, assolada pela destruição da guerra e, em poucos anos, reconstruída e próspera, dedicando-se com afinco ao enriquecimento espiritual e material de sua laboriosa população. Exemplo e modelo de operosidade, vemos naquele país o símbolo de virtudes que enobrecem e dignificam o que representa para nós o ideal da civilização cristã e ocidental (KUBITSCHEK, 1960a, p. 78).

Eram inúmeras as formas que Juscelino buscava para estimular o progresso e disseminar o seu otimismo quanto à possibilidade de realizá-lo. Se acima o exemplo holandês deveria ser seguido, logo adiante, a transferência da sede da administração governamental para Brasília representaria “[...] para toda a bacia Paraná-Uruguai, como para a bacia amazônica e a bacia do São Francisco, uma nova era de trabalho, ação, progresso, riqueza, cultura e civilização (KUBITSCHEK, 1960a, p. 305).

Em outra ocasião, ao receber o Cardeal Giovanni Battista Montini, então Arcebispo de Milão, Juscelino afirmava que o progresso buscado por seu governo possuía um fim cristão. Neste discurso, proferido em junho de 1960, o presidente afirmava que ao procurar

[...] trazer o progresso para as populações desamparadas e pobres do nosso interior; quando levamos por toda essa vasta extensão territorial a saúde, a educação, a esperança de uma vida melhor, estamos cumprindo uma finalidade autenticamente cristã. De tal maneira cristã tem sido o nosso incomensurável esforço, que não nos tem faltado por um só momento as bênçãos e as graças do Todo Poderoso. Sabemos nós - e já o evangélico Doutor Santo Tomaz de Aquino ensinava - que não é possível aos homens levarem uma vida de virtudes cristãs se não dispuserem de um mínimo de conforto e de segurança materiais, compatíveis com a dignidade da condição humana (KUBITSCHEK, 1961, p. 192).

Com a leitura destes excertos, percebeu-se que Juscelino sabia adaptar bem o conteúdo de seus discursos para os receptores de suas palavras. Para o Príncipe dos Países Baixos, exaltava a história e a tenacidade do povo daquela nação. Para o Arcebispo de Milão, citava Tomás de Aquino e afirmava a finalidade cristã do progresso executado por seu governo. Não seria diferente no livro *Por que construí Brasília*, publicado originalmente em 1975, obra na qual o presidente explica as razões que o levaram a mudar a capital federal para o centro-oeste. No que se refere à relação entre Brasília e a construção de uma nova civilização, observam-se as palavras do presidente.

Em face disso, 1958 transformou-se de súbito numa etapa nova do governo. Os problemas, que teria de enfrentar, seriam diferentes. Não eram os de estimular o progresso, onde ele já existia. Mas criá-lo do nada, através de uma ação da natureza desbravadora. Tudo aquilo teria que ser recuperado para a civilização. *A Fundação Brasil-Central realizava uma admirável obra de redescobrimto do Brasil*. Entretanto, o que mais me preocupava não era propriamente a realização daquelas obras, o que seria levado a efeito custasse o que custasse. Inquietava-me a possibilidade de que todo aquele esforço acabasse se tornando inútil. Que adiantariam aquelas pontes, se a Fundação não fechasse o circuito desbravador, atraindo colonizadores para a região? O objetivo não era construir pontes ou abrir estradas. Mas povoar, criar núcleos geradores de progresso, civilizar, enfim (KUBITSCHKEK, 2000, p. 128–9, grifo nosso).

Juscelino, sem dúvida, foi um presidente entusiasmado com as práticas dos antigos bandeirantes, e queria também desbravar o Brasil. No excerto apresentado acima e nos próximos, logo abaixo, encontra-se o fio condutor de seu pensamento. Em primeiro lugar, era necessário construir pontes e estradas para que o progresso material fosse criado. Veja-se o que o presidente dizia sobre a missão de Bernardo Sayão³⁷, o supervisor da Rodobrás – Comissão Executiva da Belém-Brasília. Sua missão era a de “[...] criar uma zona de segurança ao longo da floresta que separava as duas cidades [...] que se estenderia por 2.100 quilômetros, e cujo objetivo fundamental seria introduzir o progresso e a civilização em regiões nunca exploradas pelo homem civilizado” (KUBITSCHKEK, 2000, p. 98).

Posteriormente, alcançado o progresso material, seria necessário que estas regiões entrassem na dinâmica criação de riqueza e geração de emprego. Em outras palavras, era necessário que estas regiões começassem a reproduzir a riqueza de forma capitalista. Veja-se a forma heroica e otimista como o presidente se referia ao período final da construção da Rodovia Brasília-Acre.

Aqueles três meses e meio foram de luta árdua, perigosa e traiçoeira. Mas os heroicos candangos nunca revelaram qualquer desânimo. Ao contrário, o que se constava era entusiasmo. Espírito de competição. O caboclo da bacia Amazônica sentia que, ao fazer aquele enorme sacrifício, estava preparando dias melhores para os filhos. Seria a civilização que iria penetrar na floresta, para saneá-la, levando consigo o progresso, criando fontes de riqueza, proporcionando oportunidades de trabalho para todos (KUBITSCHKEK, 2000, p. 407).

³⁷ “Após a deliberação do presidente Juscelino Kubitschek de transferir a capital federal para o Planalto Central do Brasil, em território goiano, Bernardo Sayão foi indicado para supervisionar a execução do Plano Piloto para a construção de Brasília. Em meados de 1957, recebeu do presidente a incumbência da construção de uma rodovia ligando a nova capital a Belém. Nesse sentido, assumiu, em maio de 1958, a supervisão da Rodobrás - Comissão Executiva da Belém-Brasília. Encontravam-se já bastante adiantadas as obras quando, em 15 de janeiro de 1959, Sayão faleceu, vitimado por acidente de trabalho. A rodovia Belém-Brasília recebeu seu nome” (CPDOC-FGV, [S.d.]).

Como observou-se, para Juscelino, o progresso era um meio de atingir os padrões de vida das sociedades que internalizaram os avanços tecnológicos da II Revolução Industrial. Era necessário o progresso para que fosse superado o subdesenvolvimento. Para tanto, também era necessário ter a garra daqueles que tiveram o país assolado pela guerra e o reconstruíram. Por fim, Brasília, a meta-síntese, seria a expressão de todo o progresso cristão que uniria a nação. União que se daria através das novas estradas que cortavam o país do norte ao sul, tendo Brasília como o nó central do sistema rodoviário.

A questão nacional

Até aqui, pôde ser percebido que o progresso era entendido de muitas maneiras para Juscelino, da mesma forma é a relação deste conceito com a questão nacional. Na verdade, em seus documentos observam-se, simultaneamente, relações em torno das causas, dos obstáculos e das conseqüências do progresso. E, dentro deste imenso universo de significados, defronta-se com afirmações generalizantes, como é o caso do excerto abaixo, no qual Juscelino afirmava que não havia escolhido governar através dos caminhos da comodidade.

Cômodo teria sido para mim o confinar-me, como propósito administrativo, aos cinco anos de meu mandato. Seria cômodo, mas não teria sido patriótico, porque o Brasil, como Nação, é a continuidade no tempo, que nenhum brasileiro pode desconhecer. Essa realidade futura é a preservação de nossa integridade e da nossa liberdade. *Dai o meu afã de acelerar o progresso do País, de modo que esta geração se impusesse à gratidão das gerações futuras* (KUBITSCHER, 1961, p. 243, grifo nosso).

Juscelino, através do uso de paradoxos em sua retórica, afirmava que o Brasil precisava mudar para continuar sendo uma nação e, somado a isto, reiterava que a mudança devia ser acelerada. A aceleração ocorrida neste período tem como expressivo exemplo a construção de Brasília. A nova capital não seria apenas o novo local da administração federal, seria também uma cidade que integraria um país de dimensões continentais. Os contornos da cidade desenhavam um avião que representava a velocidade dos novos tempos e da transformação do Brasil. Enfim, a velocidade da vida em uma sociedade que recebia a propulsão do motor à combustão criado na segunda revolução industrial.

Até então, para muitos, o Brasil apenas havia conquistado o seu litoral, fato que era conseqüência da herança colonial. Em *Brasília e o desenvolvimento nacional*, Roland Corbisier criticava enfaticamente esta situação e a exemplificava como as grandes cidades brasileiras

relacionavam-se com os principais produtos de exportação nacionais. Com o ciclo do açúcar, as cidades de Recife e Salvador se desenvolveram. Com o auge da borracha, ocorreu o esplendor de Manaus. Já com o ciclo do ouro, a capital foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro. Por fim, relacionava Santos e São Paulo com o surto cafeeiro (CORBISIER, 1960, p. 50). A construção de Brasília seria um fator de integração nacional, muito além do litoral. Para Juscelino, impunha-se

[...] que o Brasil voltasse suas vistas sobre si mesmo, a fim de poder realizar sua vocação unitária nacional e exercer, no continente, o papel a que estava predestinado, por seu império territorial, por sua população e pelas suas grandes riquezas potenciais. Isso significava dizer que o Brasil deveria lançar-se na grande obra de incorporação ao seu território válido de uma imensa extensão de seis milhões de quilômetros quadrados, que principia a ser dinamizada, compreendendo seções do pantanal mato-grossense, do planalto central e da Amazônia. Para isso, a função catalizadora iria caber à futura capital federal, fazendo de Brasília não apenas um arrojo de construção isolada, senão o que efetivamente é, um entroncamento de vias de progresso e de expansão do Brasil dentro de suas fronteiras, e de vitalização do mediterrâneo sul-americano, com o enlaçar de forma reciprocamente benéfica a economia brasileira à economia das nações irmãs cujas costas se voltam para o Pacífico, mas cujos territórios, por força da barreira andina, se integram necessariamente na área de circulação (KUBITSCHKEK, 1959a, p. 63).

De acordo com o presidente, o Brasil possuía vocação para ser grande devido ao tamanho de seu território, às qualidades de sua população e às suas riquezas naturais. Certamente, vocação é uma palavra muito forte para aquele que analisa a história. Entretanto, pode-se concordar com Juscelino que, à época, era verossímil pensar e se organizar politicamente para executar projetos com objetivos de grandeza nacional. Por isso, apresenta-se mais um excerto sobre Brasília com o objetivo de mostrar a sua importância para a integração nacional. Dizia Juscelino que construía uma

[...] nova cidade, que será amanhã a capital do Brasil, de onde procuraremos irradiar, para regiões desertas e desconhecidas do país, a força propulsora da civilização e de progresso, que aqui atingiu um grau tão avançado. Brasília será a integração de mais de 6 milhões de quilômetros na comunhão brasileira. Será, na expressão feliz do eminente cardeal desta cidade, o trampolim para a conquista da Amazônia. [...] *O que nós agora estamos fazendo é fundar a nação que os bandeirantes conquistaram* (KUBITSCHKEK, 1959a, p. 71, grifo nosso).

A fundação da nação conquistada pelos bandeirantes requeria energia elétrica, asfalto, aço e automóveis. Em síntese, Juscelino deixava claro que buscava construir uma nação com as máquinas criadas pela segunda revolução industrial e os valores da civilização cristã ocidental já apresentadas acima. Abaixo apresenta-se a forma como Juscelino comemorava uma de suas vitórias na batalha pelo desenvolvimento e pela integração nacional. O presidente recebia às portas do Palácio do Catete “[...] sessenta e tantos veículos nacionais, que através de

2.200 quilômetros de selva deram testemunho de que esse progresso é patente. Percorreram estradas desde Belém do Pará, através de Brasília, Belo Horizonte, até que, por fim, chegaram ao Rio" (KUBITSCHKEK, 2000, p. 287).

Não seria apenas o aço e o concreto de Brasília que integrariam o Brasil, mas também as estradas pavimentadas e os automóveis que estavam sendo produzidos pela indústria automobilística nacional. Ao difundir os feitos da *Caravana de Integração Nacional*, Juscelino, como não poderia ser diferente, mostrava que os objetivos de seu governo estavam sendo alcançados e, além disso, mostrava que era plenamente possível integrar o Brasil. Entretanto, era preciso que outros atores entrassem em cena para que esse objetivo fosse alcançado.

Também era necessário que a elite nacional participasse desse processo, caso contrário, o progresso material alcançado em seu governo de nada serviria. Dizia o presidente que sabia

[...] bem que não há destino glorioso com os simples efeitos do progresso material, com a pura realização de obras de engenharia e outras tais. O que torna poderoso um país é a participação de suas elites na problemática nacional; o que promove a verdadeira expansão e o crescimento continuado das nações é o esforço do Estado aliado ao que se elabora, ao que se processa nas universidades. A história aí está a nolo confirmar. Se não houver um espírito de grande país entre nós, não adiantará muito executar no plano do concreto, por maiores que sejam as realizações. É que elas terão posteriormente má aplicação, se por acaso lograrem alguma aplicação (KUBITSCHKEK, 1958b, p. 63-4).

Estas considerações de Juscelino são extremante atuais e ainda serão problematizadas no próximo capítulo desta tese. No momento, apenas enfatiza-se que a mensagem existente neste excerto – a de que se a elite de um país não participar da problemática nacional, nada adianta o progresso material – pode abrir margem para relativizar os sucessos de seu governo nos dias de hoje.

Partindo, enfim, para concluir esta parte sobre a relação entre o progresso e a questão nacional, observa-se o discurso realizado por Juscelino na *Festa do Açúcar* da cidade de Campos, ocorrida em agosto de 1957. Nesta ocasião, o presidente agradeceu a homenagem recebida dos lavradores e produtores de açúcar e elogiou o governador Miguel Couto Filho “[...] cujo patriotismo e descortino vem abrindo magníficas perspectivas ao progresso do Estado do Rio [...]” (KUBITSCHKEK, 1958b, p. 173). Como se pode observar, para que ocorresse o progresso, era necessário que houvesse patriotismo por parte dos homens que estavam no poder.

Patriotismo como valor, progresso como meio e desenvolvimento como fim são as relações que foram apreendidas ao se pesquisar os documentos de Juscelino³⁸. Neste conjunto de conceitos que representavam práticas sociais, cabe tornar ainda mais claro quais eram os principais objetivos do progresso de acordo com o presidente. Por isso, será iniciada, a seguir, a apresentação dos principais objetivos do progresso de acordo com o presidente.

Os principais objetivos do progresso

Como já apresentado, Juscelino objetivava superar o atraso existente na sociedade brasileira, caracterizada como subdesenvolvida devido à sua herança colonial. Por isso, ao agradecer o banquete oferecido pelo governador Juracy Magalhães da UDN, salientou que tanto ele como o governador da Bahia buscavam recuperar “[...] *o nosso atraso em relação a outras nações, em larga dianteira no desenvolvimento, no progresso, no emprego intensivo das técnicas que a ciência de nossos dias veio colocar à disposição do homem para libertá-lo das forças cegas da natureza*” (KUBITSCHKEK, 1961, p. 228, grifo nosso).

Libertar os homens das forças cegas da natureza não significava que no Brasil não havia progresso algum, mas sim que o pouco de progresso existente por aqui era importado e, conseqüentemente, possuidor de baixo poder de multiplicação. Por isso, ao comemorar o influxo de capitais que ocorria no Brasil durante o seu governo, Juscelino apresentava a

[...] convicção de que o Brasil se achava apto para ingressar num amplo ciclo de desenvolvimento econômico - pela definitiva integração de suas forças no processo cumulativo do tipo capitalista contemporâneo - encontra, assim, pleno apoio nos fatos. Esses longos ciclos expansivos que outros povos têm conhecido antes de nós, - originadas com a economia do ferro e do aço, do vapor, da eletricidade, das indústrias químicas e do motor a explosão - nos chegaram, no passado, quase apenas por via reflexa sem poder de multiplicação fecundante, trazendo um progresso não gerado em nosso meio, mas obtido com o café. Hoje, porém, a realidade é distinta, e o que o Governo tem de fazer, como está fazendo, é acelerar o movimento desta onda de grande amplitude (KUBITSCHKEK, 1957, p. 137).

Juscelino tinha em mente sempre os outros povos, as outras nações. E, nesta luta de aceleração do progresso rumo aos padrões de vida fundado nos avanços tecnológicos advindos

³⁸ De acordo com os textos em análise, parece que Juscelino se colocava a frente de seu tempo, como tantos outros de sua época. O presidente afirmava ser necessário o nacionalismo para uma completa formação nacional. Mas, ao mesmo tempo, antes mesmo de Brasília estar pronta, dizia que a nova capital integraria a nação Brasileira. Parece – e aqui deve ser enfatizada a palavra parece – que Juscelino e seus auxiliares já sabiam todo o caminho a ser percorrido, os seus obstáculos e, por isso, possuíam tanta pressa em acelerar o progresso nacional.

da II Revolução Industrial, a industrialização era entendida por ele como um meio de superar “[...] esses contrastes de desenvolvimento e erradicar seus reflexos na cultura constituem alto encargo de nossa geração. Vemos no progresso industrial poderosa determinante da renovação a que aspiramos [...]” (KUBITSCHEK, 1957, p. 420). Para tanto, era necessária a paz social – que aqui pode ser entendida como um pacto entre as classes sociais –, ponto que o presidente enfatizava desde a sua posse, na verdade, desde antes de ter sido eleito.

Não lograria a Nação duradouros resultados em sua luta pelo progresso e em seu empenho pela paz social, se todas as classes não estivessem compenetradas de que o desenvolvimento aproveita toda a coletividade, e não apenas a uma parte dela. Certos de que ele suscitará uma vida melhor, mais fecunda e rica de estímulos, o trabalhador rural, o operário das fábricas, o artesão, o profissional liberal, o homem de empresa, o servidor público, todos, enfim, contribuirão com novo alento para esta obra nacional de tamanha amplitude e complexidade (KUBITSCHEK, 1958c, p. 24).

Por fim, Juscelino deixava claro que os lucros não eram entendidos enquanto um mal em si, pois podiam dar “[...] impulso à expansão das atividades produtoras, podendo até converter-se em decisivo fator de progresso, como se verificou durante o século passado, nos países capitalistas” (KUBITSCHEK, 1957, p. 128).

Os obstáculos ao progresso

Inicia-se agora a apresentação dos obstáculos ao progresso existentes no Brasil de acordo com Juscelino. Tais obstáculos, como é sabido, não eram poucos nem de fácil transposição. Pauperismo, atraso técnico da indústria nacional, limitações da infraestrutura rodoviária e da produção de energia elétrica, desigualdades regionais, pessimismo conservador e ausência de recursos. Para contornar todos estes obstáculos, Juscelino apresentava à nação o Programa de Metas. Além deste plano, eram necessários otimismo e astúcia política para superar os obstáculos existentes para a realização do programa de desenvolvimento econômico.

O primeiro obstáculo que merece ser apresentado é aquele relativo ao desequilíbrio existente entre as expectativas de progresso e as possibilidades de transformação existentes na realidade nacional. Juscelino observava que havia no Brasil “[...] um sopro de vitalidade, uma sofreguidão de progresso que nos leva a querer mais do que os recursos materiais permitem” (KUBITSCHEK, 1957, p. 137).

A ausência de recursos materiais, no Brasil, era uma constante à época e era percebida das mais diversas formas, dentre elas a mais elementar: a pobreza alimentar. Para o

presidente, um povo que “[...] ainda não pode satisfazer a necessidade, entre todas fundamental de alimentação, também não alcançará as condições de saúde, vitalidade, capacidade empreendedora, imprescindíveis ao progresso econômico” (KUBITSCHKEK, 1956, p. 317). Conseqüentemente, dizia que as “[...] carências alimentícias se deve[m], não só a baixa produtividade do trabalhador médio nacional, como a sua proclamada indolência e desambição. É a pobreza alimentar que propicia o surto e a manutenção de doenças responsáveis por tal estado de apatia física e mental” (KUBITSCHKEK, 1956, p. 317).

Em meados da década de 1950, Juscelino não era o único a discutir a questão da fome. Na *Mensagem ao Congresso Nacional* de 1956 eram citadas as estatísticas presentes nos relatórios da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). Portanto, nada mais relevante do que recorrer às análises de Josué de Castro³⁹ sobre este tema. Em 1947, este médico e geógrafo pernambucano havia publicado o livro *Geografia da fome: o dilema brasileiro – pão ou aço*. Já em 1957, publicava *O livro negro da fome*, obra na qual buscava apresentar objetivamente a situação da fome do mundo. No último apêndice, o autor apresentava o projeto *Proteínas para a América Latina* e, ao analisar especificamente o Brasil, afirmava que apesar do intenso desenvolvimento econômico que ocorria no país, determinados alimentos ainda não estavam à disposição das populações. De acordo com o autor, naqueles últimos anos

[...] o Brasil experimenta acentuado ritmo de desenvolvimento econômico, havendo já uma consciência de que o país precisa romper o quanto antes as barreiras do subdesenvolvimento para dar atendimento às justas aspirações nacionais quanto ao bem-estar de suas populações. Não obstante o crescimento, em termos físicos, da produção agrícola para o mercado interno, a um ritmo superior ao da população, persiste uma situação de insatisfação quanto às quantidades de certos alimentos essenciais postos à disposição das populações; a deficiência se manifesta, então, porque se continua a produzir em termos da antiga estrutura alimentar do país, que não mais podia atender às necessidades das massas operárias em crescente melhoria do poder aquisitivo, e porque ainda é utilizado um antiquado e incompleto sistema de abastecimento carente de instalações adequadas à estocagem e distribuição eficientes (CASTRO, 1960, p. 144–45).

Além da fome, outro problema deveria ser atacado pelo Programa de Metas do governo cujos custos só seriam válidos na medida em que criassem melhores condições de vida para os brasileiros. Assim, Juscelino objetivava liquidar com o pauperismo que mantinha “[...] parcelas ponderáveis do povo em condições precárias de existência e que, em virtude do alto

³⁹ Josué de Castro foi presidente do Conselho Consultivo da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) entre os anos de 1951 e 1955 (“Food and Agriculture Organization of the United Nations”, 2017).

incremento demográfico, ameaçava alastrar-se cada vez mais, diluindo, pela crescente massa de marginalizados, todas as potencialidades de progresso” (KUBITSCHKEK, 1957, p. 23). Para alcançar tais objetivos, tornava-se “[...] imperativo marchar para a plena industrialização, multiplicando fábricas, estradas, silos, frigoríficos, laboratórios, granjas, bem como promover a ocupação e exploração de áreas até agora inaproveitadas” (KUBITSCHKEK, 1957, p. 23).

Entretanto, para Juscelino, a realidade existente na economia brasileira era desoladora em 1955, e transformá-la era um desafio que poderia ser observado de forma objetiva através do baixo nível de consumo *per capita* de aço. Produto “[...] fundamental à irradiação do progresso, o aço oferecia um prisma pelo qual se poderia simplificar o entendimento dos desníveis econômicos e sociais entre o Brasil e os países desenvolvidos” (KUBITSCHKEK, 2000, p. 292). Abaixo, apresenta-se na Tabela 1 a produção anual de aço do Brasil e dos Estados Unidos naquele período, para ilustrar os desníveis citados por Juscelino.

Tabela 1 - Produção de Aço Bruto dos EUA e do Brasil entre 1955 e 1961 (em toneladas)

	EUA	Brasil
1955	106.173	1.162
1956	104.522	1.375
1957	102.253	1.299
1958	77.342	1.362
1959	84.773	1.608
1960	90.067	2.260
1961	88.917	2.443

Fonte: (MITCHELL, 2007, p. 378–79).

A comparação entre o Brasil e a maior potência econômica da época, os Estados Unidos, é sempre limitada e complicada, pois comparam-se estruturas econômicas completamente distintas. Entretanto, é realizada aqui com o intuito de apresentar uma das inúmeras lacunas existentes entre o Brasil e o mundo desenvolvido, assim como para dimensionar o tamanho do desafio para a construção de uma sociedade de acordo com o padrão de vida existente no centro da sociedade de consumo e produção em massa.

Continuando, percebe-se que Juscelino, por um lado, observava os limites da siderurgia no Brasil, por outro, percebia que os preços agrícolas deveriam ser contidos através da racionalização da agricultura, e não através da proteção financeira e cambial. Caso isso não fosse realizado, menor seria a quantidade de divisas que poderiam ser adquiridas com a

exportação de produtos agrícolas, fato que afetaria o “[...] o próprio desenvolvimento da indústria, com reflexos negativos ao progresso nacional” (KUBITSCHKEK, 1956, p. 290)⁴⁰.

Além das limitações da agricultura, também existia outra limitação localizada no outro extremo do espectro industrial brasileiro – o setor de alta tecnologia. Havia no Brasil “[...] uma industrialização que mal explorava linhas tradicionais e nos deixava à mercê do suprimento externo dos bens que constituem a alavanca do progresso” (KUBITSCHKEK, 2000, p. 48).

Outra expressão das limitações da economia brasileira era a baixa capacidade de produção de energia elétrica. Por isso Juscelino dizia que esforços estavam sendo realizados para aumentar a capacidade geradora de eletricidade, pois a “[...] energia elétrica constitui um dos grandes pontos de estrangulamento de nossa economia e um dos mais críticos problemas de base a serem resolvidos” (KUBITSCHKEK, 1956, p. 320). A consequência prática deste gargalo, por um lado, era a limitação do desenvolvimento industrial do país, por outro, deixava as “[...] massas de nossa população [...] privadas desse mínimo de progresso e conforto que a civilização moderna requer, tanto nas aglomerações urbanas como nas zonas rurais” (KUBITSCHKEK, 1956, p. 320).

A ausência de infraestrutura rodoviária também era um obstáculo existente para o progresso nacional que foi muito criticado por Juscelino e realçado por aqueles que pesquisaram o período. Além disso, as obras rodoviárias de seu governo foram muitas e as narrativas em torno delas tomaram proporções épicas, como é o caso da Belém-Brasília e da Rio Branco-Brasília. Sobre este obstáculo, ao citar o estado do Acre, dizia Juscelino que repousava sua “[...] economia, no momento, na exploração de borracha, madeiras, peles, castanhas e produtos oleaginosos, admitindo-se sejam consideráveis as reservas petrolíferas de seu subsolo. As dificuldades de transporte constituem grande obstáculo ao progresso da região” (KUBITSCHKEK, 1956, p. 487).

Juscelino observava muitas dificuldades para a efetivação do progresso nacional que só poderiam “[...] ser superadas por um esforço contínuo segundo as linhas de sua essencialidade, de sorte que se compensem as deficiências atuais da nossa infraestrutura, mediante um incremento mais do que proporcional ao das atividades da superestrutura” (KUBITSCHKEK, 1956, p. 273).

⁴⁰ Ao examinar apenas a importância relativa do café na pauta de exportações brasileiras, observa-se que no ano de 1956, a exportação deste produto representava 69% das exportações brasileiras (NUNES, 2012, p. 12). Tais dados deixam claro porque Juscelino se preocupava tanto com o setor agrícola da economia brasileira.

Ainda não se exauriram todos os obstáculos ao progresso apresentados por Juscelino. Agora, apresenta-se aquele que, de acordo com o presidente, sintetizava todos os outros obstáculos: a desigualdade regional existente no Brasil. Devido à existência deste problema, Juscelino prometera construir Brasília e milhares de quilômetros de estradas para integrar a nação. Fazia tais afirmações com o conhecimento de causa de quem havia visitado os quatro cantos do país e estava empenhado

[...] em acelerar a evolução do Brasil, considero-a dependente do primeiro e mais valioso de seus elementos, o homem brasileiro. Para conhecer as suas necessidades, encontrando-o nas regiões longínquas, onde não chegam as comodidades do progresso, ou donde refluíram, repelidas pelas calamitosas condições locais, fiz, como candidato e como Presidente da República, as viagens que me habilitaram a julgar as causas dos seus infortúnios e me permitiram determinar as providências possíveis, no sentido de removê-las. Com esta informação direta da realidade nacional, que não li em relatórios burocráticos nem bebi nas fontes parciais, porém obtive em contato pessoal com as angústias e as esperanças do povo, de todo o povo – posso trazer a este insigne instituto uma mensagem de confiança. E de efusivo reconhecimento (KUBITSCHKEK, 1959a, p. 394).

Juscelino continuava sua argumentação ao afirmar que não era compreensível “[...] que esteja no âmbito de nossas fronteiras o maior deserto da terra. Nem é concebível que a Nação se divida em regiões de progresso e de subdesenvolvimento, como se todos não tivessem iguais direitos e oportunidades debaixo da mesma bandeira” (KUBITSCHKEK, 1961, p. 92).

Com o intuito de diminuir as desigualdades regionais existentes no país, no ano de 1958, Juscelino dizia que ampliava seus objetivos políticos para levar o progresso para as regiões mais distantes. Ao se referir sobre este projeto, afirmava que “[...] seriam diferentes os elementos que tentariam barrar a entrada do progresso. Relacionavam-se todos com a Natureza – a Natureza quase indomável, cuja hegemonia se fazia presente em dois terços do território nacional” (KUBITSCHKEK, 2000, p. 129). Juscelino buscava descrever a realidade que via do alto do avião e que, em sua opinião, deveria ser transformada, pois a “[...] realidade, que se pressentia lá embaixo, era aterradora. Isto, quando ao avião. Qual aconteceria ao homem, isolado, desprotegido, sob um regime de alimentação racionada? Daí a minha preocupação. Desejava plantar carvalhos, e não couves” (KUBITSCHKEK, 2000, p. 129).

Infraestrutura de transporte limitada, pouca produção de energia elétrica e desigualdade regional. Estes três obstáculos ao desenvolvimento eram sintetizados por Juscelino, pois ele estava ciente de que a nossa

[...] circulação, de um lado, praticamente obstruída e, de outro, mal planejada; contávamos com recursos insignificantes, quanto a energia elétrica, para fazer face a uma incoercível ânsia de desenvolvimento a nascer da potencialidade deste grande

Brasil, de seu acelerado ritmo de crescimento demográfico; necessitávamos também de caminhar para o centro do país, de mudar a Capital, porque já não era possível comandar a Nação desconhecendo ou desprezando uma extensão territorial imensa, por assim dizer, o verdadeiro miolo de nosso país, lá onde penetraram as vossas bandeiras, na pátria informe primitiva, enfrentando, em condições de dificuldade que nem de longe sequer são imaginadas, a batalha de conquista que retomamos com recursos de toda a espécie, com as modernas armas do progresso (KUBITSCHKEK, 1961, p. 160-1).

A ausência de ordem

O próximo obstáculo ao progresso que se apresenta é o da falta de ordem⁴¹ na sociedade brasileira. Juscelino conviveu com este obstáculo antes e depois de ser eleito, como já se teve a oportunidade de apresentar. No discurso transmitido pela *Rede Radiodifusora da Voz do Brasil*, no dia 31 de dezembro de 1959, o Ministro da Justiça afirmava que o governo estava “[...] capacitado para anular a ação dos inimigos do progresso nacional, do bom nome do país e da paz pública” (KUBITSCHKEK, 1960a, p. 369). De outra forma, mas ainda sobre o tema da ordem e das liberdades democráticas, Juscelino apresentava a similitude entre a tese brasileira apresentada no *Conferência dos Vinte e Um* em Washington e o conteúdo de um pronunciamento dos responsáveis pela política externa dos Estados Unidos. A tese fundamentava-se na ideia de que “[...] se os países subdesenvolvidos chegarem à conclusão de que não poderão atingir o progresso dentro da liberdade, ficarão expostos às seduções de alternativas contrárias à índole dos povos democráticos” (KUBITSCHKEK, 1960a, p. 246).

Não eram apenas os obstáculos de ordem material que impediam o progresso nacional. Para Juscelino, ao “[...] velho derrotismo, que relegava comodamente para o dia de amanhã as obrigações de cada dia, como se constituíssemos uma população de simples marginais do progresso universal, busquei contrapor o otimismo fecundo e criador, cujos resultados aí estão” (KUBITSCHKEK, 1961, p. 166). Mas isso era dito em maio de 1960, Juscelino estava no apagar das luzes de seu mandato e recebia, na Câmara Municipal de São Paulo, o título de cidadão paulistano. Em 1956, a situação do presidente era outra, quando o

⁴¹ No que se refere a necessidade da ordem, apresenta-se o argumento de Miriam Limoeiro Cardoso sobre a relação entre a ordem e o desenvolvimento na ideologia do desenvolvimento de Juscelino. Ao interpretar a ideologia do presidente, a autora afirmou que “[...] a miséria leva à subversão, à negação da ordem. A negação da ordem é questão de segurança, não numa acepção local ou territorial, mas no sentido ideológico mais geral, referindo-se ao sistema global, especialmente aos seus princípios definidores. De tudo o que viemos de discutir, podemos chegar à conclusão de que no desenvolvimento juscelinista há uma determinação mútua entre a segurança e o processo de desenvolvimento, ou entre a ordem e o desenvolvimento” (CARDOSO, 1977, p. 132).

processo de industrialização pelo qual o país passava era questionado, Juscelino dizia que tais críticos estavam

[...] imbuídos de pontos de vista que não vacilo em qualificar de pessimistas e até desfavoráveis ao progresso nacional. Se uma tradição secular define este País, no campo internacional, como fornecedor de matérias-primas, no campo nacional é dever de seus cidadãos envidar esforços para modificar esta situação de inferioridade (KUBITSCHKEK, 1956, p. 188-9).

Na verdade, o presidente lutava para desconstruir o estigma de país de vocação agrária que o Brasil possuía. Por isso, no último discurso do dia primeiro de maio enquanto presidente da república, Juscelino comemorava ao dizer que havia ocorrido “[...] uma transformação na alma nacional, de que se tornou irresistível a onda de confiança que envolve a nossa pátria” (KUBITSCHKEK, 1961, p. 153). Por outro lado, também sabia que existiam opositores a este projeto, aqueles que ainda pensavam que o país deveria se manter “[...] submisso à crença de que umas nações nasceram para ser poderosas e caminhar rapidamente e outras para permanecer pobres e secundárias, movendo-se devagar num mundo tão apressado, que parece mudada a noção de tempo [...]” (KUBITSCHKEK, 1961, p. 153).

Nestes discursos aparecia como obstáculo ao progresso nacional, o pessimismo daqueles que advogavam contrariamente ao projeto de Juscelino. Resolveu-se apresentar tal argumento, pois ele fazia parte do repertório acerca das limitações ao progresso apresentadas pelo presidente. Ou seja, mesmo não sendo um obstáculo material, era um obstáculo apresentado por Juscelino.

Além do pessimismo da oposição, obstáculo difícil de ser apreendido, apresenta-se finalmente outro obstáculo ao progresso facilmente observado: a ausência de recursos externos para financiar o Programa de Metas. Juscelino sentia “[...] na carne as consequências do descaso com que os Estados Unidos – nosso tradicional aliado – encaravam nossas reivindicações [...]” (KUBITSCHKEK, 2000, p. 130). Por conta desta situação, foi buscar mais informações sobre a atuação de Washington com os demais países da América Latina a fim de conhecer a atuação dos americanos no continente, na verdade, buscava saber “[...] se as nossas dificuldades eram iguais às que embaraçavam o progresso das nações vizinhas” (KUBITSCHKEK, 2000, p. 130). Para Juscelino, esse descaso configurava-se como sendo o “[...] drama da América Latina, que os EUA nunca compreenderam: os que a constituíam ansiavam por bem-estar e progresso, mas, sem investimentos externos, viam-se obrigados a lançar mão das emissões para o financiamento de seu próprio desenvolvimento” (KUBITSCHKEK, 2000, p. 247). Devido a esta realidade que

“[...] asfixiava suas potencialidades. A Operação Pan-Americana havia sido concebida com o objetivo justamente de fazer cessar essa contradição” (KUBITSCHKEK, 2000, p. 247).

Sabe-se que muito já foi escrito sobre a relação entre o Brasil e os Estados Unidos e não se aprofundará aqui nesta temática, pois foge do escopo da tese. Entretanto, cabe ser citada a obra *JK, Estados Unidos e FMI: da súplica ao rompimento*, escrita por Victor Augusto Ferraz Young. Nesta obra, o autor analisa os documentos diplomáticos americanos referentes ao período da presidência de Juscelino e mostra como os Estados Unidos não estavam interessados em auxiliar o processo de industrialização e o projeto de desenvolvimento brasileiro. Hoje, pode-se comparar as *Mensagens ao Congresso Nacional* com os documentos do *Foreign Service Dispatch* citados no trabalho de Victor Young e, através deste exercício, perceber o alto nível de conhecimento que o governo norte-americano possuía sobre os recursos brasileiros e da capacidade de serem utilizados⁴².

4 Os meios necessários para atingir os objetivos gerais do progresso

Inicia-se agora a apresentação dos meios necessários para atingir os objetivos gerais do progresso. Nesta parte da tese, elencam-se as transformações específicas que deveriam ser levadas à cabo na sociedade brasileira para que ocorresse o progresso. Assim, de acordo com Juscelino, havia a necessidade de que ocorressem transformações médico-sanitárias, educacionais, científicas, econômicas, industriais e regionais. A seguir, cada um destes temas será discorrido de acordo com as evidências observadas nos documentos publicados pelo presidente.

⁴² Ao citar os despachos sobre “*Cartografic Activities of the Divisão de Cartografia*” e o “*1958 Minerals Report – Brazil*”, Víctor Young diz que além “[...] de levantamento de dados, também é analisada a capacidade técnica de identificar os recursos existentes no país. De setembro a outubro de 1958 são emitidas mais de 170 páginas de relatórios com informações sobre toda e qualquer agência, em todas as esferas do governo brasileiro ou mesmo em entidades públicas e privadas, que tivessem condição de levantar informações geológicas e territoriais. São identificadas suas funções, organização, abrangência, programas, produção de mapas e pesquisas, publicações, além de identificados os métodos, os recursos humanos e os tipos de equipamentos utilizados. A capacidade do Brasil para a exploração dos recursos já conhecidos, após todo esse levantamento, é considerada pelos órgãos norte-americanos como deficiente, havendo avanços muito lentos” (YOUNG, 2014, p. 52–3).

O progresso médico-sanitário

No artigo “*O Brasil não é só doença*”: *o programa de saúde pública de Juscelino Kubitschek*, Gilberto Hochman contextualiza como Juscelino interpretava o cenário médico-sanitário do Brasil e como se diferenciava das interpretações vigentes no país nas décadas de 1910 e 1920. No início do século XX, médicos, sanitaristas e intelectuais entendiam que havia a possibilidade de reabilitar o país através de um programa de saúde pública. Exemplo disso é a frase “o Brasil é um imenso hospital”, dita por Miguel Pereira em 1916 e transformada na bandeira da *Liga Pró-Saneamento do Brasil*⁴³ (HOCHMAN, 2009, p. 314).

Em meados da década de 1950, havia passado mais de trinta anos do surgimento da Liga Pró-Saneamento e vivia-se um período caracterizado pelo otimismo sanitário ocorrido durante os anos posteriores à II Guerra Mundial. Portanto, vislumbrava-se o controle ou até mesmo a erradicação das doenças características do mundo subdesenvolvido (HOCHMAN, 2009, p. 315). Por isso, ao tocar no tema da necessidade de assistência médica, em setembro de 1960, ao inaugurar o Hospital Júlia Kubitschek em Belo Horizonte, Juscelino afirmava que não havia descuidado “[...] dos problemas de saúde tanto pela minha condição de médico como por saber que não se leva adiante um programa que tem por escopo acelerar o progresso nacional, sem cuidar do homem que será o executor desse plano de ação” (KUBITSCHEK, 1961, p. 310).

No início do século XX, a situação da saúde pública em um determinado país não era relacionada com a sua situação econômica. Por isso, Juscelino acentuava a existência de uma equivocada premissa de que “[...] sendo propiciada à população assistência médico-sanitária, semelhante à desfrutada pelos países de alto nível econômico-social, não tardaríamos a alcançar condições semelhantes de progresso” (KUBITSCHEK, 1956, p. 183). Entretanto, esta tese tornou-se falsa com o avanço das pesquisas sobre o tema.

Sobre este assunto, o médico-sanitarista Mário Pinotti⁴⁴, ministro da saúde de Juscelino de 1958 até 1960, ao introduzir seu livro *Vida e morte do brasileiro: saúde e doença no Brasil*, argumentava à época que o “[...] desenvolvimento econômico de um país é a condição básica para a configuração dos quadros nacionais de saúde. A economia influi decisivamente

⁴³ “Organização fundada em 1918 com o objetivo de atuar em prol do saneamento, não apenas do interior, mas de todo o Brasil, como caminho para a modernização e o desenvolvimento da nação. Foi extinta em 1920, após a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública” (SETEMY, [S.d.]).

⁴⁴ Médico sanitarista que foi Ministro da Saúde de Juscelino Kubitschek entre os anos 1958 e 1960.

no desaparecimento ou aparição de grande número de afecções e até nos níveis de produtividade humana" (PINOTTI, 1959, p. 2).

Levando em consideração a argumentação apresentada por Mário Pinotti e Juscelino Kubitschek, entende-se que a luta pela criação de uma sociedade de acordo com os padrões de vida dos países que internalizaram os avanços tecnológicos oriundos da II Revolução Industrial passava pela melhora das condições básicas de vida do brasileiro. Por isso, Juscelino, ainda enquanto candidato à presidência, no ano de 1955, lançou o *Programa de saúde pública do candidato* com os objetivos que buscava alcançar nesta área durante o seu mandato presidencial. O quadro abaixo sintetiza esses objetivos.

Tabela 2 - Metas de Juscelino Kubitschek para a saúde pública em 1955

Enfermidade-alvo	Objetivo principal	Instrumento da saúde pública
Tracoma	Erradicação	Sulfas e antibióticos
Bouba	Erradicação	Penicilina
Malária	Erradicação	DDT e antimaláricos
Esquistossomose	Controle	Eliminação dos focos dos caramujos, saneamento e medicamentos
Bócio endêmico e doenças carências	Eliminação	Implementação da lei que obriga a iodetação do sal de cozinha (1953), programas públicos de alimentação
Doença de Chagas	Erradicação	Inseticidas de ação residual
Leishmaniose	Extinção	Inseticidas de ação residual e terapêutica
Verminoses	Controle	Saneamento básico
Lepra	Controle	Sulfona e TBI
Câncer	Assistência	Instalação de centros de estudo, tratamento e diagnóstico
Doenças Mentais	Assistência	Extensão e descentralização da assistência psiquiátrica, aumento do número de leitos e de profissionais
Tuberculose	Combate/Assistência	BCG, busca ativa de doentes, tratamento domiciliar ou em dispensários e ambulatórios
Poliomielite	Combate/Assistência	Vacinação e produção da vacina Salk

Fonte: (KUBITSCHKEK, 1955a, p. 53–57 *apud* HOCHMAN, 2009, p. 324).

Como pode ser identificado na tabela acima, no Brasil, ainda era necessário construir uma infraestrutura de saneamento básico para controlar verminoses e doenças como a esquistossomose. Por isso, o presidente também se preocupava com a “[...] solução de problemas municipais, entre outros o do abastecimento d’água e o do suprimento de energia

elétrica, serviços em que a União está invertendo substanciais recursos” (KUBITSCHEK, 1958b, p. 77).

Na *Mensagem ao Congresso Nacional* de 1957, Juscelino afirmava que 80% das sedes municipais não contavam com abastecimento de água (KUBITSCHEK, 1957, p. 482). Por isso, havia dirigido ao Congresso nacional “[...] em junho de 1956, mensagem em que propõe a adoção de um sistema de financiamento pelo qual, dentro de poucos anos, as sedes dos municípios brasileiros contarão com esse progresso urbano” (KUBITSCHEK, 1957, p. 482).

Neste período também já existiam no Brasil as chamadas doenças de países desenvolvidos. Eram os problemas de saúde relacionados com o progresso e que também recebiam a atenção do presidente. Por um lado, com as doenças mentais, Juscelino preocupava-se com a prestação de tratamento e assistência, e argumentava que o “[...] progresso e a industrialização rápida produzem choques emocionais capazes de desencadear crises neuróticas, geradoras de inaptações, as mais das vezes temporárias, mas que representam, pela não produtividade dos pacientes, elevada perda para a sociedade” (KUBITSCHEK, 1958c, p. 280). Por outro lado, também já havia a preocupação com o câncer, que era o maior causador de óbitos, principalmente “[...] nos centros de maior progresso econômico, confere-lhe o caráter de doença social de suma gravidade” (KUBITSCHEK, 1960b, p. 180). Para combatê-lo, investia no diagnóstico precoce para que houvesse maior sucesso no tratamento.

Além de pensar em tratamentos médicos e construção de infraestrutura sanitária, Juscelino tinha uma especial atenção e respeito para um determinado profissional da saúde: o médico. O presidente situava o médico como integrante das “[...] forças sociais, que elaboram o progresso do país, a sua personalidade respeitável, a sua ciência humanitária, a glória discreta que lhe dá o êxito sem publicidade de suas batalhas de todos os dias, pela saúde do povo e pela recuperação das criaturas” (KUBITSCHEK, 1958b, p. 221–222).

Enfim, o médico podia ser visto como um indutor do progresso, pois era detentor de um conhecimento e de uma técnica que, sendo adequadamente utilizados, poderiam auxiliar na melhora das condições de vida da população. Ao analisar as obras de Juscelino, observa-se que não era apenas o médico altamente valorizado pelo presidente. O professor, o cientista e o técnico também eram entendidos como atores indutores do progresso e, para entrar nesse assunto, será iniciada a seguir a exposição deste tema, na seção sobre o progresso educacional.

O progresso educacional

No ano de 1956, o educador Anísio Teixeira reuniu uma série de trabalhos, resultado de pesquisas e palestras, no livro *A educação e a crise brasileira*. Ao introduzir a obra, Anísio faz uma análise da crise existente na educação brasileira e apresenta algumas transformações que eram necessárias para que as instituições educacionais pudessem auxiliar com mais eficiência na formação e qualificação dos profissionais que estavam sendo demandados pelo processo de industrialização nacional. Anísio não poupava críticas e afirmava que uma das

[...] consequências dessa evolução, unilateralmente acelerada, da vida nacional vem sendo a incorporação, sem o devido preparo, das massas do campo e das pequenas cidades ao operariado dos centros industriais e o crescimento vertiginoso das grandes cidades, com os resultados já conhecidos da urbanização intensiva, agravada pela heterogeneidade e ausência de formação dos novos elementos transplantados (TEIXEIRA, 2005a, p. 52).

Neste mesmo contexto em que Anísio Teixeira realizava essas críticas, Juscelino dizia que somente “[...] educada, poderá a geração nova, participando do progresso nacional, contribuir para a conquista da grandeza econômica do Brasil” (KUBITSCHKEK, 1956, p. 196). Afirmações como estas estavam fundamentadas no conhecimento das limitações do sistema educacional brasileiro em fornecer técnicos com as habilidades necessárias para gerir um processo produtivo de acordo com os padrões existentes na segunda revolução industrial. Esta constatação também era evidenciada, em 1959, por Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni no artigo *As exigências educacionais do processo de industrialização*. Neste trabalho, os autores argumentavam que “[...] um dos mais sérios problemas resultantes do crescimento industrial rápido, e que está exigindo medidas racionais e práticas para a sua solução, é o da inadequação do sistema educacional à nova ordem econômica e social emergente” (CARDOSO; IANNI, 1959, p. 142). Antes mesmo de os sociólogos acima citados terem escrito o artigo sobre a relação entre a educação e a industrialização, Juscelino já mostrava conhecer a situação a ser transformada e afirmava que seria impossível o

[...] progresso científico sem desfechar um ataque simultâneo aos vários fatores que presentemente lhe impedem o florescimento. Dentre estes, sobressaem as dificuldades com que lutam as nossas universidades para se constituírem, efetivamente, em centros de formação de técnicos e pesquisadores, aptos a enriquecer o acervo da ciência. Inspiradas em modelos europeus do século passado, padecem dos vícios de uma estrutura arcaica, que não lhes permite acompanhar os progressos de ensino e da pesquisa. A superação dessa deficiência compete, principalmente, às próprias

universidades, no exercício da autonomia de que gozam (KUBITSCHEK, 1958c, p. 258).

A crítica à universidade que se espelhava na Europa do século XIX era recorrente à época, pois este modelo não preparava os técnicos necessários para a indústria e também não era entendido como democrático. Por isso, ao discorrer sobre a lei que tramitava no Congresso para reformar o ensino no Brasil, Juscelino esperava aumentar o nível educacional no país e, conseqüentemente, alcançar “[...] em tempo previsível, [...] a escolarização completa que virá assegurar à nossa democracia representativa uma base autêntica e, paralelamente, ampliar os quadros técnicos, científicos e intelectuais, indispensáveis ao progresso do País” (KUBITSCHEK, 1960b, p. 140).

A carência de quadros técnicos que eram necessários para o progresso do país era observada sistematicamente por Juscelino, por isso, em seu discurso como paraninfo dos formandos da Faculdade de Engenharia Industrial de São Paulo, em 1958, declarou que havia no Brasil um “[...] déficit de engenheiros, no momento em que o progresso da ciência exige um número crescente de técnicos: por isto, além de profissionais, deveis preparar-vos para mestres. Caber-vos-á moldar os quadros do futuro, fazer escola, criar uma mentalidade” (KUBITSCHEK, 1959a, p. 129). Na tabela abaixo, observa-se quantitativamente que o número e a qualidade de profissionais formados no Brasil, em meados da década de 1950, não auxiliavam eficientemente o esforço de industrialização nacional.

Tabela 3 - Ensino superior no Brasil (1957)

Ramos de Ensino	N. de cursos	Alunos matriculados no início do ano letivo	
		Valores absolutos	Valores percentuais
Administração pública e privada	4	771	1,00
Aeronáutica civil	3	135	0,15
Agronomia	12	1.428	1,80
Arquitetura e urbanismo	10	1.661	2,10
Arte dramática e coreografia	3	208	0,25
Belas-artes	27	952	1,20
Biblioteconomia	6	288	0,35
Ciências econômicas	64	5.820	7,30
Diplomacia	1	46	0,05
Direito	48	21.698	27,30
Economia doméstica	1	34	0,05
Educação física	9	693	0,85
Enfermagem	35	1.581	2,00
Engenharia	69	8.490	10,65
Estatística	2	189	0,25
Farmácia e odontologia	52	6.463	8,20
Filosofia, ciências e letras	359	14.669	18,45
Jornalismo	8	426	0,50
Medicina e saúde pública	30	10.397	13,10
Museologia	1	43	0,05
Música e canto orfeônico	30	1.226	1,50
Polícia civil	4	164	0,20
Química industrial	4	95	0,10
Serviço social	22	1.101	1,40
Sociologia e política	2	165	0,20
Veterinária	8	762	1,00
Total	814	79.505	100

Fonte: (CARDOSO; IANNI, 1959, p. 160).

Na tabela acima, observa-se que entre os graduandos de 1957, 27,30% formaram-se em direito, 18,45% em filosofia e 13,10% em medicina e saúde pública. Somados os números de graduandos dos três cursos que mais formavam quadros no país, tem-se mais de 58% do esforço do ensino superior brasileiro voltado para a formação de quadros que não auxiliavam diretamente no esforço de industrialização. Além disso, ao analisar os 10,65% dos formandos em engenharia, argumentavam Cardoso e Ianni que eram quadros formados principalmente em

áreas que não estavam voltadas para o esforço da industrialização, como era o caso da engenharia civil, possuidora de 55% das matrículas nos cursos de engenharia no ano de 1957 (CARDOSO; IANNI, 1959, p. 162).

Além de buscar formar engenheiros e técnicos qualificados para o esforço de transformação da sociedade brasileira, Juscelino possuía objetivos mais amplos com o ensino superior. Para o presidente, as

[...] universidades, coroamento do ensino, constituem a segurança de formação dos quadros das elites dirigentes, para a supervisão cultural e técnica do progresso do País. São as forças vivas empenhadas no desenvolvimento da cultura, imprescindível às realizações construtivas. Da prosperidade das nossas instituições de ensino superior e especializado decorrerá a própria civilização espiritual da Pátria (KUBITSCHEK, 1956, p. 201).

Após a leitura do excerto acima, percebe-se que a criação de quadros técnicos era apenas uma parte dos objetivos de Juscelino. Na verdade, ele buscava a formação de uma elite nacional dirigente do progresso do país. Mas, também pode ser adicionado à sua argumentação a ideia de que “[...] não há destino glorioso com os simples efeitos do progresso material, com a pura realização de obras de engenharia e outras que tais” (KUBITSCHEK, 1958b, p. 63–64), pois, para criar um país poderoso, seria necessária a “[...] participação de suas elites na problemática nacional; o que promove a verdadeira expansão e o crescimento continuado das nações é o esforço do Estado aliado ao que se elabora, ao que se processa nas universidades” (KUBITSCHEK, 1958b, p. 63–64).

Como já se teve a oportunidade de observar, Juscelino se movia na tensão existente entre a formação básica e a de especialistas. A primeira integraria os brasileiros na civilização moderna. Já a segunda prepararia os quadros bem qualificados que se encontravam em falta no país (KUBITSCHEK, 1958c, p. 20). Assim, por um lado, o presidente observava “[...] o aperfeiçoamento do operário como um dos elementos de progresso da indústria nacional” (KUBITSCHEK, 1959a, p. 156). Por outro, argumentava que “[...] o futuro do Brasil, por depender da técnica e das conquistas científicas, repousa na estabilidade, na eficiência e na modernização de sua estrutura universitária [...]” (KUBITSCHEK, 1959a, p. 24). Consequentemente, investia fortemente no financiamento de bolsas de estudo, instrumento que era entendido como muito “[...] recomendável num país em extraordinário surto de progresso, que empregava trinta e cinco milhões de cruzeiros em 1955, e teve essa verba aumentada dezoito vezes em 1959, quando se utilizaram, para o mesmo fim, seiscentos e trinta milhões (KUBITSCHEK, 1961, p. 81).

Ao observar o tema da reforma educacional brasileira através da perspectiva de Juscelino, compreendem-se as razões que o levavam a relacionar os diplomas emitidos pelas universidades com as obras inauguradas por todo o território nacional.

Entrego-vos hoje estes diplomas com o mesmo entusiasmo que ponho ao inaugurar os marcos de progresso que estamos semeando cada dia no mapa do Brasil, nas grandes obras de desenvolvimento iniciadas em meu Governo: as novas usinas e as novas barragens, os poços de petróleo e as indústrias pesadas, as refinarias e os hospitais, as estradas, as escolas e os centros de pesquisas (KUBITSCHEK, 1959a, p. 457).

Juscelino fazia tais afirmações fundamentado em seu ideal cristão, orientado pela preocupação de Dom Bosco com as necessidades educacionais surgidas com a revolução industrial. Argumentava que havia a possibilidade de melhorar as condições de vida através “[...] do progresso técnico, dias em que não haja mais no Brasil crianças ao desamparo e em seu seio, jovens que provenham de famílias pobres ou de famílias abastadas recebam todos educação condigna, como sonhava o grande vidente do mundo moderno” (KUBITSCHEK, 1961, p. 302–303).

Enfim, além de se preocupar com a formação de capital financeiro e capital físico, Juscelino não deixava de salientar a importância do capital humano, pois aqueles dois primeiros capitais não “[...] se traduzem em eficiência e progresso sem a formação do capital humano, mediante o treinamento de cientistas, economistas, técnicos e operários capazes de proporcionar melhor rendimento dos recursos existentes” (KUBITSCHEK, 1958a, p. 244–245). Ao continuar sua argumentação, dizia que esta era uma “[...] tarefa penosa e lenta, que não permite milagres. Educação e treinamento são ao mesmo tempo o menos espetacular e o fundamental investimento de uma nação que deseja desenvolver-se” (KUBITSCHEK, 1958a, p. 244–245).

Após apresentar a relação existente entre a educação e o progresso de acordo com os pronunciamentos de Juscelino, procuraram-se informações acerca da relevância da política educacional para que fosse edificada uma sociedade industrial de consumo em massa no Brasil, tarefa que não seria fácil de ser alcançada, de acordo com as reflexões de Anísio Teixeira, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni. Afinal, o sistema educacional brasileiro possuía dimensões limitadas e ainda era pouco qualificado para auxiliar na realização da tarefa da industrialização.

Abaixo, apresenta-se um excerto cujo conteúdo é a síntese da visão de Juscelino sobre a potencialidade da ciência como indutora do progresso. Para o presidente, as descobertas que

[...] vieram assinalar o ano de 1957, no campo da ciência, não podiam deixar de ter extraordinária repercussão nos sistemas de ensino e pesquisa, em todos os países que aspirem a acompanhar o progresso do nosso tempo e dele colher os benefícios. Da atividade científica e tecnológica decorre hoje o domínio dos fatores que determinam o progresso material e, sob certos aspectos, o bem-estar social das coletividades. Como Nação modelada ao influxo de ideias cristãs, entendemos que o progresso técnico deve impregnar-se de valores morais e espirituais, e que padecerá de debilidade congênita o seu portentoso arcabouço, se se perderem de vista exigências que, no homem, se mostram tão imperativas quando as que dizem respeito à sua subsistência e segurança. Um progresso técnico que preserve a fisionomia espiritual da Nação e lhe permita projetar-se, no mundo, como uma das mais esplêndidas conquistas da civilização latina e cristã - eis o ideal que hoje polariza os anseios de todos os brasileiros. Mas cumpre não perder de vista que o desenvolvimento superior das ciências é, a um só tempo, força propulsora e produto do progresso econômico. Foram as aplicações tecnológicas de princípios científicos que permitiram que se criassem as formas de atividade produtivas que caracterizam a industrialização. Entretanto, é o domínio destas formas de produção que propicia recursos e ambiente ao cultivo da ciência. Verificou-se esse fenômeno na maioria dos países altamente industrializados. Para os que ainda não se desenvolveram plenamente, outro é o caminho. Não podemos esperar que, do progresso material conquistado pela simples transplantação de processos tecnológicos desenvolvidos alhures, resulte o desenvolvimento da ciência brasileira. Esse processo, por demais moroso, viria colocar o País, ainda por longos anos, em perigosa dependência cultural. Assim como a industrialização do Brasil se ativa em virtude de uma intervenção racional no processo econômico, integrada no programa governamental de metas, ao desenvolvimento cultural e científico se deverá aplicar o mesmo estímulo energético e lúcido (KUBITSCHKE, 1958c, p. 256).

Após ser evidenciada esta enfática defesa da necessidade de intervenção racional do Estado nos processos de industrialização e de desenvolvimento cultural e científico, passa-se para a próxima seção, que versará justamente sobre o progresso técnico-científico⁴⁵.

⁴⁵ Antes de concluir esta seção, abre-se um parêntese que parece necessário para a reconstituição e compreensão do período em análise. Por isso, relembra-se aqui o personagem Vasco Moscoso de Aragão, o capitão de longo-curso protagonista do romance *Os velhos marinheiros*, de Jorge Amado. Nesta obra, originalmente publicada em 1961, o escritor baiano apresenta a história de Vasco Moscoso de Aragão, herdeiro rico e sem estudo que se aproximou de militares, médicos e advogados por ser possuidor de muita habilidade na mesa de pôquer e na pista de dança. Entretanto, por ser um homem sem estudos, também era um homem sem certificado, sem diploma e sem título. Esta situação deixava o protagonista em estado de profunda melancolia. Um de seus amigos, ao observá-lo nesta situação, resolveu ajudá-lo a possuir um título – o de Capitão de Longo-curso. Vasco conseguiu diploma, título e, a partir deste momento, mudou completamente de vida. Entretanto, era sabido que Vasco nunca havia comandado uma embarcação e ele sabia que jamais poderia comandá-la no futuro. Entretanto, Jorge Amado criou um enredo em que surgiu a urgente necessidade de Vasco ter que comandar um navio – um ITA, de Salvador até Belém. Vasco empreendeu a viagem com coragem e determinação, mas, sabiamente, deixou o comando do navio para seus subordinados. Tudo correu muito bem até hora do ITA atracar no porto de Belém. De acordo com as práticas usuais da marinha, era o comandante que deveria dizer como o navio deveria ser atracado. Vasco não teve como fugir desta tarefa. Nesse momento, ao mandar amarrar o navio com a máxima segurança em um dia de céu aberto e sem nuvens, deixou claro para todos que não entendia do ofício que ali exercia. Foi uma decepção que só não teve proporções maiores devido à inesperada tempestade que chegou em Belém durante a madrugada. Dentre todas as embarcações do porto, somente o ITA comandado por Vasco Moscoso de Aragão se manteve intacto

O progresso técnico-científico

Nesta seção apresenta-se como Juscelino abordava a necessidade de progresso técnico e científico no Brasil. Como já foi apresentado nas introduções das *Mensagens...* e na seção sobre o progresso educacional, o presidente buscava transformar não apenas a infraestrutura econômica, mas também o homem que realizaria as atividades nesta infraestrutura transformada. Para tanto, seria necessário muito investimento em ciência e tecnologia no Brasil.

Juscelino era um vigoroso defensor do avanço do conhecimento técnico, por isso, fazia questão de participar de reuniões científicas não apenas como governador, mas também como médico. Na obra *A construção da ciência no Brasil e a SBPC*, Ana Maria Fernandes relata que uma novidade da terceira reunião ocorrida em Belo Horizonte, no ano de 1951, foi a participação de Juscelino, então governador de Minas Gerais, em um dos simpósios do evento (FERNANDES, 1990, p. 53).

Já enquanto presidente da república, Juscelino afirmava que em “[...] todos os ramos da atividade humana, *qualquer progresso se subordina ao conhecimento da técnica*, que domina o mundo na paz e guerra, pois o poderio militar, tão intimamente ligado à capacidade industrial moderna, também é decorrência da técnica” (KUBITSCHKEK, 1960a, p. 209–210, grifo nosso). Entretanto, ao observar a realidade nacional em perspectiva histórica, o presidente percebia que não “[...] procurava o Estado atender as necessidades educacionais decorrentes da urbanização e da industrialização de muitas cidades do País” (KUBITSCHKEK, 1960b, p. 152).

devido ao excesso de zelo do capitão. A partir deste momento, o protagonista da história passou a ser entendido como um herói na cidade de Belém. Eis a história de um falso capitão que se tornou herói por possuir sorte, pois habilidade nunca tivera. *Velhos Marinheiros* foi publicado por Jorge Amado em 1961, juntamente com o fim do governo de Juscelino. Mesmo retratando uma história que se passava no início do século XX, fez-se este longo parêntese com o objetivo de relacioná-lo com a política educacional de Juscelino. Como se teve a oportunidade de observar nesta seção, Juscelino buscava criar um ensino que proporcionasse aos estudantes as habilidades necessárias para o trabalho dentro do processo produtivo orientado pelas inovações decorrentes da segunda revolução industrial. Sem um profissional com tais habilidades, seria impossível realizar a industrialização no Brasil, a não ser que fosse possível importar constantemente máquinas com as divisas oriundas da exportação de café. Mesmo que isso fosse possível, surgiria um outro problema: não haveria como importar todos os trabalhadores necessários para trabalhar na indústria. Logo, estes deveriam ser formados por aqui. De acordo com a interpretação neste estudo da política educacional apresentada por Juscelino Kubitschek e com a licença literária que a obra de Jorge Amado possibilitou, compreende-se que Juscelino buscava, por um lado, acabar com as condições sociais que possibilitavam a existência de cidadãos como Vasco Moscoso de Aragonês; e por outro, buscava democratizar as possibilidades de surgimento de engenheiros, médicos e tantos outros profissionais possuidores de habilidade e não apenas de sorte.

Juscelino estava fazendo menção aos centros de educação completar e aos pavilhões de artes industriais que foram instalados após 1957 pelo país. Com tais investimentos, esperava-se “[...] criar [...] condições para elevar o nível dos conhecimentos na esfera da produção e intensificar o ritmo do nosso progresso econômico” (KUBITSCHKEK, 1960b, p. 152).

Através destas iniciativas, Juscelino buscava formar uma “[...] nova estirpe de trabalhadores intelectuais, capaz de resolver, pela inteligência e pela cultura, os imensos problemas que o Brasil ainda tem pela frente, dentro dos instrumentos da técnica e do progresso científico” (KUBITSCHKEK, 1959a, p. 23). Por isso, era tão necessária e enfatizada a diversificação dos quadros formados e a formação de um maior número de cientistas. De acordo com o presidente, a experiência dos países desenvolvidos poderia ensinar que “[...] o progresso industrial corre no mesmo ritmo que o crescimento e a diversificação dos quadros técnicos. O ascenso da proporção de engenheiros foi em alguns deles de 800 para 3.000 por milhão de habitantes, nos últimos 50 anos” (KUBITSCHKEK, 1957, p. 432).

Como se pode perceber, fazia parte do repertório argumentativo de Juscelino comparar o Brasil com os países já desenvolvidos. Era uma comparação precisa, pois o presidente não queria que o progresso do Brasil demorasse tanto quanto demorou nos países desenvolvidos. Conseqüentemente, argumentava que a “[...] potencialidade de progresso de um País afere-se, hoje, sobretudo pelo número de técnicos e cientistas de que possa dispor, especialmente se, encontrando-se em fase de desenvolvimento, não quiser repetir o lento caminho palmilhado pelas velhas Nações” (KUBITSCHKEK, 1958c, p. 21). Diante desta argumentação, tornava-se óbvia a defesa do financiamento de institutos de pesquisa.

Despendeu a COSUPI, no biênio 1958/59, mais de 800 milhões de cruzeiros em obras, equipamentos, remuneração e professores e técnicos de alto nível, pesquisadores, bolsistas e estagiários de tempo integral. Puderam, assim, instalar-se e funcionar os seguintes institutos: de Eletrônica e de Mecânica, em Belo Horizonte; de Minas e Metalurgia, em Ouro Preto; de Matemática e de Física, no Rio Grande do Sul; de Mecânica e de Mecânica Agrícola, em Curitiba; de Genética, em Piracicaba; de Economia Rural, no Estado do Rio; de Química e Ciências Sociais, no Distrito Federal; de Química, em Salvador; de Geologia, em Recife; e de Tecnologia Rural, em Fortaleza. É desnecessário encarecer a extraordinária importância desses institutos para o progresso científico e técnico do Brasil (KUBITSCHKEK, 1960b, p. 166).

Uma contribuição destes institutos de pesquisa para a ciência mundial era evidenciada através das criações do Instituto Técnico Aeroespacial que, ao formar “[...] engenheiros da mais alta capacidade, desenvolvendo pesquisas que colocam o Brasil na primeira linha da competição universal da técnica, dispõe-se a apresentar dentro em breve mais uma grande contribuição brasileira ao progresso da humanidade [...]” (KUBITSCHKEK, 1958a,

p. 310). Neste exemplo, Juscelino se referia a uma aeronave que possuía simultaneamente as características de helicóptero e de avião.

A nova capital do Brasil não poderia estar fora desse esforço de formação de quadros qualificados para realizar o esforço de desenvolvimento nacional. Por isso, Brasília seria dotada “[...] de uma grande universidade, pois só uma universidade é capaz de reunir um corpo qualificado de especialistas em todos os campos do saber, apto a aumentar o desenvolvimento de um país moderno e incrementar o progresso técnico e científico” (KUBITSCHKE, 1961, p. 303).

Continuando a abordar o tema da universidade que seria construída na nova capital, é útil para a argumentação desta tese abordar o conteúdo da obra *Universidade de Brasília*, organizada por Darcy Ribeiro em 1962. Neste livro foram publicados o projeto de organização da universidade e os pronunciamentos de educadores e cientistas sobre a Lei n. 3.998, de 15 de dezembro de 1961, que autorizava a instituição da Fundação Universidade de Brasília. As afirmações de Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes e Celso Furtado, presentes nesta publicação, auxiliam a contextualizar a relevância que o saber técnico e científico ganhava na sociedade brasileira à época.

Darcy Ribeiro iniciava com a afirmação de que, no Brasil, não tínhamos “[...] uma verdadeira tradição universitária a defender e preservar” (RIBEIRO, 1962, p. 3). A crítica se dirigia à estrutura, que apenas havia instituído a primeira universidade em 1920 e, além disso, possuía por característica o isolamento entre as partes e o acanhamento intelectual. Darcy argumentava que diante destas condições “[...] só uma universidade nova, inteiramente planejada, poderá estruturar-se em bases mais flexíveis e abrir perspectivas de pronta renovação do nosso ensino superior” (RIBEIRO, 1962, p. 5).

Darcy Ribeiro apostava na possibilidade aberta pela construção de Brasília para a criação de uma universidade diferente das antigas universidades brasileiras. De acordo com sua análise, as instituições de ensino superior alemãs, americanas, inglesas e russas haviam renovado seus cursos com a integração da ciência moderna e da tecnologia, caminho que deveria ser seguido pelo Brasil, onde ainda eram formados cientistas e tecnólogos no ensino e cultivo da tradição clássica (RIBEIRO, 1962, p. 5–6).

Quando se observam as funções que Darcy Ribeiro estabelecia para a nova universidade, percebe-se que a nova capital e o surto de industrialização que ocorria no Brasil

auxiliavam na criação da nova instituição. De acordo com o autor, as funções da Universidade de Brasília seriam:

- Ampliar as exíguas oportunidades de educação oferecidas à juventude brasileira.
- Diversificar as modalidades de formação científica e tecnológica atualmente ministradas, instituindo as novas orientações técnico-profissionais que o incremento da produção, a expansão dos serviços e das atividades intelectuais estão a exigir.
- Contribuir para que Brasília exerça, efetivamente, a função integradora que se propõe assumir, pela criação de um núcleo de ensino superior aberto aos jovens de todo o país e a uma parcela da juventude da América Latina e de um centro de pesquisas científicas e de estudos de alto padrão.
- Assegurar à Brasília a categoria intelectual que ela precisa ter como capital do país e torná-la, prontamente, capaz de imprimir caráter renovador aos empreendimentos que deverá projetar e executar.
- Garantir à nova capital a capacidade de interagir com os nossos principais centros culturais, para ensejar o pleno desenvolvimento das ciências, das letras e das artes em todo o Brasil.
- Facilitar aos poderes públicos o assessoramento de que carecem em todos os ramos do saber, o que somente uma universidade pode prover.
- Dar à população de Brasília perspectiva cultural que a liberte do grave risco de fazer-se medíocre e provinciana, no cenário urbanístico e arquitetônico mais moderno do mundo (RIBEIRO, 1962, p. 8–9).

Sem dúvida, Darcy Ribeiro havia criado um projeto arrojado para a universidade da nova capital do Brasil. Por isso, ao se posicionar sobre a criação da nova instituição, o sociólogo Florestan Fernandes afirmava que

[...] releva notar é que estamos diante de um esforço autenticamente inovador. A estrutura e as funções da Universidade foram pensadas com vistas para o mundo moderno - as necessidades de preparação do homem, que resultam do pensamento científico e da tecnologia da era industrial. Muitas dessas questões não se impõem, literalmente, a partir das exigências da situação histórico-social brasileira. Elas decorrem, porém, do sentido do processo civilizatório pelo qual está passando ou irá passar no futuro próximo, inevitavelmente, a sociedade brasileira. Temos escamoteado demais a ligação íntima do desenvolvimento econômico-social com o desenvolvimento da educação, da ciência e da tecnologia. O presente trabalho do professor Darcy Ribeiro tem o elevado mérito de propor tais questões pragmaticamente, procurando associar a solução de nossos problemas universitários às exigências dinâmicas do desenvolvimento sócio-econômico do Brasil. O retrato que nos traça da futura Universidade de Brasília está projetado sobre essa complexa realidade, que é o estado presente e a condição futura da civilização ocidental na terra. Os homens cultos e de boa vontade não poderão negar-lhe sua simpatia e colaboração, pois estão em jogo interesses e valores fundamentais para o bom funcionamento de Brasília, como capital do país, seja para a revisão e aperfeiçoamento dos padrões de trabalho intelectual, que temos explorado ao longo de nossa curta experiência universitária (FERNANDES *apud* RIBEIRO, 1962, p. 53–54).

Além do elogio de Florestan Fernandes, pareceu pertinente apresentar o apoio de Celso Furtado à criação da Universidade de Brasília, que em sua opinião “[...] constitui uma grande oportunidade de tentar reorientar todo o sistema universitário brasileiro” (FURTADO *apud* RIBEIRO, 1962, p. 70). Tal reorientação, ao ser exemplificada através das limitações dos cursos de economia, deveria ser realizada por intermédio da investigação da singularidade

nacional que não era apreendida nos modelos criados nas universidades estrangeiras. Argumentava Furtado sobre o caso da inflação, pois, para este autor,

O modelo básico para explicar a inflação, usado nos grandes centros universitários europeus e norte-americanos, de nenhuma maneira inclui uma série de elementos que são específicos da realidade brasileira. Isso nos obriga a fazer um esforço para criar um modelo mais complexo, como temos dito, um modelo que inclua os aspectos estruturais do processo inflacionário ou a inflexibilidade das estruturas subdesenvolvidas e que criam pressões inflacionárias. É uma tentativa, na verdade, para criar um modelo maior, pois se aplicarmos, por exemplo, o modelo simplista que o Fundo Monetário Internacional elaborou e usa como ciência definitiva da realidade brasileira, nós então simplificamos de tal maneira nossa realidade que somos levados a formular uma política econômica que na verdade pode conduzir a resultados opostos àqueles que nós almejamos (FURTADO *apud* RIBEIRO, 1962, p. 72).

Neste excerto, Celso Furtado deixava claro que as regiões subdesenvolvidas necessitavam de uma teoria diferente daquelas que eram criadas nas universidades europeias e americanas. Tal teoria poderia ser criada em instituições de ensino com a nova Universidade de Brasília, daí o entusiasmo dos educadores e cientistas que, assim como Furtado, buscavam a superação do subdesenvolvimento.

Com as observações existentes nesta seção, verifica-se como o programa de governo de Juscelino orientava a transformação das instituições de ciência e tecnologia do Brasil. Argumentava o presidente que o “[...] programa de desenvolvimento, consubstanciado nas metas que me propus realizar, se assenta primordialmente em grandes obras de engenharia, que estão a pedir a vossa cooperação e o vosso entusiasmo” (KUBITSCHKEK, 1959a, p. 500). Além disso, e para concluir esta seção, apresenta-se também o argumento de que a realização de pesquisas em institutos nacionais auxiliava não só no progresso, mas também na emancipação de recursos e conhecimentos técnicos externos (KUBITSCHKEK, 1959a, p. 25). Na próxima seção será iniciada a apresentação da compreensão e das necessidades do progresso econômico de acordo com Juscelino.

O progresso econômico

Ao abordar o tema do progresso econômico que o Brasil estava passando, Juscelino fazia questão de apontar para as suas origens na cultura do café e de apresentar as necessidades para que progresso econômico pudesse continuar através da superação do subdesenvolvimento, mas também realizava críticas aos limitados recursos externos que recebia para o Programa de Metas.

Em janeiro de 1958, ao discursar na cerimônia de instalação da *Conferência Internacional do Café*, Juscelino argumentava que, no Brasil, foi “[...] o café o elemento desencadeador do grande progresso de nossas regiões meridionais, onde a terra roxa, que alimentava as florestas tropicais deu o húmus e os elementos minerais indispensáveis ao seu florescimento” (KUBITSCHKEK, 1959a, p. 50–51). Entretanto, como já havia afirmado o economista argentino Raúl Prebisch no artigo *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*⁴⁶, as economias orientadas apenas para a exportação de matérias-primas possuíam um limite à apropriação dos frutos do progresso técnico. Tal limite caracterizava o subdesenvolvimento, como Celso Furtado⁴⁷ viria a mostrar no livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Sobre este tema, Juscelino argumentava que a análise retrospectiva

[...] do comércio entre os países industriais e os de economia colonial tampouco nos autoriza a contar com o comércio exterior como única fonte de financiamento do nosso programa de desenvolvimento. Por um lado, as flutuações de preços dos produtos primários no mercado internacional são de tal ordem que se torna impossível basear na receita oriunda da sua venda um programa de desenvolvimento a longo prazo. Por outro, as condições do intercâmbio entre as potências industriais e os países não desenvolvidos tornam-se progressivamente desfavoráveis aos segundos, exigindo a exportação de uma quantidade sempre crescente de produtos primários para a aquisição da mesma quantidade de produtos manufaturados. De tudo isso, ressalta a necessidade urgente e imperiosa de romper este círculo vicioso em que a pobreza gera o subdesenvolvimento e o subdesenvolvimento perpetua a pobreza. Para tanto se impõe a adoção de fortes e enérgicos corretivos, que, pela natureza mesma da situação que acabo de descrever, têm de transcender a órbita nacional, projetando-se no campo da cooperação entre as nações. Este objetivo, porém, só será atingido após a solução de uns quantos problemas básicos, que representam, de algum modo, as premissas fundamentais de qualquer progresso econômico (KUBITSCHKEK, 1959a, p. 419–420).

Para Juscelino, o subdesenvolvimento não era um problema apenas brasileiro, mas sim, um problema pan-americano. Por isso, para ele, deveria “[...] preocupar igualmente a todos os povos do Hemisfério, [...]”. É imperativo que os nossos povos e as nossas nacionalidades passem a ver no Pan-Americanismo uma força política de progresso econômico e social e não apenas um artifício jurídico [...]” (KUBITSCHKEK, 1959a, p. 385).

Para superar o subdesenvolvimento, portanto, era necessário o planejamento. Logo, Juscelino deixava sempre claro que eram “[...] ingentes os esforços que temos realizado para acelerar o progresso econômico do país. Todos conhecem a essência do plano de ação do

⁴⁶ Cf. Prebisch (1998) – artigo originalmente publicado no ano de 1949.

⁴⁷ Cf. Furtado (1961).

governo” (KUBITSCHEK, 1958b, p. 164). Na *Mensagem ao Congresso Nacional* de 1956, o presidente argumentava que o

[...] Governo, cujo objetivo fundamental é promover, no ritmo mais rápido possível e sem diminuição no nível presente do bem-estar geral, o progresso econômico do País, está ultimando a elaboração de um plano sistemático de medidas para serem imediatamente postas em prática e que permitirão, ainda no ano em curso, um combate eficiente às dificuldades da presente conjuntura (KUBITSCHEK, 1956, p. 225).

Para que estes objetivos fossem alcançados, eram necessários, por um lado, a “[...] paz política, [...], bem como o espírito de concórdia reinante entre as classes que mais imediatamente respondem pelo progresso e bem-estar do País, permitiram ao Governo desenvolver com firmeza e intensidade o seu programa econômico” (KUBITSCHEK, 1958c, p. 11). Por outro lado, era necessária a segurança nacional, pois no

[...] quadro brasileiro, a segurança nacional condiciona todo o programa de ação que, apesar dos mais variados obstáculos, das mais ingentes dificuldades, estou levando adiante no campo econômico, graças a tal associação; esse programa se reveste de uma generalizada unidade, possui organicidade, alicerces sólidos e, mais do que tudo, autenticidade. Tem condições próprias de vida própria e realizar-se-á porque sua concepção obedeceu a um estudo complexo no qual *o conceito de segurança nacional forneceu o sistema de coordenadas, os limites, a direção e a aceleração dos elementos vetoriais representativos do progresso econômico* (KUBITSCHEK, 1959a, p. 141, grifo nosso).

Contando com os instrumentos do planejamento, com a paz social e com a orientação dada pelo conceito de segurança nacional Juscelino almejava alcançar o progresso econômico. Em sua argumentação, o planejamento era uma palavra-chave e suas consequências beneficiariam todas as esferas da sociedade, pois através dele viria o desenvolvimento. Assim, argumentava o presidente que o outro “[...] aspecto útil do planejamento econômico é preparar-nos melhor para combater a inflação, sem sacrificar nossas oportunidades de progresso” (KUBITSCHEK, 1958a, p. 247)⁴⁸.

De acordo com Juscelino, como já se destacou, outra necessidade existente para que ocorresse o progresso econômico era o influxo de capitais para a economia brasileira. Ciente desta necessidade de financiamento, em janeiro de 1959, o presidente realizou a oração de paraninfo da turma de diplomatas egressos do Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações

⁴⁸ Neste excerto observa-se a afirmação de Juscelino de que o planejamento auxiliaria a combater a inflação e não sacrificaria as oportunidades de progresso. Se os conceitos progresso e desenvolvimento aparecessem nos documentos de Juscelino tal qual se defende nesta tese, o planejamento deveria auxiliar no combate da inflação e não sacrificaria o desenvolvimento. Deixa-se esta imprecisão destacada para reiterar, mais uma vez, que o discurso de Juscelino não possui precisão acadêmica. Mesmo assim, defende-se a existência da transição do conceito de progresso para o de planejamento devido à realização das práticas de planejamento.

Exteriores. Nesta ocasião, deixou claro o que esperava dos mais novos integrantes do ministério.

Meus jovens amigos! Ao assumirdes vossas funções vindes encontrar o Brasil empenhado num esforço diuturno para atingir sua emancipação econômica. Todas as energias da coletividade devem ser mobilizadas para a realização desse objetivo, cuja prioridade é absoluta. Não vos é, por certo, desconhecido o grau de interdependência dos Estados no mundo moderno. A aceleração do progresso econômico das Nações que, como a nossa, emergem do estágio do subdesenvolvimento, depende, em grande parte, da cooperação internacional [...]. Assim sendo, reveste-se da maior relevância o papel que incumbe ao Ministério das Relações Exteriores, pois de sua ação avisada e dinâmica dependerá precipuamente o êxito de nossos empreendimentos (KUBITSCHKE, 1960a, p. 24).

Todavia, os esforços realizados para atrair uma maior quantidade de financiamento externo para efetivar o Programa de Metas não foram satisfatórios, conseqüentemente, houve emissão monetária e inflação. Na *Mensagem ao Congresso Nacional* de 1960, a última que Juscelino fez, percebe-se a opinião do presidente de que o potencial da economia brasileira havia sido subvalorizado. Entretanto, a despeito destas intercorrências, o presidente comemorava dizendo que a sociedade brasileira podia

[...] proclamar que, mesmo assim, o Brasil está galhardamente vencendo tropeços e alcançando, com celeridade, um estágio mais alto de progresso, ao mesmo tempo que amplia a indústria de bens de produção, num passo decisivo para aumentar a margem de autonomia em nosso crescimento (KUBITSCHKE, 1960b, p. 51).

Ampliação da indústria de bens de produção e aumento da autonomia da economia brasileira. Este era um dos principais fins da industrialização: fomentar as condições para a criação de riqueza no Brasil ao invés de apenas importá-la com as divisas advindas de produtos primários. Com este elucidativo excerto de Juscelino, conclui-se esta seção para iniciar a próxima, que versará sobre o progresso industrial. Atenta-se também para as críticas ao processo de industrialização realizadas por Octávio Ianni e apresentadas no primeiro capítulo desta tese. Na realidade, de acordo com este autor, o que ocorreu foi o inverso do aumento da autonomia da economia brasileira, pois durante este período houve, sim, um aumento da interdependência e da complementariedade em relação a outras economias.

O progresso industrial

Sem dúvida, o progresso industrial era a meta mais almejada de Juscelino, pois este progresso era a consequência e a causa de muitos outros progressos. Em 1960, Heitor Ferreira Lima, no artigo *Um quinquênio de expansão industrial*, apresentava os resultados alcançados no progresso industrial e, após analisá-los, argumentava que a sociedade brasileira estava “[...] transpondo a linha divisória de país subdesenvolvido para atingirmos uma categoria mais elevada, que nos levará a emparelhar-nos dentro de pouco tempo aos tipos de países adiantados do ponto de vista capitalista” (LIMA, 1960, p. 23–24).

A análise realizada por Heitor Ferreira Lima apresentava a missão que Juscelino tomava para si, pois o presidente entendia que a responsabilidade de sua geração era a de superar o subdesenvolvimento e seus reflexos culturais no Brasil. Para tanto, via no “[...] progresso industrial poderosa determinante da renovação [...]”; mas esta só logrará realizar-se, à medida que se assegurem ao povo brasileiro os instrumentos capazes de fazê-los ingressar na nova etapa de desenvolvimento histórico que nós vamos integrando” (KUBITSCHKEK, 1957, p. 420). O presidente também entendia que o progresso da indústria estava relacionado com o bem-estar do trabalhador, por isso, afirmava ter convicção de que “[...] o progresso da indústria carvoeira está intimamente vinculado ao bem-estar do trabalhador, [e] tem o Governo, com os recursos previstos na Lei n. 1.886, procurado ampliar a assistência social nas regiões carboníferas” (KUBITSCHKEK, 1957, p. 164).

A indústria editorial também recebeu incentivos de Juscelino. Embora tivesse pequenas dimensões, o seu desenvolvimento era extremamente necessário para que houvesse o progresso educacional e o técnico-científico que se abordou nas seções anteriores. Afirmava o presidente que a “[...] produção de livros e periódicos, em quantidade que a população possa absorver, e com a diversificação que reclama o desenvolvimento equilibrado da cultura nacional, é matéria relevante que exige dos Poderes Públicos a mais zelosa assistência e estímulo” (KUBITSCHKEK, 1958c, p. 261). De acordo com Laurence Hallewell, em sua obra *O livro no Brasil*, originalmente publicada em português no ano de 1985, graças “[...] a Kubitschek, a indústria gráfica crescerá 14,3% entre 1950 e 1960, a quinta maior taxa de crescimento entre as indústrias do país” (HALLEWELL, 2012, p. 585).

Voltando a tratar das mudanças estruturais de maior vulto, à medida que o Programa de Metas alcançava seus objetivos, transformações da infraestrutura ocorriam na sociedade

brasileira. Uma das consequências deste processo foi o início de deslocamentos populacionais no território devido aos milhares de quilômetros de estradas que foram asfaltadas. Neste novo cenário que se desenhava no mapa, novos atores ganhavam relevância com a integração das distintas regiões do Brasil. Esta análise, Juscelino realizava com orgulho.

As metas passaram, então, a acusar avanços em relação aos objetivos prefixados. Foram substanciais os progressos verificados nos setores da indústria automobilística, da exploração do petróleo e do aumento do potencial hidrelétrico do país. A construção de estradas batia recordes sucessivos. Convém assinalar, igualmente, que a abertura da Belém-Brasília, representando uma escalada de desbravamento, passou a despertar enorme entusiasmo e gerar emulações. Milhares de famílias, que viviam no Nordeste ou nas regiões inóspitas do Amazonas, começaram a deixar seus lares, a fim de se fixarem ao longo da rodovia. Os motoristas de caminhão - esses denodados bandeirantes do século XX, cujo patriotismo ainda não foi suficientemente exaltado - deram início, desde logo, ao intercâmbio de mercadorias entre o Norte e o Centro-Oeste e vice-versa. No rastro dos caminhões, iam surgindo os povoados, os núcleos populacionais, as vilas humildes perdidas na floresta (KUBITSCHKEK, 2000, p. 236).

A integração das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste às regiões Sul e Sudeste através da cidade de Brasília e das rodovias que foram pavimentadas durante a execução do Programa de Metas era um motivo de orgulho para Juscelino. Entretanto, o presidente estava ciente de que seriam as “[...] indústrias de base, que decidirão do progresso do Estado e do país, tem sido objeto de nossa constante diligência” (KUBITSCHKEK, 2000, p. 119). Por isso, existia uma imensa preocupação com a energia elétrica e com as futuras consequências das obras realizadas durante o seu mandato. Após ter inaugurado a usina de Furnas, Juscelino criou um grupo de trabalho que proporia medidas de desenvolvimento da região, pois a usina poderia proporcionar para “[...] aquela área melhores e mais abundantes meios de transporte, terrestre e fluvial, bem como maior possibilidade de amplo suprimento de energia elétrica, o que constituía excepcional fator de progresso, a ser racional e oportunamente aproveitado” (KUBITSCHKEK, 2000, p. 338–339).

Se por um lado Juscelino se preocupava com a produção de energia elétrica e com o desenvolvimento econômico ao redor das usinas, por outro, afirmava que era para a siderurgia “[...] que no momento temos voltado a atenção com maior cuidado. O progresso de nossa industrialização está a exigir cada vez mais aço, impondo um programa enérgico de ampliação das usinas existentes, assim como a construção de novas siderúrgicas” (KUBITSCHKEK, 1958b, p. 167).

A produção de energia elétrica e aço eram essenciais para a realização do processo de industrialização brasileira. Após produzi-las, o caminho rumo ao progresso poderia ser menos tortuoso, e era isso que ocorria à época. Tal fato pode ser evidenciado através dos

pronunciamentos de Juscelino sobre o *Correio Aéreo Nacional* e sobre a produção de aviões e automóveis em solo brasileiro. Quando o presidente se referia ao primeiro, argumentava que tal serviço era o

[...] veículo ideal de civilização e de progresso, alcança, sistemática e regularmente, as populações desgarradas do litoral, penetra nas selvas, levando consigo a vigilância e as providências de governo. Os mais distantes municípios, aldeias indígenas, vilas, povoados e pequenas guarnições de fronteira têm no Correio Aéreo Nacional laço de conagraçamento que os incorpora virtualmente, cimentando a unidade do Brasil (KUBITSCHEK, 1958a, p. 311).

Um serviço oferecido pelo governo que unia os diferentes povos do Brasil através do avião. Por isso, Juscelino se via na posição de poder afirmar que a aviação representava “[...] para o Brasil uma condição do seu próprio progresso. E daí a minha convicção de que penetramos na área de suas soluções técnicas por um imperativo de nossa geografia, que haveria de encontrar na navegação aérea a chave de suas vinculações ideais” (KUBITSCHEK, 1958a, p. 309). Através destas afirmações, o presidente argumentava que a transposição dos acidentes geográficos e de longas distâncias “[...] tiveram no avião o instrumento de sua retificação necessária, [...], sem que se diminuísse a base física da nacionalidade, e aproximou os diversos núcleos de nossa civilização [...]” (KUBITSCHEK, 1958a, p. 309).

Já no que se refere à produção de automóveis em território nacional, Juscelino asseverava que a indústria automobilística “[...] que hoje floresce auspiciosamente no Brasil, vem encontrar um campo propício em São Paulo, cujo parque industrial é uma base segura para os empreendimentos que o progresso de nossa pátria está a exigir. São Paulo uma vez mais é pioneiro” (KUBITSCHEK, 1959a, p. 167).

O setor automobilístico foi intensamente estimulado pelo Estado – mesmo sabendo que 90% do capital deste setor era estrangeiro (LIMA, 1960, p. 17). Argumentava Juscelino que havia sido os decretos de seu governo que propiciaram o crescimento das “[...] fábricas que produzem peças, fábricas que montam veículos, fábricas que jogam nas ruas das cidades e nos caminhos do interior os carros e os caminhões que são os agentes do progresso, da ação civilizadora e da unidade nacional” (KUBITSCHEK, 1959a, p. 153).

Um exemplo claro desta nova realidade que surgia na sociedade brasileira, para além das tabelas e gráficos, são as cenas do filme *São Paulo, sociedade anônima*, dirigido por Luís Sérgio Person e lançado no ano de 1965. O frenesi que a indústria automobilística causava

na cidade de São Paulo e o surgimento de industriais endinheirados devido ao recebimento de crédito do Banco do Brasil foram sutilmente apresentados pelo perspicaz olhar do diretor⁴⁹.

Estes novos industriais eram exaltados por Juscelino, pois, de acordo com a sua análise, eles faziam parte de uma iniciativa privada que não visava apenas o lucro, mas que também auxiliava na tarefa de fazer do Brasil um país grande.

À iniciativa privada deve-se a parte mais considerável do surto de progresso que o nosso país está conhecendo. Uma mentalidade industrial arrojada e nova — que não visa apenas ao lucro — vem-se tornando cada vez mais ousada, mais empreendedora, mais afirmativa, abrindo o caminho que conduzirá a nação brasileira ao que ela deve e vai tornar-se um dia. *A tecnologia, de que ficamos privados durante tanto tempo, começa a ensinar-nos que a nossa pobreza é uma consequência do desconhecimento e falta de preparo.* Empreendimentos que nos pareciam impossíveis de serem levados adiante surgem agora, os mais difíceis e os mais fundamentais, como esta Mecânica Pesada, que marca o início de uma nova etapa da industrialização do Brasil: soou a hora de fabricarmos as nossas fábricas, de construirmos as nossas máquinas (KUBITSCHKE, 1958a, p. 290, grifo nosso).

A nova realidade, gerada pelo processo de industrialização brasileiro, certamente criava um novo tipo de empresário. Talvez, nestas palavras de Juscelino também estivessem contidas suas apostas e expectativas em relação ao empresariado⁵⁰. Neste discurso, realizado no ano de 1956, no lançamento da pedra fundamental da *Mecânica Pesada S.A.*, o presidente expunha a relação entre o conhecimento instrumental, a tecnologia e a pobreza nacional, cuja superação viria com a industrialização.

Para concluir esta seção, apresenta-se o argumento de Heitor Ferreira Lima sobre as transformações que ocorriam no Brasil sob a gestão de Juscelino. Para este autor, a construção de Brasília, a abertura de imensas rodovias e a *Operação Nordeste* eram “[...] as três maiores realizações da [...] época, pela ressonância que terão no futuro imediato da economia nacional” (LIMA, 1960, p. 14). Este argumento relaciona-se diretamente com o problema do desequilíbrio e do progresso regional existente no Brasil, tema que será apresentado na próxima seção.

⁴⁹ Já que se abriu um parêntese sobre a produção artística do período, no artigo (FRANCO *et al.*, 2017) pode ser observada a forma como Adoniran Barbosa aprendia as faces sedutora e violenta do progresso em suas letras de música.

⁵⁰ Na última seção deste capítulo, será mais bem detalhada a relação entre o progresso e a iniciativa privada estabelecida por Juscelino.

O progresso regional

No que se refere à Operação Pan-americana, que estava relacionada à problemática regional de todo o continente, em 1958, Paulo Motta Lima publicava o artigo *Os pedaços de mau caminho da Operação Schmidt - Kubitschek*. Neste curto texto, o autor expunha as contradições existentes entre as promessas da Operação Pan-americana e da reforma ministerial que o presidente realizava. De forma objetiva, eram apresentadas as contradições entre os entreguistas e os nacionalistas do governo de Juscelino. Apesar de criticar o governo, o autor não deixava de considerar o surto de desenvolvimento econômico que ocorria no Brasil cuja expressão era o crescimento do número das indústrias estatais e privadas. Paulo Motta Lima concluía seu texto com o argumento de que a

[...] Operação Kubitschek demonstra um agravamento da luta entre nacionalistas e entreguistas. Mas o agravamento dessa contradição precisa ser encarado antes de tudo como sinal de vitalidade das forças que representam o progresso. Onde há vida há luta de elementos contraditórios. E se no jogo de compromisso do Sr. Kubitschek vemos que de certo modo o entreguismo e seu negociismo saíram lucrando, convém ao mesmo tempo que não nos impressionemos ante aspectos isolados do quadro (LIMA, 1958, p. 47).

Já no que se refere ao problema regional nacional, em 1957, no artigo *Brasília, peça política nacionalista*, J. R. Vasconcelos se perguntava “[...] por que não podemos, hoje, erigir a nossa capital em local recomendado pela segurança e progresso do País?” (VASCONCELOS, 1957, p. 177). Tal questionamento era a consequência lógica da argumentação de que capitais de diferentes nações do mundo também haviam sido transferidas para uma nova localização. O autor argumentava, como tantos à época, que a mudança da capital brasileira para Brasília faria com que mais da metade do território nacional fosse conquistado. Por isso, afirmava que um governo não poderia “[...] desconhecer nem negligenciar providências necessárias ao progresso e à estabilidade de seu povo, qualquer que seja o preço que a Nação tenha de pagar por essas providência” (VASCONCELOS, 1957, p. 177).

Além destes artigos publicados à época, que contextualizam como o problema regional era discutido enquanto Juscelino governava, outra evidência da existência da análise deste problema, além da menção que já se fez aos escritos de Celso Furtado quando fora criada a SUDENE, é percebida na obra *A dualidade básica da economia brasileira*, escrita por Ignácio Rangel e publicada em 1957. Após afirmar a existência do convívio entre diferentes formas de produzir a vida no território brasileiro – a contemporaneidade do não coetâneo –, Rangel asseverava que no Brasil um “[...] programa poderá ser correto e oportuno, por exemplo, se

reclamar, ao mesmo tempo, o liberalismo e o intervencionismo estatal, em um e outro campo, respectivamente” (RANGEL, 2005, p. 304). Rangel apenas afirmava que o Estado deveria conhecer objetivamente os problemas resultantes da heterogeneidade do desenvolvimento regional brasileiro. Somente após este passo, poderia criar políticas para resolvê-los.

O problema do desequilíbrio e da necessidade de progresso regional no Brasil foi largamente tratado por Juscelino. A mudança da capital para o centro-oeste brasileiro seria uma das formas de iniciar o processo de resolução desta situação. O presidente argumentava que o grande

[...] desafio da nossa História estava ali: seria forçar-se o deslocamento do eixo do desenvolvimento nacional. Ao invés do litoral - que já havia alcançado certo nível de progresso -, povoar-se o Planalto Central. O núcleo populacional, criado naquela longínqua região, espalhar-se-ia como uma mancha de óleo, fazendo com que todo o interior abrisse os olhos para o futuro grandioso do País. Assim, o brasileiro poderia tomar posse do seu imenso território. E a mudança da Capital seria o veículo. O instrumento. O fator que iria desencadear o novo ciclo bandeirante (KUBITSCHKEK, 2000, p. 7).

Juntamente com Brasília, chegaria a infraestrutura rodoviária e, se tudo acontecesse de acordo com o planejado, os caminhões, o comércio e o emprego também chegariam nas regiões até então isoladas. Afinal de contas, a desigualdade regional no Brasil era imensa, e Juscelino se perguntava criticamente: “Civilização? Núcleos populacionais? Quistos de densidade demográfica? Todos esses sintomas de progresso existiam, igualmente, e eram constatados ao longo da extensa fita litorânea, cuja profundidade não ultrapassava uma faixa de duzentos quilômetros” (KUBITSCHKEK, 2000, p. 11).

Devido a esta pequena faixa de progresso localizada na franja litorânea brasileira, Juscelino observava que a Amazônia não podia mais ficar “[...] contrastando com o progresso que se observa em áreas de menores proporções e mais altas densidades demográficas, e precisa ser definitivamente incorporada à civilização brasileira” (KUBITSCHKEK, 1956, p. 514). Por outro lado, também enfatizava que

[...] a verdade é que jamais atingiremos o desejado equilíbrio sem que se multiplique o nosso potencial elétrico, sem que haja vias de comunicação, sem que o interior seja ocupado, as matas desbravadas, os obstáculos removidos, sem que, de fato, este país esteja preparado para marchar harmônica e solidariamente. Não o faremos enquanto se acumularem os progressos em certas e determinadas zonas e persistirem a pobreza, a desolação e o desamparo na maior parte do Brasil (KUBITSCHKEK, 1960a, p. 38).

Após ter constatado as evidências dos desequilíbrios existentes no Brasil e ao falar especificamente sobre o Nordeste, o presidente dizia ser necessário adotar uma política de correção dos “[...] desequilíbrios, injustiças e tratamento desigual das Unidades federativas,

cujo progresso não tem acompanhado o ritmo de desenvolvimento característico de determinadas zonas do Centro e do Sul” (KUBITSCHKEK, 1956, p. 534). Tal política era entendida como um “[...] fator de integração nacional e instrumento fundamental da prosperidade geral do País” (KUBITSCHKEK, 1956, p. 535).

Com esta política de integração nacional em mente, na *Mensagem...* de 1957, Juscelino continuava a pregar que em um “[...] país da extensão do Brasil, onde a riqueza, o progresso e a cultura se expandem em forma tão desigual, é dever da União tratar dos problemas regionais com espírito nacional, de sorte que o nosso desenvolvimento, como um todo, se processe de modo orgânico” (KUBITSCHKEK, 1957, p. 33). O presidente continuava a afirmar que a ausência deste sentido nacional desmontaria os pressupostos do regime federativo, logo “[...] a União, em virtude de sua própria formação histórica, tem de chamar a si encargos e responsabilidade [...] no que toca às exigências do desenvolvimento brasileiro, ainda que, aparentemente, reflitam interesses regionais ou locais” (KUBITSCHKEK, 1957, p. 33).

Partindo da promessa para a criação de instituições que tratariam de resolver o problema regional, em fevereiro de 1959, foi criado o *Conselho de Desenvolvimento do Nordeste* (CODENO) “[...] com o objetivo de formular e executar, sistematicamente, os diversos projetos para o progresso econômico e social da área considerada” (KUBITSCHKEK, 1960b, p. 120). Além disso, seminários eram realizados para debater o assunto. Em abril de 1959, Juscelino discursava na inauguração do *Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste*, ocorrido em Garanhuns/PE, ocasião na qual afirmou que naquela cidade havia um esforço para “[...] tornar-se um centro ativo de progresso, a fim de realizar um seminário que congrega homens de empresa de numerosas regiões do país e autoridades responsáveis pelo planejamento e execução da Operação Nordeste” (KUBITSCHKEK, 1960a, p. 140).

Nesta ocasião, Juscelino aproveitava para deixar claro como compreendia o problema regional do Nordeste e suas possíveis soluções. Juntamente com os técnicos e especialistas que estavam presentes no seminário, afirmou o presidente que provariam “[...] *que só há estagnação e subdesenvolvimento onde não foi encontrada uma interpretação exata para as dificuldades e peculiaridades regionais*” (KUBITSCHKEK, 1960a, p. 141, grifo nosso).

Além das medidas que eram fruto da interpretação das dificuldades e peculiaridades regionais, havia uma outra medida a ser realizada: a transferência da capital federal para o centro-oeste. Brasília era a meta-síntese do Programa de Metas e sua construção estava totalmente ligada à resolução do problema do desequilíbrio regional brasileiro. Entretanto,

[...] para que Brasília pudesse existir e desempenhar, com êxito, sua função integracionista, seria necessário que os outros 30 itens sofressem ligeiras reformulações. Reformulações de meios e não de objetivos. Os alvos a serem atingidos continuariam os mesmos, expressos através das cifras que resumiam o progresso que se buscava. As reformulações empreendidas visavam tão-somente ao entrosamento de cada Meta com a nova realidade a ser criada pelo deslocamento do eixo político e administrativo do país para o Planalto Central (KUBITSCHEK, 2000, p. 105–106).

Ainda argumentando sobre a necessidade de transferir a capital administrativa do governo para o centro-oeste, Juscelino dizia ser necessário que o Brasil olhasse para si mesmo. Se assim fizesse, realizaria a vocação unitária nacional, de incorporação de um território que ainda não estava ocupado, que era considerado como um imenso vazio dentro com território brasileiro (KUBITSCHEK, 1959a, p. 63).

A nova capital irradiaria “[...] para regiões desertas e desconhecidas do país, a força propulsora da civilização e de progresso, que aqui atingiu um grau tão avançado. Brasília será a integração de mais de 6 milhões de quilômetros na comunhão brasileira” (KUBITSCHEK, 1959a, p. 71). Por outro lado, a fundação de Brasília também era entendida como um “[...] ato político cujo alcance não pode ser ignorado por ninguém. É a marcha para o interior em sua plenitude. É a completa consumação da posse da terra. Vamos erguer no coração do nosso país um poderoso centro de irradiação de vida e de progresso” (KUBITSCHEK, 1958a, p. 403).

Juscelino estava preocupado em diminuir os desequilíbrios regionais existentes no Brasil e na leitura de seus textos sempre encontra-se o argumento de que a nova capital seria o foco de “[...] irradiação civilizadora para aquelas regiões, que, afastadas do bafejo do poder central e daqueles pontos mais afortunados e prósperos, não puderam ainda acompanhar o ritmo de progresso verificado em outras partes da nação” (KUBITSCHEK, 1959a, p. 436).

Enfim, a nova capital foi construída e, assim como Juscelino havia planejado, no dia vinte e um de abril de 1960 foi realizada a cerimônia de inauguração. A despeito daqueles que pensavam que Brasília seria o grande fracasso de um presidente megalomaniaco, Brasília transformou-se na nova capital do país e, com isso, gerou consequências positivas. Na opinião de Juscelino, o

[...] progresso não fora apenas material, adstrito à produção de bens duráveis e de consumo, mas, também, espiritual, vinculado a uma mudança de mentalidade. O brasileiro, antes desanimado, descrente da sua capacidade empreendedora, tornara-se dinâmico, orgulhoso das virtudes de que é dotado, animado de espírito pioneiro que levaria - como acontece até hoje - a disputar com agressividade, no cenário internacional, seu lugar entre as grandes nações do mundo (KUBITSCHEK, 2000, p. 445–446).

Como já se disse, o objetivo de Juscelino era o de reunir as “[...] unidades federativas, aproximá-las, fazê-las participar do progresso geral, em situação de igualdade com os grandes Estados. Não era possível que continuasse a existir um Nordeste que passava fome ao lado de um São Paulo, que era um exemplo de riqueza” (KUBITSCHEK, 2000, p. 128). Para tanto, as rodovias foram o instrumento de reunião destas diferentes partes da federação e a construção de Brasília muito facilitou para que isso ocorresse. Nesta nova conjuntura, Juscelino observava que um

[...] mundo diferente de atividades diversas crispava nas outrora tranquilas cidadezinhas do interior, fazendo-as viver uma era de vertiginoso progresso. Paracatu, com seus muros de pedra, desde muito em ruína, renascia das próprias cinzas, com seus habitantes já antegozando a prosperidade que lhes traria em breve a Belo Horizonte-Brasília. Ao longo da faixa, já demarcada para a passagem da rodovia, valorizavam-se as terras, plantações surgiam, rebanhos eram separados para a recria (KUBITSCHEK, 2000, p. 182).

Como destacado pelo presidente, por onde passavam as rodovias, surgiam povoados que se dedicavam à lavoura e ao comércio e uma amostra “[...] desse surto de progresso poderia ser verificado na localidade denominada Gurupi, a setecentos quilômetros de Brasília, e que já contava com uma população de 8.000 almas, produzindo, naquele ano, 60.000 sacas de arroz” (KUBITSCHEK, 2000, p. 208).

Quando se referia às consequências da construção da Belém-Brasília, Juscelino dizia que a nova estrada desempenharia o papel de semear o “[...] progresso, já que tinha elevado o sentido econômico. Daria acesso a uma das mais promissoras regiões brasileiras, representada pelo Triângulo Mineiro, sul e sudoeste de Goiás e vasta zona tributária de Mato Grosso [...]” (KUBITSCHEK, 2000, p. 212–213).

Como se pode observar, eram muitos os pronunciamentos de Juscelino sobre as rodovias. O presidente buscava construir uma sociedade fundada na tecnologia da energia, do concreto e do asfalto. Na medida em que o

[...] asfalto avançava, as povoações surgiam do solo como cogumelos. E o fenômeno se repetia, mesmo onde não existia asfalto. A Belém-Brasília, ainda em construção, já era um viveiro de núcleos bandeirantes. Ao longo da Brasília-Belo Horizonte, as cidades mortas, como Paracatu, acordavam do sono secular e abriam os braços ao progresso (KUBITSCHEK, 2000, p. 399).

Conclui-se aqui esta seção sobre o tipo de progresso regional defendido por Juscelino e realizado através de seu Plano de Metas. Internalizar o progresso era o seu objetivo cuja materialização ocorreu através da transferência da capital para o Centro-oeste, da pavimentação de milhares de quilômetros de estradas e da criação de instituições que tratariam

especificamente da dinamização econômica das regiões mais atrasadas. Apesar de os objetivos de Juscelino terem sido apresentados aqui separadamente, eles faziam parte de um todo. E, para que eles fossem alcançados, havia a necessidade de

[...] desencadear forças ou impulsos capazes de acelerar o progresso, e essas forças só poderiam provir dos polos de desenvolvimento, que seriam as siderúrgicas, as centrais elétricas e a extensa rede de estradas, criadoras do indispensável módulo da industrialização. Ao lado dessas providências, porém, teria de forçar uma migração interna, de forma a obter uma melhor distribuição da camada populacional. Em vez de densas concentrações na faixa litorânea, melhor seria que se forçasse um deslocamento das massas para o interior, através de incentivos relacionados com a melhoria dos padrões de vida no Planalto Central (KUBITSCHKEK, 2000, p. 82).

Para que todos estes objetivos fossem alcançados, de acordo com o presidente, seria necessário que um ator assumisse o papel de destaque na sociedade brasileira. Era na iniciativa privada que Juscelino apostava como sendo a grande propulsora do progresso nacional, tema que será tratado na próxima seção.

5 A iniciativa privada como um ator de destaque

O tema da iniciativa privada e sua importância para o progresso era um relevante ponto de discussão sobre a realidade nacional e estava constantemente na pauta editorial durante o governo de Juscelino. Era um tema que aparecia com frequência na discussão acerca do tipo de nacionalismo que deveria orientar o processo de industrialização. Consequentemente, todos os intérpretes da conjuntura histórica em estudo tinham que se posicionar sobre este assunto.

Exemplo disso encontra-se no vigésimo quarto número da *Revista Brasiliense*, publicado em 1959. No editorial *O presidente Juscelino Kubitschek e o Fundo Monetário Internacional*, de autoria de Elias Chaves Neto, era exposta a tensão central do governo de Juscelino que se caracterizava pela oposição existente entre o nacionalismo e o entreguismo. O Marechal Lott era o representante do primeiro e o ministro Lucas Lopes representava o segundo. O autor questionava se o desenvolvimento realizado com o apoio do capital internacional podia realmente ser entendido como um tipo de desenvolvimento de caráter nacional. Seu argumento asseverava que a iniciativa privada nacional corria o risco de ser totalmente subordinada ao capital privado internacional dado o tipo de desenvolvimento levado à cabo pelo presidente (CHAVES NETO, 1959, p. 5).

Logo depois das palavras de Elias Chaves Neto, encontrou-se o artigo *Nacionalismo e desenvolvimento*, escrito por Caio Prado Júnior cuja crítica à forma de Juscelino conduzir o processo de industrialização nacional era apresentada da seguinte maneira.

Em suma, a industrialização brasileira, confiada como se pretende, à iniciativa de empresas internacionais, terá seus limites fixados pela nossa capacidade exportadora. Reproduz-se assim, embora de maneira velada e mais complexa o equilíbrio colonial da economia brasileira: uma economia exportadora de produtos primários destinados ao consumo de áreas dominantes no sistema internacional do capitalismo, em que continuaremos em nossa tradicional posição periférica de dependente (PRADO JR., 1959, p. 14).

Com esta crítica, Caio Prado Júnior apontava para os limites do processo de industrialização que era realizado no Brasil. Logo depois desta análise, encontraram-se as preocupações de Sérgio Magalhães, no artigo *A empresa privada brasileira como figura central do processo econômico e político*. Para este autor, não interessava

[...] qualquer tipo de desenvolvimento econômico, mas somente aquele de que participe preponderantemente o empresário nacional, a quem reconhecemos o direito de reivindicar do Estado parcela maior de assistência e apoio, mesmo que para esse fim tenhamos de criar uma ciência jurídica própria, inteiramente desvinculada dos postulados que entre nós defendem os expoentes de economias plenamente amadurecidas (MAGALHÃES, 1959, p. 21–22).

De acordo com Magalhães, o empresário nacional deveria ocupar o cenário político e os privilégios ao capital estrangeiro deveriam ser limitados. Este era um assunto candente à época. Por isso, e não podia ser diferente, também se encontraram nos documentos de Juscelino menções à importância da iniciativa privada e de sua relação com o progresso. De forma sintética e objetiva, a ação da iniciativa privada, financiada pelo capital estrangeiro e estimulada pelo Estado, teria como consequência lógica o progresso.

Em 1956, Juscelino conclamava os homens de empresa que no Brasil realizavam suas atividades, pois neles confiava o “[...] o sagrado encargo de desenvolver o País, *[pedi-lhes que apelassem]* para suas poupanças, para o seu engenho, talento gerencial, conhecimentos técnicos e capacidade de produção, a fim de que se acelere o surto nacional de progresso, como jamais se fez” (KUBITSCHKEK, 1956, p. 281).

Já no ano seguinte, em 1957, argumentando sobre o desenvolvimento regional, Juscelino dizia que “[...] dos fatores essenciais ao desenvolvimento econômico da Amazônia reside no estabelecimento, a prazo e juros adequados, dos empreendimentos públicos e particulares indispensáveis ao progresso da região” (KUBITSCHKEK, 1957, p. 338). Como pode

ser percebido, Juscelino enfatizava que a iniciativa privada era um ator de destaque na criação do progresso. Para o presidente, o Estado não deveria realizar esta tarefa sozinho e dizia estar

[...] convencido de que nenhum Governo poderia, ele só, tomar sobre os seus ombros toda a responsabilidade de fazer o progresso de uma nação como o Brasil. É necessária a iniciativa privada, e é a esta que temos sempre recorrido, ora colaborando financeiramente, ora estimulando-a com a nossa presença e com os nossos conselhos, a fim de que todo o conjunto da nação brasileira trabalhe agora para o desenvolvimento do Brasil, dentro das metas que a administração programou e cujo cumprimento representará a infraestrutura sobre a qual amanhã se erguerá o edifício da grandeza nacional (KUBITSCHKEK, 1959a, p. 73).

Além desta determinação lógica entre a ação da iniciativa privada e a ocorrência do progresso, Juscelino também enfatizava as condições que propiciaram este fenômeno. Ao comemorar a superação dos obstáculos à existência e ao crescimento da indústria automobilística no Brasil, o presidente dizia que havia solucionado “[...] este magno problema aliados à iniciativa privada, tanto nacional quanto estrangeira, que, compreendendo a institucionalização decisiva de nosso país dentro da legalidade e da ordem, se tem mostrado cooperadora incansável e agente de nosso progresso” (KUBITSCHKEK, 1958b, p. 103).

Percebe-se na argumentação do presidente um ponto que já foi realçado em seção anterior: a necessidade de ordem para a ocorrência do progresso. Assim, depois da criação de um ambiente institucional atraente para o capital estrangeiro, Estado e iniciativa privada nacional se uniriam para realizar o progresso nacional. Argumentava o presidente que

[...] o programa de governo que me proponho realizar prevê, inicialmente, a adoção de um plano nacional de desenvolvimento, no qual se fixem objetivos e as condições necessárias, para que a iniciativa privada nacional, com o auxílio do capital estrangeiro e a eficaz assistência do Estado, possa realizar a grande tarefa do progresso e a emancipação do Brasil (KUBITSCHKEK, 1960b, p. 275).

Esta união ajudaria na consecução das metas governamentais. Juscelino decididamente confiava “[...] no princípio da livre empresa, cuja expansão ordenada é o penhor do progresso do país e o caminho mais curto para atingir-se o bem-estar social, alvo supremo de toda ação política” (KUBITSCHKEK, 1959a, p. 434). Juntos, governo e iniciativa privada superariam “[...] todos os elementos negativos que paralisariam nosso progresso nos dias presentes e comprometeriam gravemente o futuro do país” (KUBITSCHKEK, 1960a, p. 99). Enfim, era um presidente que apoiava “[...] os industriais brasileiros que estão contribuindo com sua iniciativa, com seu esforço, com seu trabalho, de uma maneira extraordinária, para o progresso e para a riqueza desta nação” (KUBITSCHKEK, 1959a, p. 339).

Se houve o momento de prometer que esta aliança daria certo, também houve o momento de avaliar os seus resultados. Por isso, para Juscelino, havia a necessidade de

reconhecer “[...] à iniciativa privada o valor de sua contribuição para esse surto [de progresso], pois sem dúvida lhe deve ser creditada a maior parcela do progresso que se verifica no país” (KUBITSCHKEK, 1959a, p. 163).

De acordo com Juscelino, para concluir esta seção e encaminhar-se para o encerramento do capítulo, a iniciativa privada em regimes democráticos era “[...] a mola mestra do desenvolvimento, permitindo conciliar o objetivo do progresso econômico com o da liberdade política” (KUBITSCHKEK, 1959a, p. 251).

6 Encerramento do capítulo

Neste capítulo, foi exposta uma reconstituição do período transcorrido entre o suicídio de Getúlio Vargas e a posse de Juscelino Kubitschek. Através desta reconstituição pôde-se observar os obstáculos transpostos por Juscelino até sua chegada no Palácio do Catete em janeiro de 1956. Diante da tentativa de golpe, então impedida pelo general Lott, ficaram evidentes os motivos que levaram Juscelino à constante defesa da ordem democrática no Brasil.

Defesa que foi evidenciada na seção em que foram sintetizadas todas as introduções das *Mensagens ao Congresso Nacional*. Textos curtos e objetivos o suficiente para Juscelino apresentar ao leitor suas preocupações, angústias, planos futuros e expectativas que se concentravam principalmente na estabilização das finanças, no desequilíbrio do balanço de pagamentos, no processo inflacionário, no plano de ação do governo, no influxo de capitais, na reforma do sistema educacional e na construção de Brasília.

Depois desta seção, foram apresentados os objetivos gerais do progresso buscados por Juscelino e destacados como sendo a constituição de uma sociedade de acordo com os padrões de vida das nações que internalizaram os avanços tecnológicos da II Revolução Industrial. Para alcançar este objetivo, Juscelino argumentava que seria necessário superar o subdesenvolvimento no Brasil. Para tanto, afirma-se que o presidente buscava transformar tanto as *relações de produção* como as *forças produtivas* nacionais. Um novo homem teria que ser treinado para gerir o processo de produção da riqueza fundamentado na nova indústria que se instalava no país. E para que isso realmente ocorresse, seriam necessários diferentes tipos de progresso, quais sejam, médico-sanitário, educacional, técnico-científico, econômico, industrial e regional.

Além de todos estes fatores que induziriam o progresso no Brasil, para Juscelino também seria necessário que a iniciativa privada se tornasse um ator de destaque nessa nova conjuntura histórica da sociedade brasileira. Os empresários, industriais e homens de negócios seriam os verdadeiros promotores do progresso material e institucional que proporcionaria o desenvolvimento nacional através do planejamento orientado pelo Estado.

Dada a importância do planejamento econômico para o período e para comprovar a tese de que a conceituação da mudança econômica e social deixou de ser chamada de progresso para ser chamada de desenvolvimento durante o governo de Juscelino Kubitschek, segue-se para o terceiro capítulo desta tese, cujo ponto central será mostrar a transição do progresso para o desenvolvimento através do planejamento e também possibilitar a compreensão desta transição como sendo orientada pela filosofia social de Juscelino.

Terceiro Capítulo – O planejamento para o desenvolvimento: uma filosofia social

Euclides da Cunha afirmava que a nossa alternativa era “Progredir ou Perecer”. Hoje, nossa alternativa é “Progredir e perecer” ou “Progredir e... não perecer”, o que só conseguiremos se nos dispusermos a preparar e planejar as etapas sucessivas do nosso progresso espontâneo e acelerado. Do contrário, o próprio progresso, desordenado e anárquico, nos fará submergir no caos.

ANÍSIO TELXEIRA (2005b) – Sobre o problema de financiar a educação do povo brasileiro

Outro fator deve ser ressaltado, no julgamento das obras que realizei: a preocupação com um planejamento anterior, elaborado por uma equipe de técnicos.

JUSCELINO KUBITSCHEK – Por que construí Brasília

Neste terceiro capítulo, apresenta-se a relevância das práticas de planejamento econômico para Juscelino Kubitschek com o objetivo de realizar o último passo na defesa da tese de que foram tais práticas que possibilitaram a transição conceitual do progresso para o desenvolvimento durante o governo deste presidente.

No capítulo anterior, foi apresentada a compreensão de progresso de Juscelino, seus objetivos, meios e principais atores. De acordo com a hipótese de pesquisa desta tese, o conceito de progresso se diferenciava do conceito de desenvolvimento. Esta diferenciação também leva a argumentar que, para Juscelino, o desenvolvimento pressupunha o progresso, sendo que aquele conceito expressava uma realidade mais complexa: a realidade da sociedade de consumo fundamentada nas transformações decorrentes da segunda revolução industrial.

Neste capítulo, argumenta-se que as práticas de planejamento diferenciaram o governo de Juscelino dos governos anteriores. Ao realizar esta argumentação, somada à diferenciação existente entre o progresso e o desenvolvimento, apresentada no segundo capítulo, será concluída a defesa da tese de que a existência das práticas de planejamento possibilitou a transição do conceito de progresso para o conceito de desenvolvimento. Para realizar esta argumentação, divide-se o capítulo em cinco seções.

Na primeira seção, apresenta-se a filosofia do desenvolvimento de Álvaro Vieira Pinto com o objetivo de evidenciar a importância que era dada ao planejamento econômico à época; na segunda, apresentam-se, de acordo com Juscelino, os obstáculos que deveriam ser superados para a realização do planejamento no Brasil; na terceira, foca-se nas reformas necessárias para a execução do planejamento; na quarta, apresenta-se o planejamento como sendo uma prática que auxiliaria a atividade da iniciativa privada; e na quinta seção, apresenta-se a relação existente para Juscelino entre as práticas de planejamento e a indução do desenvolvimento.

1 Planejamento e desenvolvimento nacional

A obra *Ideologia e desenvolvimento nacional*, escrita por Álvaro Vieira Pinto, é a transcrição da palestra de abertura dos cursos regulares do *Instituto Superior de Estudos Brasileiros* (ISEB) de 1956. Nesta ocasião, o filósofo argumentava que não havia como existir o desenvolvimento nacional sem a existência de uma ideologia do desenvolvimento nacional que, necessariamente, deveria ser popular (PINTO, 1959, p. 38).

Para Álvaro Vieira Pinto, havia chegado o momento histórico nacional no qual ocorria um processo de descolonização intelectual. Desta forma, os brasileiros deixariam de pensar a realidade nacional com instrumentos analíticos inadequados. Este processo tornaria possível a construção de uma nova interpretação do Brasil que permitiria a compreensão da realidade e a projeção de um futuro melhor para a sociedade brasileira que, necessariamente, passaria pelo planejamento. De acordo com o autor, o conhecimento

[...] objetivo do dado social, a exploração minuciosa, exata e lúcida do estado da nacionalidade são a condição para que se possa elaborar o melhor projeto possível do futuro, pela simples razão de que, quando obtemos a ideia clara do presente, vemos o que nela se contém potencialmente, permitindo-nos conceber o futuro como função imediata e contínua do presente, com que se elimina ao máximo o coeficiente de surpresa (PINTO, 1959, p. 22).

Para o filósofo, era um dado objetivo da realidade que a sociedade brasileira crescia, era um dado demográfico⁵¹. Esse processo de transformação deveria ser compreendido dentro de um sistema conceitual, uma interpretação, que tivesse finalidade, unidade, fio condutor e planejamento. Além disso, Álvaro Vieira Pinto asseverava que só seria “[...] possível conceber o desenvolvimento nacional como processo à luz de uma teoria interpretativa da realidade brasileira, assim como só é possível projetar as etapas futuras do desenvolvimento se nos valermos dos conceitos gerais desta interpretação” (PINTO, 1959, p. 34).

A nova interpretação também deveria ser popular e, sendo assim, seria ensinada para a população através de uma educação que disseminasse a ideologia do desenvolvimento nacional. Para tanto, uma “[...] teoria da educação deverá surgir, cuja tarefa inicial será a de definir que tipo de homem se deseja formar para promover o desenvolvimento do país” (PINTO, 1959, p. 50). Neste processo a elite seria apenas importante na medida em que fosse capaz de apreender esta nova consciência que se forjava nos brasileiros: a consciência do sujeito nacional (PINTO, 1959, p. 45).

A leitura desta obra de Álvaro Vieira Pinto revela a importância do conhecimento objetivo da realidade brasileira (que deveria ser produzido através de pesquisas científicas) para a superação do subdesenvolvimento (conceito oriundo de uma nova interpretação da realidade nacional). Tal processo só seria possível através do planejamento fundamentado nos conceitos oriundos desta interpretação. Assim seria possível a dilatação da distância entre o *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativa* existente para construir uma outra sociedade que

⁵¹ O crescimento demográfico brasileiro se encontra no Anexo 6.

estaria de acordo com o padrão de vida existente nas nações centrais que internalizaram os avanços tecnológicos da II Revolução Industrial.

Para Álvaro Vieira Pinto, isto não poderia ser alcançado sem o apoio popular. Enfatiza-se esta ideia porque, ao concluir sua obra, o filósofo também afirmava que a função do ISEB seria a de transformar a consciência nacional através do planejamento fundamentado nos conceitos de uma nova interpretação cujo objetivo seria o de realizar desenvolvimento nacional.

Ao analisar os discursos de Juscelino, percebe-se que o presidente apresentava a mesma preocupação de Álvaro Vieira Pinto em relação à pesquisa que possibilitaria o conhecimento objetivo da realidade nacional e que orientaria o planejamento de sua transformação. Quando se pronunciava sobre o ISEB, o presidente argumentava que durante o seu governo

[...] não escapou a exata compreensão do papel que o Instituto Superior de Estudos Brasileiros é chamado a desempenhar, no conjunto dos empreendimentos e ideias que é nosso dever apoiar, prestigiar e estimular, a fim de contarmos em breve tempo com um meio dinâmico de pesquisa e interpretação da realidade nacional, tão necessária à própria tarefa dos governantes. No planejamento e na elaboração de um programa administrativo que realmente atenda aos supremos interesses e reclamos do desenvolvimento da coletividade, não encontram os administradores informação melhor, mais serena e mais proveitosa do que no conhecimento sem distorção de nossa história e da evolução dos problemas econômicos e sociais, seja em seus aspectos regionais, seja na massa por vezes intimidadora do que é, em toda a sua complexidade, essa grande promessa de amanhã, a grande Nação Brasileira (KUBITSCHKE, 1958b, p. 176–177).

Como é sabido, Juscelino era um presidente que via no planejamento um relevante instrumento de ação, fato que se torna evidente na afirmação de que “[...] a palavra planejamento, na linguagem do atual presidente da República, não quer dizer ficar no papel. Significa passar para a ação e fazer de fato” (KUBITSCHKE, 1958a, p. 111).

Convém observar que as ideias de Álvaro Vieira Pinto não estavam totalmente de acordo com as práticas de Juscelino – e isto nem seria possível. Apenas apresenta-se o argumento central deste filósofo, participante de um importante instituto de pesquisas à época, com o objetivo de evidenciar a defesa das práticas de planejamento econômico como necessário instrumento de transformação social.

A centralidade do planejamento econômico na análise do governo de Juscelino é observada de diferentes formas nos autores que pesquisaram este período, tais como, Miriam Limoeiro Cardoso (1977), que pesquisou a ideologia do desenvolvimento no Brasil de Juscelino

e Jânio; Octavio Ianni (1971), que estabeleceu as relações entre o Estado e o planejamento econômico; Carlos Lessa (1981), que apontou para os problemas de implantação do sistema industrial em uma economia primária; Lourdes Sola (1998), que pesquisou sobre os processos decisórios que moldaram os rumos do desenvolvimento capitalista no país; Celso Lafer (2002), que revelou os aspectos políticos e administrativos do processo de planejamento; e Sônia Draibe (2004), que mostrou como a autonomia do Estado originado em uma sociedade primária exportadora levou à politização das questões econômicas.

Como será visto nas seções posteriores, Juscelino observou os obstáculos existentes para a realização do desenvolvimento no Brasil, as reformas necessárias e a constante necessidade de apoio à iniciativa privada. Além disso, relacionou diretamente as práticas de planejamento com a indução do desenvolvimento.

2 Obstáculos ao planejamento

De acordo com Carlos Lessa, Juscelino possuía certa capacidade de realização do planejamento econômico herdada dos governos anteriores (LESSA, 1981, p. 53). Mesmo assim, ainda existiam obstáculos para a realização desta tarefa que foram transpostos através dos pontos de menor resistência, como informa Celso Lafer, pois a realização de reformas estruturais poderia enfraquecer a aliança política que dava apoio para o presidente (LAFER, 2002, p. 158).

Na visão de Juscelino, os obstáculos existentes para a realização de um planejamento sistemático eram de ordem histórica e institucional. Como também foi observado por Carlos Lessa, no Brasil, ainda havia traços de um Estado liberal vegetativo que cotidianamente necessitava criar novos instrumentos para gerir uma sociedade que se tornava mais complexa devido à divisão social do trabalho (LESSA, 1981, p. 53). Devido a estes fatos, Juscelino afirmava que a

[...] mentalidade política brasileira não primou por objetividade. Fomos até mesmo grandes e denodados na defesa dos princípios e doutrinas, na afirmação de nossa personalidade nacional, na solução de problemas humanos difíceis, como a superação dos preconceitos raciais, com a generosa e bela solução de problema do trabalho escravo e a instituição das garantias devidas à dignidade humana. Mas, de uma certa forma, ao mesmo tempo que nos afavoramos em debates sobre direitos e conquistas da democracia, que vibramos com grandes causas universais, *parecíamos um tanto esquecidos de fundar as bases de nosso desenvolvimento, de atuar no planejamento de nosso futuro, de nos prepararmos para dirigir e até mesmo para compreender o surgimento deste Brasil que aí está, ainda desordenado, mas*

inequivocamente apresentando sinais de engrandecimento, de fortalecimento, de importância (KUBITSCHKE, 1958a, p. 341–342, grifo nosso).

Não há dúvidas de que Juscelino se preocupava com o planejamento do futuro nacional. Como também observou Celso Lafer, o presidente “[...] elegeu o futuro como ponto de referência para orientar a ação governamental” (LAFER, 2002, p. 62). Por isso, existia a necessidade de articular diferentes instituições para a efetiva realização do planejamento.

Para o presidente, a “[...] ação do Estado, nesse vasto segmento da Federação, exige transformações e aperfeiçoamentos radicais, impondo ampla coordenação administrativa e técnica dos órgãos federais que aí operam, no sentido do desenvolvimento econômico” (KUBITSCHKE, 1956, p. 522). Por isso afirmava a necessidade de aproveitamento “[...] científico dos recursos naturais e humanos, bem como da industrialização crescente, o planejamento regional poderá ter como resultado melhores índices de desenvolvimento equilibrado e condições de vida mais justas para as laboriosas populações nordestinas” (KUBITSCHKE, 1956, p. 522). Neste caso, Juscelino argumentava sobre a necessidade de coordenação administrativa e técnica para que fosse possível transformar as condições de vida de 31,5% da população brasileira que vivia na região Nordeste.

Já ao analisar a região Norte do território nacional, no que se refere às possibilidades de planejamento de longo prazo, o presidente afirmava que a

[...] conjuntura, encontrada em 1955, demonstra que a região amazônica somente agora começou a equacionar os seus problemas de base, em termos de planejamento de longo prazo. Conforme se comprovará a seguir, as realizações dos órgãos que mais objetivamente influem na economia regional restringem-se à execução de limitadas funções administrativas, quando seus programas poderiam ser melhor entrosados numa obra de planificação geral por etapas (KUBITSCHKE, 1956, p. 473).

Mesmo existindo uma lei que obrigasse a realização de um Plano Geral que orientasse o financiamento de projetos na Amazônia, este plano estava ausente, fato que fazia com que a lei fosse desrespeitada e os recursos governamentais não tivessem alocação ótima devido à ausência de coordenação. Assim, argumentava o presidente, em

[...] fins de 1952, parte dos recursos resultantes daquele mandamento constitucional foi aplicada na região amazônica, através de simples distribuição de dotações de texto Orçamentário Geral da União, em providências, auxílios, contribuições e realizações esparsas e desconexas, pela não existência de um órgão específico de planejamento e organização, para não só elaborar e executar o Plano Geral, os Planos Parciais e os Programas Anuais, como também disciplinar o emprego das receitas com a aplicação predeterminada pela Lei Maior, de modo que os recursos financeiros não diluíssem em toda a vasta área amazônica em medidas, serviços e empreendimento ou obras sem nenhum fim estritamente econômico. A rigor, segundo a interpretação do dispositivo constitucional específico, a aplicação dos recursos previstos pelo Art. 199 está

condicionada à existência de um Plano, sem o qual as despesas não deveriam ser autorizadas (KUBITSCHEK, 1956, p. 501).

Além dos obstáculos citados – a falta de objetividade dos administradores que passaram pelo Estado e ausência de articulação das instituições de promoção do desenvolvimento regional –, a inflação também preocupava Juscelino, fazendo com que o presidente afirmasse que a alta geral de “[...] preços ora ocorrente torna mais agudas as tensões sociais e dificulta o planejamento econômico. É indispensável, pois, por motivos tanto sociais como econômicos, combatê-la energeticamente pelo ataque sistemático às fontes das pressões inflacionárias (KUBITSCHEK, 1956, p. 237). Além disso, Juscelino afirmava que outro “[...] aspecto útil do planejamento econômico é preparar-nos para melhor combater a inflação, sem sacrificar nossas oportunidades de progresso (KUBITSCHEK, 1958a, p. 247).

A inflação era uma componente das complexidades existentes no cálculo econômico em meados da década de 1950, porém existiam outras complicações. Este era o caso da complexidade dos cálculos envolvidos no planejamento regional. Para Juscelino, o grande problema que

[...] tem de considerar a autoridade pública consiste em que as ponderáveis inversões de capital exigidas pelos programas regionais não frutificam de imediato, na sua maior parte, sob a forma de produtividade econômica direta multiplicada. A considerável complexidade do cálculo econômico no planejamento de áreas torna delicada a tarefa de coordenação dos programas, isto é, a escolha e o ritmo de utilização de meios alternativos. Ao contrário do que acontece no caso de uma usina siderúrgica ou hidrelétrica, a relação inversão-produto se torna conceito frequentemente impreciso no desenvolvimento regional, pela dificuldade de contabilização dos gastos sociais (KUBITSCHEK, 1957, p. 328).

Além deste problema a ser resolvido, também existia a carência de médicos que necessariamente auxiliariam no processo de desenvolvimento nacional. Como médico, Juscelino sempre mostrou ter preocupação com a saúde dos trabalhadores. Assim, apresentava seu empenho em

[...] desenvolver o Brasil, quero acentuar, como de outras feitas tenho dito, mas aqui com particular ênfase, que não deslumbram o governo da República as perspectivas da civilização material sem a correspondente cultura, nem se trata apenas de transformá-lo, este gigantesco país, num quadro de promissoras realidades econômicas, sem o primado do espírito e a triunfal projeção do homem. Apelando para a técnica, não lhe isolamos os aspectos, para distinguir ou separar os elementos vitais desse desenvolvimento irreprimível. Ao lado do engenheiro, vem o médico. Débil seria a estrutura da pátria, forjada nas oficinas em que se industrializa e se renova, se, ao pioneirismo dos que rasgam as estradas da riqueza, não acompanhasse o médico, para que a têmpera humana dos obreiros constitua a garantia fundamental da solidez e da permanência destas conquistas. É exatamente pelo indivíduo que começa o programa lógico do desenvolvimento, onde que a esse planejamento racional se soma a honesta preocupação da autoridade pelo bem-estar das massas – e

pelas virtudes básicas da raça. Já passou a época – puramente empírica – em que levianamente se dizia sermos um país de doutores, onde a superprodução de diplomas era um disparate, em face dos campos desertos, da lavoura e das fábricas... Na verdade somos um país com um *déficit* enorme de doutores, tendo em vista as necessidades da população, e a exigir, por todas as vozes em que os centros menos favorecidos manifestem as suas angústias, que demos à medicina o zelo e os estímulos reclamados, para que possa cumprir a sua missão específica, onde quer que haja núcleo de trabalho, uma aglomeração sofredora, um recanto povoado (KUBITSCHKEK, 1958b, p. 222–223).

Muitos eram os obstáculos existentes para a execução do planejamento econômico no Brasil, como se teve a oportunidade de mostrar acima. Mas, também era um momento em que havia uma intensa defesa da necessidade desta prática para que o desenvolvimento nacional pudesse ocorrer, como foi apresentada no primeiro capítulo desta tese na reconstituição histórica realizada por Eric Hobsbawm sobre os *Anos Dourados* do capitalismo no terceiro mundo. Dentro destas circunstâncias, eram requeridas algumas reformas, as quais serão abordadas na próxima seção.

3 As transformações necessárias para executar o planejamento no Brasil

Juscelino necessitava transpor os obstáculos existentes ao desenvolvimento nacional para realizar o seu programa de desenvolvimento econômico. Por isso, nesta seção, apresentam-se os obstáculos relativos às práticas de planejamento por ele citadas. O presidente carecia da mão de obra qualificada para realizar pesquisas sobre a realidade brasileira. Com este conhecimento, seriam construídos os fundamentos do planejamento que visava a superar os pontos de estrangulamento que mantinham o Brasil na condição de subdesenvolvimento. Desta forma, Juscelino necessitava de novas instituições criadoras de conhecimentos adequados para realizar as inúmeras obras existentes em seu plano.

Como exemplo das dificuldades que apareceram para Juscelino, apresenta-se abaixo uma das complexidades existentes na área do planejamento do investimento em energia elétrica. Esta é uma evidência que Juscelino apresentava acerca das necessidades de pessoal qualificado para a montagem e execução do Programa de Metas. Para o presidente, era necessário assinalar que,

[...] em virtude de o período de maturação dos investimentos em energia elétrica ser bastante longo, especiais cuidados se impõem no planejamento dos mesmos, a fim de que, num momento dado, não se verifiquem decalagens entre a geração de energia e sua transmissão aos centros consumidores. Outro aspecto do planejamento no setor de energia é que, na realidade, existe a superposição de dois planos a serem executados simultaneamente: um, destinado a satisfazer à demanda durante o período em

consideração, e outro, representado pelos investimentos a serem iniciados no mesmo período, a fim de que fiquem prontos a tempo de atender às demandas futuras (KUBITSCHKEK, 1958c, p. 153–154).

Evidenciada esta complexidade, apresentam-se, primeiramente, os obstáculos observados por Juscelino no que tange à necessidade de técnicos para realizar o planejamento. Mas, antes disso, cabe serem ressaltados dois pontos apresentados na literatura sobre o tema. Primeiro, à época, exigia-se “[...] de qualquer candidato a posto político um plano, um programa ou apresentação de um passado de realizações concretas. Tais fenômenos, hoje integrantes da vida brasileira, são muito recentes e praticamente desconhecidos antes dos anos 50” (LESSA, 1981, p. 5). Segundo, o presidente “[...] Kubitschek foi o primeiro candidato eleito presidente a fundamentar sua campanha eleitoral em torno das questões de planejamento como solução para os problemas brasileiros” (LAFER, 2002, p. 27).

Eric Hobsbawm, no plano geral, Carlos Lessa e Celso Lafer, no plano nacional, evidenciaram como o planejamento era uma prática requisitada na década de 1950. Por isso, levando em consideração as afirmações dos reconhecidos intérpretes do período em análise, quando se observam os pronunciamentos de Juscelino sobre o assunto, ficam claras as suas preocupações em torno do planejamento. Em setembro de 1956, ao inaugurar o curso de treinamento sobre os problemas do desenvolvimento econômico cujos patrocinadores eram o governo federal e a *Comissão Econômica para a América Latina* (CEPAL), o presidente reiterava sua preocupação com o limitado número de profissionais qualificados para realizar o seu programa. Assim, afirmava que a

[...] importância do curso ora iniciado consiste em atacar um dos problemas mais graves e mais subestimados do Brasil, assim como de outros países que ainda não alcançaram o seu pleno desenvolvimento: é o da escassez de pessoal habilitado em técnicas de programação e planejamento (KUBITSCHKEK, 1958a, p. 244).

Como citado acima, o presidente mostrava suas preocupações com as limitações apresentadas à realização do planejamento, mas, por outro lado, também defendia as características inerentes ao Programa de Metas. Abaixo, constata-se a argumentação de Juscelino em torno das qualidades técnicas daqueles que programaram a sua ação governamental.

O programa de metas, em torno do qual se despende um grande esforço de planejamento e ordenamento da ação governamental, não é uma aventura de imaginação, pois foi elaborado como síntese de técnicos e economistas que, nos últimos anos, vêm investigando e analisando nossa economia. Grande parte de seus fundamentos está no trabalho realizado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, experiência de colaboração de dois povos que merece ser lembrada como exemplo

feliz de frutuoso resultados. Ao longo de três anos, técnicos brasileiros e norte-americanos trabalharam, lado a lado, num esforço objetivo e realista de estudar nossa economia, definir seus pontos de estrangulamento e planejar os meios destinados a superá-los, transformando-os em pontos de germinação e aceleração econômico. Os resultados diretos desse trabalho deveriam ser representados por uma série coordenada de projetos de investimento, para os quais se recomendava a mobilização de recursos em moeda estrangeira. Todavia, os resultados atingidos pelo Brasil com os trabalhos da Comissão Mista não se medem pela simples obtenção de empréstimo. A técnica de projetamento por ela desenvolvida produziu radical transformação na concepção e formulação de programas de investimentos de nossas entidades públicas e privadas. *Toda filosofia de planejamento objetivo e realista se definiu nos preciosos relatórios daquela Comissão* (KUBITSCHKEK, 1958a, p. 248–249, grifo nosso).

Neste ponto, observa-se que Juscelino reconhecia que no período anterior ao seu mandato já estavam sendo criadas as condições para a realização do planejamento econômico no Brasil. Já no que se refere especificamente às pesquisas que deveriam ser feitas para auxiliar no planejamento, na *Mensagem ao Congresso Nacional* de 1958, Juscelino argumentava que ainda havia muito o que ser feito em matéria de

[...] racionalização de serviços. Cumprir estabelecer rotinas apropriadas, medir as cargas de trabalho e fixar para estas unidades-padrão calcadas no preço de custo. Daí serem necessários estudos e pesquisas aprofundados, para que o planejamento dos órgãos e sua posterior implantação produzam resultados satisfatórios (KUBITSCHKEK, 1958c, p. 50).

Além desta necessidade de racionalização, Juscelino também apresenta uma função pouco aparente do Exército, a de órgão de pesquisa. Segundo o presidente, cabia à *Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional* a permanente tarefa de “[...] coletar e registrar informações, coordenar estudos, estabelecer planejamentos, colher e formular pareceres, distribuir documentos básicos e assessorar o Chefe do Executivo em suas decisões [...]” (KUBITSCHKEK, 1958c, p. 76).

De qualquer forma, apesar do avanço alcançado por Juscelino na área de pesquisa, ainda havia limitações nesta área, principalmente quando se comparava o número de pesquisadores brasileiros com o número de pesquisadores existentes nos países europeus e norte-americanos. Dadas as limitações para a realização de pesquisas orientadoras do planejamento, nota-se como Juscelino comemorava a realização do recenseamento de 1960. De acordo com o presidente, não seria demais realçar “[...] o alto significado do Recenseamento de 1960 e dos que lhe seguirem, como balanço dos recursos humanos e materiais do Brasil, sobretudo em relação à disponibilidade de elementos aptos a melhor orientar a política de planejamento econômico” (KUBITSCHKEK, 1959b, p. 54).

Nos pronunciamentos de Juscelino constatam-se suas observações críticas à existência de poucos técnicos qualificados para realizar as pesquisas científicas que orientariam

o planejamento econômico no Brasil, mas também havia elogios às iniciativas que propiciavam o início da transformação desta realidade. Além destas características, observa-se como o profissional economista era reconhecido como importante ator dessa realidade que se transformava dia a dia. Argumentava o presidente que

[...] duas necessidades se impõem, sem demora, para qualquer iniciativa ou realização oficial, sem o que cairemos sempre na improvisação ou na obra feita pela metade. Uma, de caráter mais teórico e com menor pressão, é o planejamento sistemático e em conjunto de todos os serviços públicos, examinados os problemas nordestinos com um instrumental adequado de técnica em conjugação com a maturidade política e a integração humana na região. E neste sentido, com certeza, os próprios economistas, que constituem hoje uma das nossas esperanças para o progresso e o enriquecimento do país, serão os primeiros a anotar e a tomar na devida conta o oportuno aviso de Vossas Excelências quanto – “ao excesso moderno de tudo pretender reduzir-se ao econômico” (KUBITSCHKEK, 1958a, p. 135).

Após realizar esta advertência, Juscelino defendia a necessidade de se analisar os problemas regionais com instrumental técnico adequado aliado às relações sociais existentes na região. A SUDENE, instituição responsável pelo planejamento do desenvolvimento econômico do Nordeste, era entendida como uma transformação institucional que salvaria esta região de seus históricos problemas. Conforme o presidente, já havia sido iniciada a

[...] campanha de salvação do Nordeste, transportando, do plano puramente assistencial e imediatista para o do planejamento de grande envergadura, as medidas tendentes à sua recuperação econômica e social. Assim, onde quer que se torne necessário, enfrentaremos o problema do subdesenvolvimento em nosso território, e por todos os meios a nosso alcance (KUBITSCHKEK, 1960a, p. 243).

Percebe-se como Juscelino enfatizava que o planejamento era uma arma de luta contra o subdesenvolvimento. Para que isso ocorresse, eram necessárias transformações institucionais que fariam com que o esforço governamental pudesse ser melhor direcionado, instrumentalizado e aproveitado. No caso da SUDENE, o caráter de transformação institucional estava colocado. Para o presidente, o caso do

[...] Nordeste era típico. Através da Sudene, eu realizava uma reforma administrativa da maior significação para a população local. O Nordeste não necessitava apenas de verbas, como viviam apregoando os políticos locais. *Era necessário que seu subdesenvolvimento fosse enfrentado com as mais modernas técnicas de planejamento integrado.* Assim, a ação do governo não se dispensaria em iniciativas conflitantes, mas obedeceria a um plano diretor que regeria todos os investimentos feitos na região (KUBITSCHKEK, 2000, p. 449, grifo nosso).

A ênfase neste assunto também foi impressa nas memórias de Juscelino, obra na qual ele afirmou que o Nordeste ainda não estava integrado ao contexto brasileiro. No entender do presidente, era necessária uma nova conduta em relação ao problema da seca, pois o “[...]”

povo estava cansado das soluções provisórias, a repetição periódica do fenômeno. O problema teria de ser resolvido. Não através de medidas políticas, mas segundo um rígido planejamento técnico” (KUBITSCHKEK, 1978, p. 206).

A região do Brasil em análise podia mudar, mas a ênfase no planejamento permanecia. Ao discursar sobre o estado do Amapá, Juscelino buscava apresentar as evidências do potencial de transformação do planejamento.

Mas, de grandioso, o Amapá só podia oferecer, então, aos visitantes, a extensão da área territorial e o seu vazio demográfico impressionante. Em toda parte era o chão, a terra virgem, o homem desequipado e humilde para dominar a natureza mal conhecida e áspera, o homem brasileiro isolado nas distâncias atordoantes, entre rios quase oceânicos, entre montanhas incomensuráveis, entre montes de granito, de terra e de argila, a provocar o homem brasileiro e apresentar-lhe um repto a que temos de responder como povo, como nosso sonho e vontade. Só a vontade de um grupo de pioneiros, de brasileiros, pode explicar a vida que aqui tenho o orgulho de ver. *Foi o bom planejamento, foi o recurso, foi a técnica, foi, sobretudo, a vossa disposição para o trabalho* (KUBITSCHKEK, 1958b, p. 12, grifo nosso).

Ao continuar o discurso acima, ele afirmava que o

[...] programa aqui executado é exemplar, pois, além de proporcionar divisas para o país e recursos para o Amapá, aumentará a riqueza nacional. Foi uma demonstração extraordinária de planejamento e execução técnica. Reuniu e harmonizou capitais e técnicos brasileiros e estrangeiros, numa demonstração magnífica de cooperação internacional (KUBITSCHKEK, 1958b, p. 13).

Mais uma vez, mesmo ao mudar a região do território nacional, permanecia a preocupação com as transformações institucionais que possibilitariam a realização do planejamento. Agora, destaca-se aqui a busca pela integração do planejamento na Amazônia. De acordo com Juscelino, o

[...] Governo Federal, de que a S.P.V.E.A. [*Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia*] é órgão administrativo, possui planos e programas nacionais, do mesmo modo que as unidades políticas, integrantes da área amazônica, possuem planos e programas locais. É lógica, portanto a integração do planejamento da valorização econômica da Amazônia nesses planos e programas, de modo que não haja duplicidade inútil de funções e que a ação da S.P.V.E.A. seja coordenada com os planos e programas federais e locais, iniciando ou suplementando iniciativas (KUBITSCHKEK, 1956, p. 511).

Estas eram as transformações que Juscelino buscava realizar no âmbito nacional para dinamizar a economia nacional. Apresentou-se acima como Juscelino buscava superar os obstáculos ao planejamento econômico através do treinamento de técnicos que realizariam o planejamento e da criação de instituições regionais que orientariam este processo.

Outro fator que seria de suma importância para que o planejamento regional fosse levado a cabo e, além disso, para que fosse possível a diminuição da desigualdade econômica entre as regiões, era o planejamento do aumento da malha rodoviária brasileira. Por isso, Juscelino dizia que no Programa de Metas,

[...] o problema de circulação das riquezas entre os centros produtores e a regiões consumidoras havia sido previsto através do planejamento de uma substancial ampliação dos sistemas ferroviário e rodoviário nacionais. Isso, entretanto, não seria suficiente. Impunha-se uma completa reformulação de toda a nossa política de transportes marítimos, concebida em termos de continuidade administrativa, já que seria impossível comprimi-la na exiguidade do tempo de um quinquênio (KUBITSCHKEK, 1978, p. 112).

Por fim, mas não menos importante, Juscelino ia além do plano nacional e também observava a necessidade de transformações nas relações entre os países americanos para que fosse possível melhorar as condições de vida da região. Por isso, lutava para que a Operação Pan-Americana funcionasse de acordo com os seus anseios. A carta que Juscelino enviou para o presidente dos Estados Unidos, Dwight Eisenhower, foi um marco para a realização desta cooperação internacional.

Concluindo, o argumento de Juscelino era coerente em torno de seu objetivo de implementar a indústria de base no Brasil através do planejamento econômico orientado pelo Estado. Assim, ele lutava de forma constante para superar os entraves ao planejamento econômico no Brasil, e por isso buscava superar a carência de técnicos, de pesquisadores, de instituições que integrassem o planejamento regional com o nacional, de rodovias que conectassem as diferentes regiões econômicas do país e, finalmente, de uma melhor interação entre os Estados nacionais americanos. Juscelino buscou todos estes objetivos, mas sabia que se não houvesse uma iniciativa privada nacional que participasse deste processo, os resultados seriam aquém do desejado. Por ser a iniciativa privada um importante ator neste processo, será ela apresentada separadamente na próxima seção.

4 Planejamento e auxílio à iniciativa privada

No segundo capítulo desta tese, foram apresentados os argumentos de Juscelino Kubitschek sobre a relevância da iniciativa privada na promoção do progresso. Agora, neste terceiro capítulo, mostra-se a iniciativa privada através do prisma do planejamento, pois, de acordo com o presidente, as práticas de planejamento auxiliariam o fortalecimento deste grupo

social nacional⁵². Mas, antes de mostrar como Juscelino se posicionava perante este assunto, convém contextualizar esse momento histórico com um artigo que fazia uma intervenção sobre esse tema no início da década de 1960.

Trata-se aqui do artigo *O empresário industrial e a revolução brasileira*, escrito por Luiz Carlos Bresser-Pereira, cujo argumento é o de que, até meados do governo de Juscelino, o empresariado industrial brasileiro havia tido uma posição de vanguarda no processo de realização da revolução brasileira. Para o autor, o período transcorrido entre 1930 e o fim da II Guerra Mundial havia sido o momento em que os empresários e a classe média em ascensão defenderam o processo de industrialização e, por isso, tomaram a frente de sua realização. Entretanto, o Estado brasileiro ainda não estava equipado de forma adequada para auxiliar os industriais.

Para o Bresser-Pereira, apenas após o ano de 1948 é que o Estado se tornou melhor aparelhado para apoiar a indústria (BRESSER-PEREIRA, 1963, p. 14). Neste momento, existia um entendimento de que a participação do Estado no planejamento da economia era uma prática necessária para o desenvolvimento nacional. De acordo com o autor, a

[...] industrialização, a superação da fase agrícola e semifeudal em que encontrávamos, o crescimento rápido e contínuo de nossa economia não seria possível se empresas e Estado não se aliassem na realização de uma obra comum, se ao último não fosse confiado um papel maior do que vinha tendo na promoção do desenvolvimento nacional. Entre os grupos que compreenderam este fato situa-se indiscutivelmente, a maioria dos empresários brasileiros. Viram eles com lucidez que a sorte de suas empresas e o futuro da industrialização brasileira estariam em sério perigo se não contasse com o amparo do governo (BRESSER-PEREIRA, 1963, p. 17).

Havia, para Bresser-Pereira, um papel renovador por parte dos empresários, embora esta característica não tomasse formas extremadas (BRESSER-PEREIRA, 1963, p. 19), pois eles se colocavam ao lado das forças sociais defensoras do reformismo. Mas, foi também durante o governo de Juscelino que os empresários se tornaram conservadores; e três foram os fatores que contribuíram para que isso ocorresse. Primeiro, a vitória do industrialismo fez com

⁵² Deve-se enfatizar que o foi durante o governo de Juscelino que o empresariado nacional abriu mão de seu papel social e deixou de ser revolucionário, assim como explica Bresser-Pereira no artigo citado nessa seção. Além dele, Fernando Henrique Cardoso, em sua tese de livre docência *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, também afirmou que a “[...] situação peculiar da burguesia industrial na sociedade de massas em formação e a situação em que se encontra no processo de industrialização, fazem-na temerosa e incapaz de romper os vínculos com a situação de interesses tradicionalmente constituídos, isto é, com os grupos estrangeiros, com os grandes proprietários e com os comerciantes e banqueiros, a eles ligados. Não assumindo as responsabilidades políticas de classe economicamente dominante, a burguesia industrial torna-se em parte instrumento de dominação política de grupos tradicionais. Com isso, cria, quiçá, a possibilidade que mais teme: de perder as chances históricas de exercício pleno da dominação de classe” (CARDOSO, 1972, p.191, grifo do autor).

que esta ideologia perdesse o seu caráter revolucionário. Segundo, com a crise de superprodução do café, os cafeicultores perceberam que se tornaram mais fracos que os industriais. Terceiro, a percepção por parte dos industriais de que os interesses deles e do setor agrícola não eram antagônicos, pois o desenvolvimento da indústria criava mais mercado para a agricultura, e vice-versa (BRESSER-PEREIRA, 1963, p. 21–22). Além destes três fatores, houve um recrudescimento do movimento sindical no país, fato que levou os industriais para uma posição de defesa em relação aos interesses da massa trabalhadora urbana. Informa Bresser-Pereira que, no início da década de 1950, era possível cogitar uma união entre industriais e trabalhadores em torno da industrialização, e a união entre o PTB e o PSD era o símbolo desta aliança (BRESSER-PEREIRA, 1963, p. 22). Todavia, no fim do governo de Juscelino, tal possibilidade já não existia mais, e os industriais viram-se obrigados a aliar-se às classes produtoras contra os interesses dos operários.

Por fim, outros dois impactos abalaram a ideologia nacionalista dos empresários. Primeiro, a vitória dos interesses em torno da proteção da indústria nacional contra a concorrência estrangeira foi consubstanciada com a aprovação da Lei de Tarifas⁵³, em 1957, pelo Congresso Nacional. Com isso, de acordo com o autor, os “[...] industriais já não dependiam de mecanismos cambiais que poderiam ser modificados a qualquer momento ou de licenças de importação para proteger suas indústrias. Tinham a seu favor um instrumento legal, estável e poderoso” (BRESSER-PEREIRA, 1963, p. 22). Segundo, com a Instrução n. 113 da SUMOC⁵⁴, criada ainda na época do presidente de Café Filho, “[...] o crescente fechamento do

⁵³ De acordo com o verbete *Lei de Tarifas de 1957*, presente no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*: “Nome com que ficou conhecida a Lei nº 3.244, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República em 14 de agosto de 1957. Reformulou a legislação fiscal aduaneira, imprimindo à mesma um caráter eminentemente protecionista. Por ter conferido maior eficácia ao instrumento tarifário, por criar mecanismos capazes de dinamizá-lo, adaptando-o às condições cambiantes do processo de industrialização, e por singularizá-lo como meio de proteger a indústria nacional, representou um grande avanço em relação a tudo o que havia sido feito no passado nesta matéria, bem como em relação aos demais instrumentos de política econômica empregados à época” (SOUSA, 2001, p. 3.059).

⁵⁴ “Medida tomada pela Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc) em 17 de janeiro de 1955 durante o governo de João Café Filho, que tinha como ministro da Fazenda Eugênio Gudín e como superintendente da Sumoc Otávio Gouveia de Bulhões. A Instrução nº 113 permitiu a importação de bens de capital à taxa “livre” de câmbio por investidores estrangeiros, caso esses investidores aceitassem, como forma de pagamento, a participação no capital próprio da empresa que importasse o equipamento. A Carteira de Comércio Exterior (Cacex) do Banco do Brasil, sucessora da Carteira de Exportação e Importação (Cexim), julgava se os investimentos se enquadravam nas suas prioridades para a concessão dos benefícios da Instrução nº 113, embora no caso de bens de capital para produção de bens enquadráveis nas três primeiras categorias de importação a aprovação fosse automática. A Instrução nº 113 permitia a entrada de capitais estrangeiros no país em condições substancialmente mais vantajosas do que se os investidores internalizassem seus capitais à taxa “livre” e depois utilizassem os cruzeiros daí resultantes para recomprar dólares e importar equipamentos à taxa cambial da categoria relevante. O subsídio em cruzeiros, por unidade de moeda estrangeira, correspondia à diferença, freqüentemente substancial, entre a taxa cambial do mercado “livre” e a taxa cambial da categoria do bem a ser produzido pelo bem de capital em questão. À sombra da Instrução nº 113 aumentou de forma notável o ingresso de capitais de risco estrangeiros, pois o

mercado brasileiro aos produtos manufaturados no exterior, trazem para o Brasil, e principalmente para São Paulo, um grande volume de investimentos estrangeiros” (BRESSER-PEREIRA, 1963, p. 23). Essa instrução criou uma associação entre o capital privado nacional e o capital internacional em algumas ocasiões; em outras, o empresário nacional tornou-se apenas o fornecedor das empresas estrangeiras instaladas no país. Dada esta intensa simbiose, o empresariado nacional encontrou maiores dificuldades para tomar posições nacionalistas.

Ainda em seu artigo, Luiz Carlos Bresser-Pereira observa as limitações colocadas à continuação da revolução brasileira de acordo com os padrões de execução deste processo postas em prática por Juscelino. O autor vivia o início da década de 1960 e observava a crise econômica e política que estava instalada no Brasil. Entretanto, ainda possuía algum otimismo com os rumos da revolução brasileira e lutava para que a posição conservadora dos empresários fosse transformada.

O artigo de Bresser-Pereira auxilia realçar o intenso estímulo dado ao empresário nacional durante o governo de Juscelino, fato que também pode ser evidenciado em seus discursos. Sobre este tema, o presidente discursava na já citada ocasião de inauguração do curso de treinamento sobre os problemas do desenvolvimento econômico.

A simples menção de programação e planejamento econômico enseja controvérsia e debate. Por isso mesmo valho-me desta ocasião para desfazer alguns equívocos e precisar a posição do meu governo em relação a alguns problemas essenciais do nosso desenvolvimento econômico. A técnica de programação implica necessariamente aumento da intervenção governamental na vida econômica, e pode ser empregada para atenuar essa intervenção e torná-la menos perturbadora. Propiciando-nos uma visão global da vida econômica do país e das suas tendências de desenvolvimento, permitenos substituir intervenções governamentais, desordenadas e incoerentes, por uma ação racional e preventiva. *Na medida em que possa o governo determinar, com antecipação, os prováveis pontos de estrangulamento da economia, estará ele habilitado a proporcionar à iniciativa privada estímulos para evitar que eles se formem, ao invés de ter de intervir tarde demais para apresentar corretivos eficazes.* Programação e planejamento são apenas métodos a serviço de uma filosofia de governo, e a minha filosofia é usar esse instrumento não para efetuar uma substituição da iniciativa privada pela ação do Estado, mas simplesmente para assegurar uma coordenação de esforços e uma divisão racional do trabalho. É sobre a iniciativa privada que tanto a nossa Constituição como a nossa experiência histórica fazem repousar o desenvolvimento econômico do Brasil. Consequência importante da programação do desenvolvimento econômico é uma atitude objetiva em face da cooperação do capital estrangeiro. *Todos os ensaios de planejamentos feitos no Brasil*

sistema era extremamente favorável às filiais de firmas estrangeiras operando no Brasil. A quase totalidade dos cerca de quinhentos milhões de dólares que ingressaram no país entre 1955 e 1961, estimulados pelos benefícios da Instrução nº 113, correspondeu a investimentos em firmas controladas por capitais estrangeiros. Foi sob estímulo da Instrução nº 113 que se instalou no país a indústria automobilística, um dos objetivos mais importantes do Plano de Metas. O incentivo à entrada de capitais oferecido pela Instrução nº 113 cessou com a transferência dos produtos integrantes da categoria geral para o mercado livre com a Instrução nº 204 da Sumoc” (INSTRUÇÃO 113, 2001, p. 2805–2806).

nos revelam claramente que os investimentos necessários a acelerar nosso desenvolvimento excedem de muito a nossa capacidade de poupança. Esta é naturalmente pequena, devido ao baixo nível de renda das grandes massas de nossa população, e mais reduzida ainda se torna porque tanto a classe média como as abastadas procuram copiar padrões de consumo de países ricos (KUBITSCHKE, 1958a, p. 245–246, grifo nosso).

Neste excerto, Juscelino argumenta que sua ação jamais objetivava substituir a iniciativa privada pela ação estatal. O presidente utilizava os conceitos orientadores da racionalidade econômica – estrangulamentos, *growing points* e *linkages* –, apresentados por Lourdes Sola (1998, p. 169), para fundamentar a racionalidade de sua ação. Anteriormente, no *Mensagem...* de 1956, já se podia ler argumentação similar. Para Juscelino, por força das circunstâncias,

[...] tornou-se o Estado o maior investidor em nossa economia, sendo indispensável por isto que se torne o investidor mais esclarecido e o que melhor aplique os recursos de nossas poupanças coletivas. Não é justificável que se utilizem os fundos públicos ao sabor dos esquemas orçamentários mais ou menos improvisados ano a ano. É indispensável que se ampliem, gradativamente, os setores de atividades bem planejadas, onde se definam metas e se estudem calendários de gastos e programas objetivos dos fatores de produção a mobilizar. Esta a justificativa do propósito de dar ênfase ao esforço de planejamento de suas atividades, como condição de eficiência própria e de apoio harmonioso à iniciativa privada. Esta a razão de ser da fixação de um certo número de metas, consubstanciando, o quanto possível, o programa de desenvolvimento a ser executado nos próximos anos (KUBITSCHKE, 1956, p. 48–49).

A clareza de exposição certamente é um atributo deste excerto de Juscelino. Nele, a linha argumentativa do presidente possuía muita lógica. Sendo o Estado o maior investidor, deveria ser o mais esclarecido. Sendo esclarecido, planejaría suas ações para auxiliar as próprias atividades e apoiar a iniciativa privada. Uma das evidências deste apoio era a criação de leis que auxiliavam a iniciativa privada. Para o presidente, a

[...] revigoração, por dez anos, dessas fontes de recursos, consubstanciada na Lei n. 2.973, de 26 de novembro de 1956, abre novas perspectivas ao programa de desenvolvimento econômico do país, proporcionando ao B.N.D.E. os meios essenciais de ação. Entre os efeitos benéficos da lei citada, além do maior aporte de recursos que será levado ao Fundo de Reaparelhamento, estão as vantagens de ordem indireta, entre as quais a dilatação de prazos de planejamento. Constituirá por certo valioso estímulo aos chefes de empresa essa demonstração de que o Governo está realmente empenhado em promover a expansão das forças produtivas do País, destinando apreciável parcela de fundos públicos a empreendimentos básicos e segundo critérios que excluem quaisquer favoritismos (KUBITSCHKE, 1957, p. 151).

Observa-se assim a lógica impecável do discurso e do programa de desenvolvimento que Juscelino executava. Planejava, por isso intervinha, mas não por simples

vontade de intervir, e sim, porque o Estado brasileiro havia se tornado o maior investidor da economia e, conseqüentemente, também possuía a tarefa de auxiliar a iniciativa privada⁵⁵.

5 Planejamento e indução do desenvolvimento

Na primeira seção deste capítulo, foi mostrada a relevância do planejamento econômico para a indução do desenvolvimento em meados da década de 1950. Continuando o raciocínio, foram apresentados os obstáculos existentes ao planejamento econômico, as transformações necessárias para sua realização e como esta prática auxiliaria a iniciativa privada nacional. Após percorrer tal caminho, nesta seção apresenta-se a relação de causalidade entre a realização do planejamento e a ocorrência do desenvolvimento declarada por Juscelino.

Como está presente no título deste capítulo, Juscelino apresentava uma filosofia social cujo fundamento era o planejamento racional a ser realizado por profissionais de elevado nível técnico. Desta forma, dizia o presidente que não

[...] preciso alongar-me na filosofia do desenvolvimento, e até mesmo prefiro, em rápidas palavras, dar apenas um esboço do que tem sido nestes dez meses o esforço continuado de um governo que dia e noite, nas suas oficinas de trabalho, esboça e traça o panorama do progresso nacional em bases sólidas, *assessorado pelas melhores inteligências que o Brasil possui*, apenas com o pensamento de, no fim deste período, realizar um lema que foi tão debatido na campanha, mas que todo o Brasil verificará que é verdadeiro, aquele segundo o qual, em cinco anos, avançaremos cinquenta anos no nosso progresso (KUBITSCHKEK, 1958a, p. 356, grifo nosso).

Ao iniciar o seu mandato, Juscelino prometia transformações estruturais na sociedade brasileira, já ao terminá-lo, se encontrava com expectativas positivas em relação à manutenção do processo de desenvolvimento nacional. Conseqüentemente, afirmava ter tranquilidade, pois era possuidor da

[...] certeza de que, a esta altura de nosso progresso, nenhuma força poderá conter o desenvolvimento do Brasil. Nossa geração, se não resgatou propriamente a sua dívida para com a Pátria, porque não há dívida onde existe a obrigação ininterrupta, pelo menos procurou atender às necessidades básicas da sobrevivência nacional (KUBITSCHKEK, 1961, p. 107).

⁵⁵ No Quinto Anexo, apresenta-se o esquema da ideologia do desenvolvimento de Juscelino elaborado por Miriam Limoeiro Cardoso. Nele, pode ser observado o papel central do planejamento e do apoio à iniciativa privada.

Juscelino também afirmava que havia a necessidade de ir além do progresso técnico. Enfatiza-se que tal necessidade devia ser orientada por outros valores. Para o presidente, a ideia de

[...] de desenvolvimento econômico, a procura do bem-estar para a comunidade, a justa aspiração de progresso técnico, todo plano, todo programa, toda a ação de governo deve inspirar-se no princípio de que o homem, como sujeito, guardião e promotor de valores humanos, está acima das coisas e acima das aplicações do programa técnico. Como observa o Santo Padre, em admiráveis diretivas à Cristandade, a vida social não pode ordenar-se à maneira de uma gigantesca máquina. Se o progresso técnico não se impregnar de valores morais e espirituais, se não preservar de malsã despersonalização as formas fundamentais da ordem social, se não as utilizar para criar e desenvolver as relações humanas, o seu portentoso arcabouço padecerá de debilidade congênita, e cedo se esboroarão as civilizações que suscitar (KUBITSCHKEK, 1958b, p. 251).

O progresso técnico deveria estar impregnado de valores morais e espirituais, de acordo com Juscelino. E, sem dúvida, um dos valores advogados pelo presidente, como já se teve a oportunidade de mostrar nos capítulos anteriores, era o da democracia. Sobre este assunto, era dito que a

[...] batalha do desenvolvimento nacional, vale dizer, a batalha da justiça social, é o único meio de que dispomos para chegar a esse fim. A revolução do desenvolvimento é a vossa revolução. Ela não pode parar. Não deve parar. Assumimos o compromisso de remover as dificuldades, de desimpedir o caminho do nosso progresso, mas sem atentar contra a personalidade do homem, sem transformá-lo em um número e nada mais, sem privá-lo daquilo que justifica e eleva a sua existência. Às metas de desenvolvimento material acrescentamos, desde o primeiro instante, a da consolidação democrática (KUBITSCHKEK, 1961, p. 155–156).

Juscelino fazia questão de apresentar os resultados oriundos do desenvolvimento, juntamente com os valores que orientaram a sua realização. Outro exemplo desta prática pode ser observado quando ele dizia ter orgulho de observar a “[...] execução do plano de desenvolvimento econômico, anunciado logo após a minha investidura, com o propósito de acelerar o progresso material e espiritual da nossa pátria” (KUBITSCHKEK, 1959a, p. 20).

Ao ler estas afirmações de Juscelino, cabe ser recordada mais uma vez a análise de Mirian Limoeiro Cardoso sobre o presidente. Para a autora, o presidente não explicava a componente cristã de seu discurso, tornando-se assim, uma componente ideológica (CARDOSO, 1977, p. 203).

Quando Juscelino se expressava precisamente sobre o planejamento, podem ser evidenciadas as relações que se defende nesta tese. Em seus discursos, o presidente chegou a elogiar o planejamento realizado nos países comunistas, pois para ele, sob

[...] um sistema rígido de planejamento estatal, que comprime os níveis de consumo do povo e canaliza os recursos nacionais de forma inexorável no sentido que melhor se adapte às necessidades do desenvolvimento nacional, os países comunistas tem atingido um maior volume de investimentos do que os ocidentais, conseguindo, assim, um maior ritmo de desenvolvimento (KUBITSCHKEK, 1959a, p. 420).

Para Juscelino, as práticas rígidas de planejamento teriam como consequência o desenvolvimento. Este elogio deve ser enfatizado, pois, para os países ocidentais com limites de poupança nacional, não era conhecida outra forma de alcançar o desenvolvimento.

A necessidade de forte intervenção também podia ser apresentada de outra forma, como no excerto abaixo, onde Juscelino cita Lúcio Costa para explicar claramente quais eram os objetivos do arquiteto ao projetar Brasília. Afirmava o presidente que ao contemplar o Plano Piloto de Lúcio Costa,

[...] verifiquei que se refletia nele a plenitude de que não conseguia traduzir em palavras. No entanto, o Plano Piloto, com o qual Lúcio Costa havia ganhado o concurso no Rio, não passava de um traçado simples, de um esboço, acompanhado de uma exposição de motivos, em cujo texto ele desenvolvera a tese do que deveria ser a futura capital. O que estava ali era uma “ideia”, como muito bem havia dito Sir William Holford, e essa ideia reduzia, em linhas e em traços, o que imaginava deveria ser Brasília. Ouçamos o que escreveu Lúcio Costa, no seu estilo admirável, inconfundível: “A liberação do acesso ao concurso o reduziu, de certo modo, à consulta àquilo que, de fato, importa, ou seja, *a concepção urbanística da cidade propriamente dita, porque esta não será, no caso, uma decorrência do planejamento regional, mas a causa dele: a sua fundação é que dará ensejo ao ulterior desenvolvimento planejado da região. Trata-se de um ato desbravador, nos moldes da tradição colonial.* E o que se indaga é como, no entender de cada concorrente, uma tal cidade deve ser concebida (KUBITSCHKEK, 2000, p. 69, grifo nosso).

Ao leitor deste excerto, chama a atenção o fato de que Lúcio Costa relacionava a realização do projeto urbanístico de Brasília com um ato ligado à tradição colonial brasileira, afinal, era um ato desbravador. Por isso, Brasília seria a causa do futuro planejamento regional. Nas palavras de Lúcio Costa, interpreta-se que o arquiteto era ciente da morosidade das transformações sociais no Brasil.

E, se as certas transformações ocorriam muito vagorosamente no Brasil, então seria necessário um governo que prezasse por sua rápida transformação, fruto de um planejamento eficientemente executado por profissionais qualificados. Além disso, sabia-se que a mudança que ocorria no Brasil era acompanhada por outras nações interessadas em superar as barreiras ao desenvolvimento econômico. De acordo com o presidente, a experiência brasileira estava sendo

[...] seguida com interesse por todas as demais nações igualmente ansiosas de redenção econômica. Da velocidade que logramos imprimir ao nosso progresso, da justiça com que conseguiremos distribuir entre regiões e classes o produto desse

desenvolvimento não de depender os rumos de muitos outros países neste hemisfério e das jovens nações que surgem para a liberdade, no outro lado do Atlântico, no Continente irmão, ao qual nos unem laços de sangue e traços de semelhança nos problemas de desenvolvimento (KUBITSCHKEK, 1961, p. 258).

Velocidade do progresso material e as diferenciações regionais existentes no Brasil eram um tema que saltava aos olhos do observador da realidade brasileira. Afinal, como se pôde ler nos dois últimos excertos, nesta sociedade ainda eram necessárias ações desbravadoras similares àquelas existentes na tradição colonial. A mesma que realizou os laços de sangue com o continente que está do outro lado do oceano Atlântico. Eis um inteligente eufemismo para não escrever escravidão negra. Constatação similar também pode ser observada na ocasião da visita do escritor Aldous Huxley ao Brasil. Ao realizar a viagem da cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais, para a nova capital que estava sendo concluída, o escritor afirmou: “Eu vim diretamente de Ouro Preto para Brasília. Que jornada através do tempo e da história! Que dramática jornada do ontem para o amanhã, do que está terminado para aquilo que está em seu início, do antigo terminado para o novo prometido”⁵⁶.

A afirmação não poderia ser diferente, pois Brasília, causa do futuro desenvolvimento regional, havia sido rigidamente planejada e nada “[...] fora realizado às tontas, sem a avaliação de recursos disponíveis e sem um objetivo claro a ser atingido. *Tudo obedecera a um rígido planejamento – o primeiro levado a efeito no Brasil – e concebido para ser executado dentro de um prazo prefixado*” (KUBITSCHKEK, 2000, p. 454, grifo nosso).

Também era o planejamento que faria o desenvolvimento regional na Bacia do Rio da Prata. Os governadores dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Goiás e Rio Grande do Sul buscavam aproveitar de forma mais eficiente as condições naturais da Bacia do Prata, por isso, “[...] coordenam neste instante, mais uma vez, os esforços, a que está atento o Poder Federal, para *o planejamento e a execução das medidas que implicarão em outras fontes de desenvolvimento nacional*” (KUBITSCHKEK, 1961, p. 103, grifo nosso).

O planejamento também era pensado e colocado em prática para transformar a condição de vida de milhões de pessoas que ainda viviam em precárias condições. Por isso, Juscelino se perguntava: que apoio

⁵⁶ Tradução do autor de: “*I came directly from Ouro Preto to Brasília. What a dramatic journey through time and history! What a dramatic journey from yesterday to tomorrow, from what is finished to what is about to begin, from old fulfilment to new promise*” (HUXLEY, 1958, p. 19).

[...] que compreensão para a causa ocidental pode provir dos que tão pouco esperam para si mesmos e para seus descendentes? Que essa condição de penúria e de miséria impunha o seu domínio em muitas partes do nosso hemisfério, que o Novo Mundo não se consiga livrar de tantas chagas, que não haja uma tentativa séria de planejamento para arrancarmos a tão amarga sujeição muitos milhões de americanos – eis o que jamais nos resignaremos a aceitar (KUBITSCHKEK, 1960a, p. 317).

As palavras de Juscelino, mais uma vez fazem com que sejam relacionadas com os limites ao progresso apresentados no segundo capítulo desta tese. Especificamente quando se apresentam as reflexões de Josué de Castro sobre a fome no Brasil. De acordo com o presidente, aqueles que não ingeriam uma quantidade suficiente de proteínas, que não tinham acesso à saneamento básico, serviços médicos e educação, não tinham como se preocupar com a causa do ocidental. Para que isso fosse transformado, era preciso sistemático planejamento por parte do Estado.

O passo que nós precisamos dar não pode mais medir-se pela bitola estreita das antigas preocupações do Governo: ou nós caminhamos à frente deste ímpeto do Brasil ou seremos superados por ele, e a nossa geração de políticos, aquela que tem sob sua responsabilidade o destino da nação será mal compreendida e condenada pelas gerações futuras. Daí ter o meu Governo, logo de início, assentado um programa que vai rigorosamente cumprindo, para que acompanhem o desenvolvimento e o progresso do país, podendo assim corresponder ao esforço e ao sacrifício de todos que estão colaborando nesta obra imensa (KUBITSCHKEK, 1959a, p. 72).

Em outro momento, quando a pressão inflacionária se intensificava, foi lançado o Programa de Estabilização Monetária⁵⁷, para combater a inflação e também prosseguir com o programa de desenvolvimento econômico.

[...] o Ministro da Fazenda elaborou o Plano de Estabilização Monetária que o Governo encaminhou ao Congresso Nacional e cuja execução dará ao país os meios adequados para conter a inflação e estimular as nossas exportações, garantindo o prosseguimento do programa de desenvolvimento econômico, que abrirá ao Brasil novas perspectivas de progresso (KUBITSCHKEK, 1959a, p. 513).

Como se afirmou sistematicamente ao longo desta tese, para Juscelino, o conceito de progresso era diferente do de desenvolvimento. Por isso, após a leitura e a análise de seus textos, afirma-se que foram as práticas de planejamento que realizaram esta transição, ou melhor, que levaram Juscelino tornar realidade esta afirmação. Se o planejamento era o

⁵⁷ No verbete *Programa de Estabilização Monetária* do Dicionário *Histórico-Biográfico Brasileiro*, é informado que: “Programa econômico, também conhecido por Plano de Estabilização Monetária, apresentado ao Congresso Nacional em outubro de 1958, durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961). Elaborado pelo ministro da Fazenda, Lucas Lopes e pelo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Roberto Campos, tinha por objetivo viabilizar o desenvolvimento econômico do país através do controle da expansão monetária e creditícia, da contenção dos gastos públicos, do incremento da carga tributária e da restauração do equilíbrio do balanço de pagamento. Foi abandonada em junho de 1959, quando Juscelino interrompeu as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI)” (LAMARÃO, 2001a, p. 4.799).

caminho para o desenvolvimento, também se pode afirmar que também era a negação ou a busca pela superação do subdesenvolvimento. Sendo assim, todas as práticas de planejamento continham o objetivo de superação do subdesenvolvimento. Veja-se como este raciocínio pode ser observado no excerto sobre o sistema de educação na cidade de Goiânia.

Um paralelo, no plano regional, foi a propósito lembrado, com a transferência da Capital do Estado de Goiás para Goiânia. Educacionalmente, notável e crescente expansão da rede escolar vem ocorrendo ali desde a mudança. Porém mais significativa é a transformação que passou a operar-se nas ideias da população em relação ao trabalho e à vida social e política. *O povo da zona beneficiada acredita agora na adoção de medidas objetivas na luta contra o subdesenvolvimento, tem mais fé nas coisas e nos homens, nos empreendimentos de progresso e ação social construtiva e, pois, na educação ou numa educação mais objetiva e adequada ao nosso tempo* (KUBITSCHKEK, 1960a, p. 181, grifo nosso).

Com estas palavras, de acordo com a interpretação neste estudo, orientada pela reflexão do historiador Reinhart Koselleck, Juscelino afirmava que as transformações realizadas através das práticas de planejamento faziam com que o *horizonte de expectativa* se distanciasse do *espaço de experiência*. Enfim, o presidente lutava contra o subdesenvolvimento de certas regiões e fortalecia o desenvolvimento de outras. Por isso, declarava que a

[...] política do atual Governo, no sentido de criar condições reais de desenvolvimento do País, não se restringe a atender às regiões subdesenvolvidas, mas também a acelerar o desenvolvimento das áreas evoluídas, para que não se interrompa, assim, o seu surto de progresso e que de seus novos desenvolvimentos resultem outras fontes de redenção brasileira. No curso de nossa História, a região sul adiantou-se às demais, em ritmo de progresso, mercê de seu povoamento e de suas condições naturais (KUBITSCHKEK, 1961, p. 104).

Esta região, especificamente o estado de São Paulo, tinha um governador que realizava o planejamento. Assim, Juscelino elogiava a gestão de Carvalho Pinto, pois a

[...] ação do seu governo se está desenvolvendo num planejamento de larga envergadura, cuidadosamente elaborado e cuja execução permitirá a esta dinâmica unidade da Federação alcançar a sua meta de transpor definitivamente a barreira do subdesenvolvimento na década a abrir-se no ano próximo. O Governo Federal continuará a prestar, na esfera de suas atribuições, toda colaboração que estiver a seu alcance para o progresso de São Paulo num Brasil cada vez mais próspero e mais unido (KUBITSCHKEK, 1960a, p. 240).

Voltando agora a atenção para a região Nordeste, Juscelino explicava por qual motivo havia escolhido a cidade de Recife para ser a sede da SUDENE. Com esta atitude, afirmava o presidente que

[...] meu governo evidenciou a sua determinação de abordar de frente o problema do desenvolvimento da região nordestina. Com este órgão, estamos realizando uma reforma administrativa da mais profunda significação para vós. Não somente de

verbas adicionais necessita o Nordeste. *Era mister que o seu subdesenvolvimento fosse enfrentado com as mais modernas técnicas de planejamento* (KUBITSCHKE, 1961, p. 330, grifo nosso).

Mais uma vez, observa-se que as modernas técnicas de planejamento eram entendidas como armas que destruiriam o subdesenvolvimento. Encerra-se esta seção na qual foi apresentada a relação de causalidade entre a realização do planejamento e a ocorrência do desenvolvimento. Mostrou-se que Juscelino via a necessidade de ter valores que orientassem o progresso técnico, e o principal deles era a democracia.

Juscelino elogiava o planejamento nos países comunistas e via, no Brasil, esta prática como um ato desbravador, afinal, o presidente observava um país em que a maioria da população vivia na franja litorânea. Por isso, o planejamento regional era necessário. Enfim, Juscelino, através do planejamento, buscava lutar contra subdesenvolvimento de algumas regiões e fortalecer o desenvolvimento de outras.

6 Encerramento do capítulo

Na primeira seção deste capítulo, *Planejamento e desenvolvimento nacional*, foram apresentados os argumentos de Álvaro Vieira Pinto em torno da relevância que o planejamento econômico ganhava à época. Para o autor, o Brasil passava por um momento de descolonização intelectual e, assim, criava um novo sistema conceitual que interpretava a sociedade brasileira de forma diferente. Esta diferença possibilitaria o planejamento de uma política de desenvolvimento nacional que eliminaria o coeficiente de surpresa na implementação de políticas pelo Estado.

Juscelino mostrava ter muito respeito pela atividade desenvolvida no ISEB, mas, lógico que suas ações não estavam inteiramente orientadas pelas pesquisas e opiniões desenvolvidas neste instituto. Entretanto, na primeira seção, foi utilizado o argumento de Álvaro Vieira Pinto para apresentar como as práticas de planejamento eram compreendidas, à época, como altamente capazes de realizar a transformação da sociedade brasileira.

Na segunda seção, *Obstáculos ao planejamento*, o foco foi dirigido para a reconstituição dos obstáculos de ordem histórica e institucional que limitavam a realização do planejamento no Brasil de acordo com Juscelino. O presidente criticava a falta de objetividade dos gestores públicos brasileiros, profissionais que ainda não estavam habilitados para gerir uma sociedade cada vez mais complexa devido à divisão social do trabalho. O segundo fator

apresentado pelo presidente era a inflação que dificultava o cálculo econômico. Entretanto, Juscelino aprendeu a conviver com este fator, pois para completar Programa de Metas teve que recorrer aos recursos advindos da emissão monetária.

No que se refere ao planejamento regional, Juscelino criticava a ausência de articulação entre os níveis municipal, estadual e regional. Por fim, também observava a triste realidade nacional que contava com pouquíssimos médicos para tratar de uma população que crescia constantemente. O problema do reduzido número de médicos existentes no país foi apresentado nesta seção, mas também foi observado que havia um reduzido número de profissionais em outras áreas que exigiam alta qualificação. Enfim, eram necessárias reformas institucionais para a realização do planejamento.

Na seção *As transformações necessárias para executar o planejamento no Brasil*, foi apresentado o raciocínio de que Juscelino buscava qualificar uma mão de obra que realizaria o planejamento no Brasil. Tais técnicos eram treinados para elaborar medidas que fossem capazes de superar os pontos de estrangulamento, um dos fatores responsáveis pelo subdesenvolvimento.

A mão de obra que trabalharia com as tarefas complexas existentes na sociedade industrial era aquela que se formava nos cursos patrocinados pelo governo federal, os integrantes do exército, os economistas e todos os outros profissionais que estavam sendo formados na universidade.

Outras duas outras transformações essenciais eram defendidas por Juscelino. Primeiro, a criação de instituições voltadas para o planejamento do desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste. Segundo, a expansão da malha rodoviária para que as riquezas produzidas no Brasil pudessem ser consumidas com mais facilidade em outras regiões do país. Assim, com o país interligado através de rodovias e com instituições de planejamento regional em funcionamento, as possibilidades de sucesso do planejamento governamental aumentariam muito, diminuindo o coeficiente de surpresa mencionado por Álvaro Vieira Pinto.

Na seção *Planejamento e auxílio à iniciativa privada*, foram apresentados os argumentos de Bresser-Pereira acerca das consequências do desenvolvimento econômico ocorrido durante o governo de Juscelino, pois, para este autor, as características inovadoras do empresariado nacional desapareceram. Nesta conjuntura, o presidente afirmava que o planejamento realizado em seu governo tinha como objetivo o estímulo à iniciativa privada.

Além disso, o próprio Juscelino mostrava que o Estado deveria fazer o planejamento no Brasil, simplesmente porque havia se tornado o maior investidor da economia brasileira.

Por fim, na última seção, *Planejamento e indução do desenvolvimento*, foi mostrada a relação de causalidade entre a realização do planejamento e a ocorrência do desenvolvimento. Como não podia ser diferente, o planejamento levaria ao progresso material e espiritual, estes que também eram auxiliados pelo planejamento regional e econômico. Como já se teve a oportunidade de afirmar, o planejamento era um meio para atingir o desenvolvimento, logo, também era uma forma de negar o subdesenvolvimento.

Para concluir esta seção, afirma-se que, para Juscelino, as práticas de planejamento eram entendidas como sendo a condição *sine qua non* para a transformação da sociedade brasileira.

Considerações Finais

“Capital, trabalho e técnica são os três fatores que, conjugados, permitem deflagrar o processo de desenvolvimento”.

MIRIAM LIMOIRO CARDOSO – Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JQ - JK

Ao introduzir esta tese afirmou-se que durante o período do governo de Juscelino Kubitschek ocorreu um intenso desenvolvimento capitalista no Brasil que internalizou os avanços tecnológicos oriundos da II Revolução Industrial.

Foram apresentadas referências que defendiam a existência de uma crise do progresso nos dias de hoje e escolheu-se orientar esta pesquisa e análise para um período da história brasileira em que esta crise ainda não havia começado. Justificou-se que a pesquisa sobre este período histórico auxiliaria a observar os objetivos não alcançados pelo planejamento reformador e, ao mesmo tempo, observar que, mesmo sendo limitadas, as transformações estruturais do Brasil foram realizadas com uma relevante atuação do Estado.

Para tanto, no primeiro capítulo, evidenciou-se a diferença entre a ideia de progresso na antiguidade e na modernidade. Além disso, através do distanciamento existente entre os conceitos *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa*, do historiador Reinhart Koselleck, apresentou-se uma caracterização dos tempos modernos. Tal característica também foi identificada no discurso de Juscelino.

Nesta conjuntura observou-se que Juscelino realizou uma transição conceitual em seu discurso. A mudança econômica e social antes chamada de *progresso* passou a ser chamada de *desenvolvimento*. A hipótese apresentada foi a de que Juscelino realizou esta transição conceitual devido a suas práticas de *planejamento econômico*. Também se mostrou o raciocínio de que Juscelino, com a transição conceitual defendida nesta tese, criou um futuro portador de expectativas crescentes no qual seria possível realizar as transformações estruturais que seu governo precisava contornar para não perder a sustentação política.

No segundo capítulo, reconstituiu-se o período transcorrido entre a morte de Getúlio Vargas e a posse de Juscelino Kubitschek. Devido à crise política instaurada no Brasil com este acontecimento e ao golpe preventivo operado pelo General Lott, Juscelino tornou-se um veemente defensor da democracia. Defesa que estava presente nas introduções das *Mensagens ao Congresso Nacional*, textos que bem documentaram as tensões presentes na sociedade brasileira e os projetos de transformação do presidente.

Ao analisar as fontes, observou-se que o principal objetivo do progresso presente no discurso de Juscelino foi a constituição de uma sociedade de acordo com os padrões das nações europeias que internalizaram os avanços tecnológicos oriundos da II Revolução Industrial. Sendo assim, Juscelino buscou transformar a indústria e o homem brasileiro e, para que isso ocorresse, foram necessários diferentes tipos de progresso, quais sejam, o médico-

sanitário, o educacional, o técnico-científico, o econômico, o industrial e o regional. Além destes progressos, Juscelino buscou transformar a iniciativa privada em um ator de destaque deste processo, pois, em sua opinião, sem o protagonismo deste grupo social não haveria como transformar a sociedade brasileira.

No terceiro e último capítulo, apresentaram-se os argumentos de Álvaro Vieira Pinto como evidências da relevância do planejamento econômico à época. Entretanto, Juscelino, ciente de que existiam limites para a realização do planejamento no Brasil, também criticou a ausência de gestores públicos qualificados e a inflação como sendo um fator que dificultava o cálculo econômico. No que tange às instituições públicas, existia uma ausência de articulação entre as esferas municipal, estadual e federal, além de um reduzido número de técnicos qualificados.

Desta forma, eram necessárias transformações para realizar o planejamento no Brasil, tais como a qualificação da mão de obra, a criação de instituições voltadas para o planejamento do desenvolvimento nas regiões Norte e Nordeste e a expansão da malha rodoviária que integraria o país e facilitaria o comércio entre as suas diferentes regiões.

A iniciativa privada também deveria receber auxílio estatal, muito embora desde o início da década de 1960 já aparecessem críticas aos limites do poder de inovação deste grupo. Por fim, de acordo com o discurso de Juscelino, evidenciou-se como o planejamento induziria o desenvolvimento através da ação de profissionais qualificados que dariam origem a este processo no Brasil.

Ao terminar o terceiro capítulo, afirmou-se que, para Juscelino, as práticas de planejamento eram entendidas como sendo condição essencial para a transformação da sociedade brasileira. Além disso, demonstrou-se que foram tais práticas que possibilitaram a transição da forma de conceituar a mudança econômica e social, passando do *progresso* para o *desenvolvimento*.

Espera-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir para a criação de memória histórica sobre este relevante período da história econômica brasileira. De acordo com as fontes históricas pesquisadas, o período do governo de Juscelino foi um momento de expectativas crescentes em relação ao futuro e, apesar de hoje saber-se que o planejamento reformador teve resultados limitados no Brasil, esta característica deve ser levada em consideração por seus estudiosos. Negá-la seria incorrer no anacronismo.

Além desta contribuição, uma entrada para futuras pesquisas históricas fica aberta para ser explorada na medida em que, no Brasil, as práticas de planejamento econômico orientadas pelo Estado foram essenciais para transformar estruturalmente esta sociedade. Sendo assim, pensar a dinâmica da transformação social em períodos mais recentes, em que o planejamento estatal é cada vez mais atacado pela visão de mundo dominante, continua sendo um desafio.

Ao concluir esta tese, observa-se que as diferentes dimensões do progresso buscadas por Juscelino ainda não foram totalmente alcançadas no Brasil. Entretanto, vive-se uma conjuntura histórica completamente diferente daquela da segunda metade do século XX. Portanto, assim como negar a existência de expectativas crescentes perante o futuro no período pesquisado é um movimento anacrônico, criar falsas expectativas em relação ao período atual, em que as expectativas de futuro são decrescentes, é um ponto de partida analiticamente equivocado.

Fontes e Referências

1. Fontes

- KUBITSCHKEK, Juscelino. *Discursos - proferidos no primeiro ano de mandato presidencial, 1956*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958a.
- _____. *Discursos - proferidos no quarto ano do mandato presidencial, 1959*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1960a.
- _____. *Discursos - proferidos no quinto ano do mandato presidencial, 1960*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1961.
- _____. *Discursos - proferidos no segundo ano do mandato presidencial, 1957*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958b.
- _____. *Discursos - proferidos no terceiro ano do mandato presidencial, 1958*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959a.
- _____. *Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1956*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1956.
- _____. *Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1957*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1957.
- _____. *Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1958*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1958c.
- _____. *Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1959*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959b.
- _____. *Mensagem ao Congresso Nacional remetida pelo Presidente da República por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1960*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1960b.
- _____. *Meu caminho para Brasília: 50 anos em 5*. Rio de Janeiro: Bloch Editores S.A., 1978.
- _____. *Por que construí Brasília*. Brasília: Senado Federal, 2000.
- _____. *Programa de saúde pública do candidato*. São Paulo: L. Nicollini, 1955a.
- _____. Serei digno das minhas responsabilidades. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 28 jan. 1955b., p. 1.

2. Referências

Anuário Estatístico do Brasil - 1961. Rio de Janeiro: [s.n.], 1961.

ARANTES, Paulo Eduardo. 1964. In: ARANTES, PAULO EDUARDO (Org.). *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014a. p. 281–314.

ARANTES, Paulo Eduardo. O novo tempo do mundo. In: ARANTES, PAULO EDUARDO (Org.). *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014b. p. 27–97.

AZEVEDO, André Nunes. Sob o lume da civilização: um estudo da ideia de progresso no Brasil das últimas décadas do período monárquico. *Intellèctus*, n. 1, p. 1–23, 2014.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (Org.). *A era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga Mello; GALÍPOLO, Gabriel. *Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2017.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

BONELLI, Regis; PESSÔA, Samuel de Abreu. Desindustrialização no Brasil: um resumo de uma evidência. *Texto para discussão n° 7*, 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O empresário industrial e a revolução brasileira. *Revista de Administração de Empresas*, v. 3, n. 8, p. 11–27, 1963.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CARDOSO, Fernando Henrique. Aspectos políticos do planejamento. In: LAFER, BETTY MINDLIN (Org.). *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970. p. 161–184.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. 2ª ed. São Paulo, SP: Difusão Europeia do Livro, 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio. As exigências educacionais do processo de industrialização. *Revista Brasiliense*, n. 26, p. 141–167, 1959.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento: JK-JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. *Desenvolvimento em crise*. São Paulo, SP; Campinas, SP: Editora UNESP: UNICAMP/IE, 2002.

CARVALHO, Keila Auxiliadora. *Meu caminho para Brasília ou para a presidência? JK e a criação de sua imagem autobiográfica*. Disponível em:

<http://encontro2014.mg.anpuh.org/resources/anais/34/1401503993_ARQUIVO_TextoAnpuh2014FIM.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2017.

CASTRO, Josué. *O livro negro da fome*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1960.

- CHAVES NETO, Elias. O presidente Kubitschek e o Fundo Monetário Internacional. *Revista Brasiliense*, v. 24, p. 1–8, 1959.
- COMISSÃO MISTA BRASIL-ESTADOS UNIDOS. In: CALICCHIO, Vera. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Ed. rev. e ed. [S.l.]: Editora FGV; CPDOC, 2001. v. II. p. 1466–1468.
- CORBISIER, Roland. *Brasília e o desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro, RJ: ISEB, 1960.
- CPDOC-FGV. *Bernardo Sayão*. Disponível em: <<http://jk.cpdoc.fgv.br/biografia/bernardo-sayao>>. Acesso em: 15 set. 2017.
- DEL ROIO, Marcos. Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940). In: RIDENTI, MARCELO; REIS FILHO, DANIEL AARÃO (Org.). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 20 aos 60 (v. 5)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002. p. 11–68.
- DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- DUPAS, Gilberto. O mito do progresso. *Novos Estudos - CEBRAP*, n. 77, março, p. 73–89, 2007.
- EICHENGREEN, Barry. *Globalizing capital: a history of the international monetary system*. 2° ed. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- Eis a prova da traição de Jango. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, set. 1955. , p. 1.
- FERNANDES, Ana Maria. *A construção da ciência no Brasil e a SBPC*. Brasília: Universidade de Brasília: ANPOCS: CNPq, 1990.
- Food and Agriculture Organization of the United Nations*. Disponível em: <<http://www.fao.org/unfao/govbodies/gsbhome/council/chairpersons/en/>>. Acesso em: 28 set. 2017.
- FRANCO, Thiago Fernandes *et al.* As faces sedutora e violenta do “progresso” em Adoniram Barbosa. *Idéias*, v. 8, n. 2, p. 33–56, 2017.
- FREYRE, Gilberto. Ordem e progresso. In: SANTIAGO, SILVANO (Org.). *Intérpretes do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. p. 9–898.
- FURTADO, Celso. A Operação Nordeste. *O nordeste e a saga da SUDENE - 1958-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto : Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009. p. 29–71.
- FURTADO, Celso. Da ideologia do progresso à do desenvolvimento. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 71–80.
- FURTADO, Celso. Entre inconformismo e reformismo. *Obra auto biográfica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 9–40 V3.
- GONÇALVES, José Ricardo Barbosa. *A utopia da ordem social: o positivismo na crise da ordem imperial brasileira (1862-1898)*. 1989. 215 f. Universidade de São Paulo, 1989.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 3ª ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2012.
- HOBBSBAWM, Eric J. *A era do capital: 1848-1875*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- HOBBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOCHMAN, Gilberto. O Brasil não é só doença: o programa de saúde pública de Juscelino

- Kubitschek. *Revista: História, Ciências, Saúde*, v. 16, p. 313–331, 2009. Disponível em: <<http://150-8.redalyc.org/articulo.oa?id=386138047015>>. Acesso em: 9 out. 2017.
- HUTCHINS, Robert Maynard; ADLER, Mortimer J.; GORMAN, William (Org.). *Progress. The Great Ideas II: A Syntopicon of Great Books of the Western World*. Chicago: W. Benton, 1952. p. 437–453.
- HUXLEY, Aldous. *Diário de Brasília*. *Brasília*, p. 19, ago. 1958.
- IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1971.
- INSTRUÇÃO 113. INSTRUÇÃO 113. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Ed. rev. e ed. [S.l.]: Editora FGV; CPDOC, 2001. v. III. p. 2805–2806.
- JASMIN, Marcelo. A moderna experiência do progresso. In: NOVAES, ADAUTO (Org.). *Mutações: elogio à preguiça*. São Paulo: Edições Sesc SP, 2012. p. 453–480.
- JUSCELINO KUBISTSCHEK. In: PANTOJA, Silvia. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Ed. rev. e ed. [S.l.]: Editora FGV; CPDOC, 2001. v. III. p. 2952–2972.
- KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2006a. p. 305–327.
- KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e história social. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. Puc-RIO, 2006b. p. 97–118.
- LACERDA, Carlos. Crise e reforma da democracia brasileira. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 18 fev. 1955. , p. 4.
- LAFER, Betty Mindlin. O conceito de planejamento. In: LAFFER, BETTY MINDLIN (Org.). *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970. p. 9–28.
- LAFER, Celso. *JK e o programa de Metas (1956-61): processo de planejamento e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- LEI DE TARIFAS DE 1957. In: SOUSA, Francisco Eduardo Pires De. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Ed. rev. e ed. [S.l.]: Editora FGV; CPDOC, 2001. v. III. p. 3059–3060.
- LESSA, Carlos Francisco. *Quinze anos de política econômica*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LIMA, Heitor Ferreira. Um quinquênio de expansão industrial. *Revista Brasiliense*, v. 31, p. 3–24, 1960.
- LIMA, Paulo Motta. Os pedaços de mau caminho da Operação Schmidt-Kubitschek. *Revista Brasiliense*, v. 18, p. 44–47, 1958.
- MAGALHÃES, Sérgio. A empresa privada brasileira como figura central do processo econômico e político. *Revista Brasiliense*, v. 24, p. 16–24, 1959.
- Manifesto Eleitoral do Partido Comunista do Brasil. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 11 ago. 1955. , p. 1.
- MANNHEIM, Karl. *Liberdade, poder e planificação democrática*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1972.
- MELLO, João Manuel Cardoso De; BELLUZZO, Luiz Gonzaga Mello. Reflexões sobre a

crise atual. *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 141–158.

MELLO, João Manuel Cardoso De; NOVAIS, Fernando. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP; FACAMP, 2009.

MITCHELL, B. R. *International historical statistics: the Americas, 1750-2005*. 6th. ed. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2007.

NISBET, Robert A. *História da idéia de progresso*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

NUNES, Leonardo Dias. *Correção monetária e tensões sociais no Brasil contemporâneo (1963-1974)*. 2012. 94 f. Universidade Estadual de Campinas, 2012. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000873315>>.

NUNES, Leonardo Dias. Pensadores necessários para compreender o Brasil (resenha). *Leituras de Economia Política*, v. 24, p. 99–102, 2016.

PINOTTI, Mário. *Vida e morte do brasileiro: (saúde e doença no Brasil)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1959.

PINTO, Alvaro Vieira. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. 2ª ed. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

PRADO JR., Caio. Nacionalismo e desenvolvimento. *Revista Brasiliense*, v. 24, p. 9–15, 1959.

PROGRAMA DE ESTABILIZAÇÃO MONETÁRIA (PEM). In: LAMARÃO, Sérgio. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Ed. rev. e ed. [S.l.]: Editora FGV; CPDOC, 2001a. v. IV. p. 4799–4800.

RANGEL, Ignácio. Dualidade básica da economia brasileira. *Obras Reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 285–353.

RESENDE, Otto Lara. Depoimento de Lott. *Manchete*, p. 15–16, 1955.

REVOLTA DE ARAGARÇAS. In: LAMARÃO, Sérgio. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Ed. rev. e ed. [S.l.]: Editora FGV; CPDOC, 2001b. p. 277–78.

REVOLTA DE JACAREACANGA. In: LAMARÃO, Sérgio. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Ed. rev. e ed. [S.l.]: Editora FGV; CPDOC, 2001c. p. 2826–2827.

RIBEIRO, Darcy. *Universidade de Brasília: projeto de organização, pronunciamento de educadores e cientistas e Lei nº 3.998 de 15 de dezembro de 1961*. Brasília, DF: [s.n.], 1962.

RODRIGUES, Nelson. O cafajeste genial. *O remador de Ben-Hur: confissões culturais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RODRÍGUEZ, Octavio. *El estructuralismo latinoamericano*. México: Siglo XXI : CEPAL, 2006.

ROSA, João Guimarães. *Primeiras Estórias*. 1ª ed. Rio de Janeiro: MEDIAfashion, 2008.

SETEMY, Adrianna. *Liga Pró-Saneamento do Brasil*. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA PRÓ-SANEAMENTO DO BRASIL.pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA_PRÓ-SANEAMENTO_DO_BRASIL.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2017.

SILVA, Rogério Forastieri; NOVAIS, Fernando. Introdução: para a historiografia da nova história. In: SILVA, ROGÉRIO FORASTIERI; NOVAIS, FERNANDO (Org.). *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011. p. 6–70.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOLA, Lourdes. *Idéias econômicas, decisões políticas: desenvolvimento, estabilidade e populismo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 1998.

TEIXEIRA, Anísio. *A educação e a crise brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005a.

TEIXEIRA, Anísio. Sobre o problema de como financiar a educação do povo brasileiro. *A educação e a crise brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005b. p. 225–243.

THE ECONOMIST. *How to make sense of 2016*. Disponível em: <<https://www.economist.com/news/leaders/21712128-liberals-lost-most-arguments-year-they-should-not-feel-defeated-so-much>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

THE ECONOMIST. *Open future explained: a letter to readers from the editor*. Disponível em: <<https://www.economist.com/blogs/openfuture/2018/04/open-future-explained>>. Acesso em: 16 abr. 2018.

THE GREAT CONVERSATION (PREFACE). In: HUTCHINS, Robert M. *Great Books of the Western World*. [S.l.]: W. Benton, 1952. v. 1. p. XI–XXVII.

TRUMAN, Harry. *Truman's Inaugural Address*. Disponível em: <https://www.trumanlibrary.org/whistlestop/50yr_archive/inagural20jan1949.htm>. Acesso em: 1 maio 2018.

VASCONCELOS, J. R. Brasília, peça de política nacionalista. *Revista Brasiliense*, v. 14, p. 171–177, 1957.

VERISSIMO, Erico. *Incidente em Antares*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel. As agonias do liberalismo. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]*, n. 34, p. 117–134, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451994000300008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 8 fev. 2016.

YOUNG, Victor Augusto Ferraz. *JK, Estados Unidos e FMI: da súplica ao rompimento*. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2014.

Anexos

Anexo 1

Extensão da Rede Rodoviária Brasileira

Especificação	Extensão em 31-XII (km)	
	1955	1961
Total	459.714	499.550
Rodovias Federais	22.250	35.419
Pavimentadas	2.376	9.591
Não Pavimentadas	19.874	25.828
Rodovias Estaduais	54.048	77.293
Pavimentadas	757	4.542
Não Pavimentadas	54.291	72.751
Rodovias Municipais	383.416	386.838

Fonte: XI Exposição sobre o Programa de Reparcelhamento Econômico – BNDE *apud* Lessa (1981, p. 21).

Anexo 2

Siderurgia (1.000 t)

Ano	Aço em lingotes		Laminados	
	Produção nacional	Importação	Produção Nacional	Importação
1956	1.365	339	1.074	242
1957	1.470	509	1.130	383
1958	1.659	279	1.304	205
1959	1.866	651	1.492	499
1960	2.279	558	1.707	434
1961	2.485	433	1.928	331

Fonte: XI Exposição sobre o Programa de Reparcelhamento Econômico – BNDE *apud* Lessa (1981, p.23).

Anexo 3

Metas da produção efetiva da indústria automobilística para o período de 1957/1960

Especificação	Meta	Produção efetiva
Caminhões	170,8	154,7
Jipes	66,3	61,3
Utilitários	52,6	53,2
Automóveis	58,0	52,0
Total	347,7	321,2

Índices de nacionalização, em peso

Especificação	Previstos para 1960	Alcançados em 30/6/62
Automóveis	95,0%	89,3%
Caminhões leves		
Caminhões médios	90,0%	93,0%
Caminhões pesados		
Ônibus		86,4%
Utilitários	90,0%	94,3%
Jipes	95,0%	90,9%

Fonte: Relatório do Período 1956-1960 - Conselho de Desenvolvimento; Anuário Estatístico do Brasil IBGE *apud* Lessa (1981, p.27).

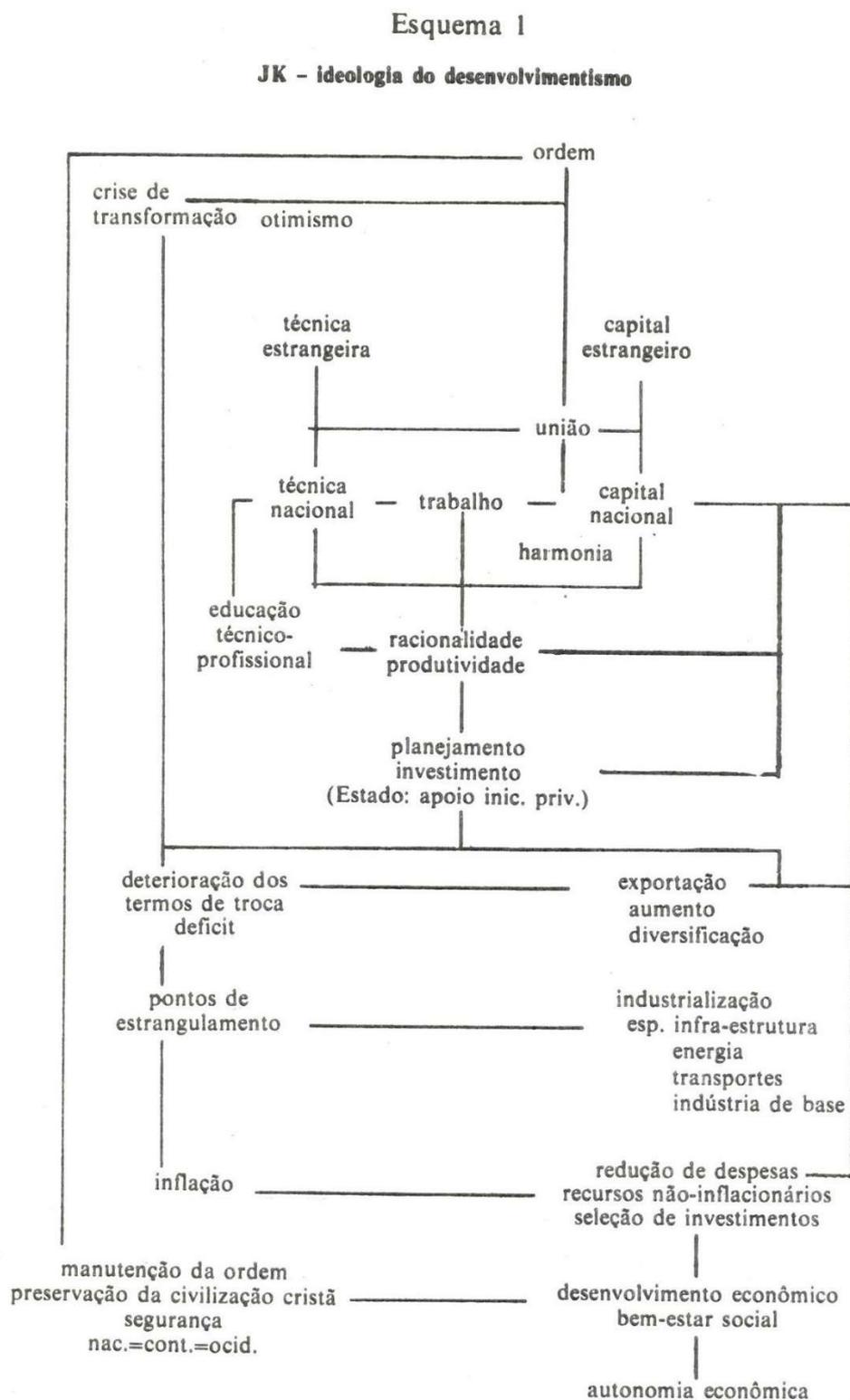
Anexo 4

Interligações rodoviárias possibilitadas com a construção de Brasília

Rodovia	Extensão em Km.
Belo Horizonte - Brasília	700
Goiânia - Brasília	200
Belém - Brasília	2000
Fortaleza - Brasília	1500
Acre - Brasília	2500

Fonte: Conjuntura Econômica - dezembro de 1962 *apud* Lessa (1981, p. 29).

Anexo 5 – Esquema da ideologia do desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek de acordo com Miriam Limoeiro Cardoso.



Anexo 6**Estado da população - I - População estimada em 1º de julho - resumo nacional - 1950 - 1960**

Ano	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960
População estimada (milhares de habitantes)	51.976	53.212	54.477	55.772	57.098	58.456	59.846	61.268	62.725	64.216	65.743

Fonte: (“Anuário Estatístico do Brasil - 1961”, 1961, p. 29)